



DOSSIÊ JUDICIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Processo Judicial

Número Único (CNJ):	5002351-19.2019.8.13.0433
Classe:	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Órgão Julgador:	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS (TJMG)
Número Alternativo:	
Ajuizamento:	
Valor da Causa:	R\$ 25.000,00
Eletrônico:	SIM
Intervenção MP:	NÃO
AJG:	NÃO
Entidade:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Parâmetros:	NÃO HÁ
Vinculações (100 máx):	NÃO HÁ

Dados Básicos

NUP:	00417.340059/2023-41
Tipo:	PROCESSO
Abertura:	19/10/2023 21:32
Volume(s):	1
Fase Atual:	CORRENTE
Classificação:	AÇÕES JUDICIAIS (091)
Espécie:	DOSSIÊ JUDICIAL
Procedência:	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Meio:	ELETRÔNICO
Valor:	R\$ 25.000,00
Restrição de Acesso:	NÃO
Acesso Internet:	NÃO
Vinculações:	NÃO HÁ

Interessados (5 no máximo)

Nome	Modalidade	Representado AGU
VANEIDE PEREIRA RODRIGUES (569.356.846-68) FILLIPE ANDRE SOUZA FREITAS (MG0119584)	REQUERENTE (PÓLO ATIVO)	NÃO
BANCO BMG SA (61.186.680/0001-74) PROCURADORIA - BANCO BMG S/A	REQUERIDO (PÓLO PASSIVO)	NÃO

Assuntos

Nome	Principal
INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES (20985)	SIM

Informações

Título:	DOSSIÊ JUDICIAL REFERENTE AOS AUTOS N. 50023511920198130433
Descrição:	
Outro Número:	

Localização

Setor Atual: PROTOCOLO (PRF6R)

Localizador:

Tramitações Recentes (5 últimas)

Origem	Destino	Recebido
--------	---------	----------

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

SÚMULA n. 479 – STJ

As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, brasileira, solteira, aposentada, portadora do RG MG-6.905.161, inscrita no CPF sob o nº 569.356.846-68, residente e domiciliada na Avenida Coronel Luiz Maia, 2244 – Delfino Magalhães, município de Montes Claros/MG, CEP 39.402-824, por intermédio de seus procuradores abaixo assinados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

em face de **BANCO BMG S.A.**, empresa inscrita no CNPJ nº 61.186.680/0001-74, situada na Avenida Alvares Cabral, nº 1.707, ° andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30170-915 razões de fato e de direito que a seguir expende:

1. DOS FATOS

Em agosto de 2017, a Requerente notou um desconto em seu benefício previdenciário no valor de R\$206,34 (duzentos e seis reais e trinta e quatro centavos) decorrente de um empréstimo.

Competência	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento III
08/2017	R\$ 4.127,00	CMS - CARTÃO MAGNETICO	Pago	04/08/2017	07/08/2017	Não	Não

Rúbrica		Descrição Rubrica	Valor
0000	VALOR TOTAL DE MR DO PERÍODO		R\$ 4.504,22
0000	ADIANTAMENTO ARREDONDAMENTO DO CREDITO		R\$ 0,00
0000	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		R\$ 377,31
0000	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS		R\$ 0,96
0000	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)		R\$ 206,34

Surpresa, visto que jamais solicitou empréstimo, a Requerente compareceu ao INSS e soube que se tratava de consignado realizado com o banco Réu no valor de R\$6.078,00 (seis mil e setenta e oito reais) para ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas no valor de R\$206,34 (duzentos e seis reais e trinta e quatro centavos).

Imediatamente, a Requerente lavrou boletim de ocorrência e fez reclamação perante a ouvidoria do INSS, visto que tal empréstimo nunca foi solicitado pela Requerente.

Como você deseja ter seu nome escrito nas correspondências: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

Meio preferencial para resposta: Site

Meio opcional para resposta:

Justificativa para alteração de endereço: não

Retenções:

**ANEXO I
REQUERIMENTO**

RECLAMAÇÃO SOBRE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NAS OPERAÇÕES DE CONSIGNAÇÃO/RETENÇÃO DE EMPRÉSTIMOS/CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL-RMC, FINANCIAMENTOS OU OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, brasileira (x), residente na _____, Município _____, Estado _____, nome de mãe _____, data de nascimento: 27/10/1968, portador(a) da carteira de identidade nº _____, CPF nº 5651584668, titular do benefício de número: 0.167.990.959-0, indicar a(s) seguinte(s) irregularidade(s) cometida(s) pela instituição financeira/sociedade de arrendamento mercantil FLOREANOPOLIS, nas operações de consignação/retenção nos benefícios previdenciários:

☒ Não autorizei a consignação/retenção e existe desconto no benefício;

☐ Não recebimento do valor do empréstimo, financiamento ou operação de arrendamento mercantil, e já existe desconto no

Brasília, 5 de Dezembro de 2017.

CCHR68022

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

Prezada Senhora Vaneide,


Em atenção à manifestação cadastrada sob código CCHR68022, informamos que a Instituição Financeira responsável pelo contrato de empréstimo consignado, notificada pela Divisão de consignações em Benefício comunicou que:

"BMG - CCHR68022 - VANEIDE PEREIRA RODRIGUES- NB 0.167.990.959-0- Contrato

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE	
COMPARECEU NESTA CIA PM A SENHORA VANEIDE PEREIRA RODRIGUES E RELATOU QUE PESSOA NÃO IDENTIFICADA UTILIZOU OS DADOS PESSOAIS DA MESMA, REALIZANDO EMPRESTEMOS BANCÁRIOS AOS 01,08,09,10/07/2017 NO BANCO BMG, EM 28/07/2017 NO BANCO CETELEM E EM 29/07/2017 NO BANCO BANRISUL. O DESCONTO DOS EMPRESTEMOS REALIZADOS EM CONTA BANCÁRIA DA	
REGISTADOR: PM1580784 <div style="border: 1px solid red; padding: 2px; display: inline-block;"> 06/10/2017 11:44 </div>	REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Em resposta a reclamação perante a ouvidoria, a Ré encaminhou o contrato que motivou os descontos, sendo possível observar que a assinatura lá constante é muito diferente da assinatura da Requerente.

Verdadeira x Falsa

 Nome: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES CPF: 569.356.846-68	Assinatura do TITULAR: <u>Vaneide Pereira Rodrigues</u> EU, O/DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura desta FICHA CADASTRAL na presença do/da seu(s) contido(s), estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.
---	---

Ademais, consta no contrato endereço da cidade de Francisco Sá e que o valor supostamente emprestado caiu em conta no banco ITAU, conta esta que a Requerente jamais possuiu.

1. VANEIDE PEREIRA RODRIGUES 2. FEMININO 3. 569.356.846-68 4. MG6905161 RG SSP / MG 27/06/2001 5. --- 6. 1679909590 7. Solteira 8. 27/10/1968 9. BRASILEIRA 9.1 MONTES CLAROS / MG 10. (38)99212-0839 / --- 11. --- 12. rua nova juramento 207, casa, delFINA magalhães FRANCISCO SA, MG 39.580-000 (21) ---	<div style="border: 1px solid red; padding: 2px;"> Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente BANCO ITAU UNIBANCO S/A / 341 / 5820 - / --- </div>
--	---

A Requerente junta nos autos extratos de abril de 2017 a abril de 2018 do banco Mercantil (onde recebe seu benefício), em que prova que o valor contratado de maneira fraudulenta nunca caiu em sua conta.

Fato é que, em agosto de 2018, o Réu cessou os descontos na conta da Requerente, todavia, em dezembro de 2018, inseriu o nome da Autora no rol de maus pagadores reivindicando o pagamento dos valores decorrentes do contrato fraudulento.

CPF: 569.355.848-68

Situação do CPF: REGULAR, atualizado em 23/12/2017 às 14:03

Data de inscrição do CPF: ANTERIOR A 15/11/1990

Nome: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

Data de Nascimento: 27/12/1965 (50 anos)

Nome da mãe: TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES

ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO

Endereço: R. NOVA JURAMENTO, 207 (Estrada José)

Bairro: DELFINO MAGALHÃES

Cidade: MONTES CLAROS

UF: MG

CEP: 39403-095

PENDÊNCIAS FINANCEIRAS SERASA

Ocorrência mais antiga: 12/2017

Ocorrência mais recente: 12/2017

Valor total: \$ 731,16

Data de Ocorrência	Modalidade	Valor	Contrato	Avalista	Origem	Cidade
10/12/2017	FINANCIAMENTO	R\$ 5.731,16	7439519	Não	BANCO S/A. HORIZONTE	SILV

Frise que o evento danoso não teve como causa exclusiva a ação de um estelionatário, mas, ao revés, foi adjuvada pela negligência da Ré, que deveria ter conferido propriamente os documentos apresentados no ato da contratação.

Logo, tem-se que a inscrição pelo réu dos dados da Autora em cadastro de inadimplente é ilegal, desmotivada e não constitui em exercício regular de direito, nos termos do art. 14, § 3º, II do CDC e art. 188, I, do CCB, já que inexistente débito a embasar a negativação.

Com isso, por ter agido com negligência, a instituição financeira ao contratar sem as devidas cautelas, a parte ré agiu de forma ilícita e abusiva, sendo patente a sua responsabilidade civil na espécie.

Nesta senda, não vislumbrando alternativa senão esta vem a Requerente a juízo pleitear a declaração de inexistência do débito motivador da inclusão no rol de mau pagadores, bem como a exclusão do SPC/SERASA/SCPC, devendo a Ré ser condenada a pagar a Autora justa indenização pelos danos que a negativação causou a sua imagem.

2. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, DE NATUREZA ANTECIPADA

Sob a regência do CPC/15, as disposições pertinentes à tutela antecipada do extinto artigo 273 do CPC/73 foram remanejadas para o Livro V, Título II do novo CPC, onde é disciplinado o gênero tutela de urgência.

Referidas tutelas provisórias podem se fundamentar em urgência ou em evidência, na forma descrita pelo artigo 294 do novo CPC; sendo que a primeira, por sua vez, poderá ser das espécies 'antecipada' ou 'cautelar'.

No ponto, o CPC/15 remodelou e unificou os pressupostos da concessão da tutela de urgência - cautelar e antecipada, de forma que tanto que para uma e outra espécie são exigidos os requisitos constantes do atual artigo 300, caput, senão vejamos:

"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

Vê-se, portanto, que, com relação aos pressupostos das tutelas de urgência, segue existindo uma dúplici exigência concomitante de i) um juízo razoavelmente consistente sobre a factibilidade do direito inicialmente invocado e ii) a necessidade que o direito judicializado seja colocado em imediata fruição do autor, a título provisório, em razão de perigo de dano (desaparecimento do próprio direito ou do sujeito) ou de prejuízo ao resultado pretendido no processo.

Trata-se de evidente elaboração e evolução conceitual da sistemática anterior, que ainda se afigurava presa às vetustas ideias do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, intrínsecos à antiga tutela cautelar, ou de forma qualificada, com exigência da outrora famigerada e polissêmica prova inequívoca da verossimilhança das alegações, para concessão da antecipação dos efeitos da tutela.

Fato é que na espinha dorsal de tais provimentos jurisdicionais ainda se encontram as ideias básicas que tangenciam um juízo de probabilidade jurídica de acolhimento da pretensão, no mérito, aliada a uma ideia de premente necessidade de imediato gozo do direito subjetivo por via dela instrumentalizado, sob pena de grave prejuízo à parte e/ou ao processo em si, sob o aspecto de sua utilidade final.

Acrescente-se que através do incidente de uniformização de jurisprudência em agravo de instrumento nº 1.0024.14.224271-8/002, este e. TJMG fixou a tese no sentido de que "Nas ações declaratórias de inexistência de débito, quando a parte autora nega a relação jurídica e a dívida ensejadora da negativação de seu nome, o Poder Judiciário deve conceder liminar para abstenção ou exclusão do nome do consumidor dos Órgãos de Proteção ao Crédito", senão vejamos:

EMENTA: **INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA** EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVERGÊNCIA ENTRE AS CÂMARAS CÍVEIS. ACOLHIMENTO. TESE MAJORITÁRIA. PREVALÊNCIA. ABSTENÇÃO OU EXCLUSÃO DA NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. NEGATIVA DA RELAÇÃO JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA. 1) Nas ações declaratórias de inexistência de débito, quando a parte autora nega a relação jurídica e a dívida ensejadora da negativação de seu nome, o Poder Judiciário deve conceder liminar para abstenção ou exclusão do nome do consumidor dos Órgãos de Proteção ao Crédito. 2) Tal medida visa impedir a divulgação da inadimplência do débito referente à relação jurídica negada pelo suposto devedor. 3) Impõe-se o acolhimento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, com o propósito de regular a interpretação do direito postulado. (TJMG - Inc Unif Jurisprudência 1.0024.14.224271-8/002, Relator(a): Des.(a) Marcos Lincoln, 2ª Câmara Unif. Jurisp. Cível, julgamento em 27/05/2015, publicação da súmula em 03/06/2015) (g.n.)

No caso dos autos, verifica-se que há motivos suficientes para o deferimento da liminar pleiteada, consistente, em suma, na exclusão nome da Requerente do SPC/SERASA.

É que a parte autora alega a inexistência de dívida com a parte requerida, e que, apesar disso, teve seu nome negativado, assim, afigura-se razoável a concessão da liminar para excluir o nome da parte autora dos cadastros de proteção ao crédito.

Destaca-se a ausência de perigo de dano reverso, pois a parte requerida, poderá voltar a negativar o nome da parte autora caso, ao final da demanda, os pedidos iniciais sejam rejeitados.

3. TUTELA DA EVIDÊNCIA

Nos termos do art. 311 do Código de Processo Civil, "a tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo", nas hipóteses aplicáveis ao vertente caso, quando "a petição for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável."

Sendo assim, na eventualidade de não ser atendido de imediato o pedido da Requerente no que tange à antecipação de tutela de urgência, requer seja o mesmo pedido reavaliado após a resposta do Requerido, a título de tutela de evidência, quando não restará qualquer dúvida quanto à inexistência da dívida, concedendo-se a tutela para retirada do nome da Requerente do cadastro de proteção ao crédito, antecipadamente, o que desde já se requer.

4. DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ - APLICABILIDADE DO CDC AO CASO

A despeito de a Requerente não ter contratado o serviço da Ré, é considerada consumidora por equiparação, vez que foi vítima do ato ilícito e danoso, nos termos dos artigos 2º, parágrafo único, e 17 do CDC. Quanto a Ré, enquadra-se perfeitamente na descrição de prestadora de serviço, presente no artigo 3º. Logo, o Código de Defesa do Consumidor é perfeitamente aplicável ao caso. Nesses termos, esclarece redação §2º, do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 3.º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvam atividades de produção, montagem, (...), ou **prestação de serviços**.
(...)

§2.º Serviço é **qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração**, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

No caso em tela, por se tratar de relação consumerista, a reparação se dá independentemente de o agente ter agido com culpa, uma vez que o ordenamento jurídico adota a teoria da responsabilidade objetiva.

Assim, não é difícil perceber que houve uma prestação defeituosa do serviço, com falha na segurança em seu modo de fornecimento, pois resultou na inscrição indevida do nome da Requerente no Serviço de Proteção ao Crédito, ficando clara a relação de causalidade entre os atos da Ré e o resultado danoso, surge incontestável o dever de indenizar.

5. DA INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO E APLICABILIDADE DA SÚMULA 479

Primeiramente, a prova de fato negativo, dada a impossibilidade de fazê-lo a Autora, incumbe à parte ré, consistindo exceção ao artigo 373 do NCPC.

Desta maneira, alegando a Autora a inexistência de débito justificador da inclusão de seu nome em serviço de proteção ao crédito, incumbe ao réu, por se tratar de fato negativo, demonstrar a existência do negócio jurídico e, ainda, do inadimplemento motivador da negativação, nos termos do art. 373 do NCPC.

Com efeito, a existência de fraude, por si só, é incapaz de afastar a responsabilidade do banco que cometeu o equívoco, porquanto compete ao fornecedor de serviços agir diligentemente, tomando todas as precauções possíveis, visando impedir ou minorar as possíveis fraudes.

Admitir o contrário seria expor cada vez mais a sociedade à ação dos criminosos, gerando uma crescente insegurança e instabilidade nas relações jurídicas.

Ainda que a Ré tivesse adotado todas as medidas necessárias para evitar a fraude, tal situação também não seria capaz de afetar a sua responsabilidade, por ser esta objetiva e, como tal, independer de comprovação e decorrer do próprio risco da atividade que desenvolve, do que se tem que responderia pelos danos causados ainda que tivesse agido com cautela quando da atuação do falsário, porquanto tais danos estão única, direta e imediatamente vinculados à atuação ilícita e a inclusão indevida no nome da Requerente no banco de dados de mau pagadores.

Além disso, é inimaginável que uma instituição do porte da Ré desconheça as inúmeras falcaturas cometidas pelos estelionatários, sendo insuficiente qualquer argüição de boa-fé.

No mínimo, agiu com negligência ao não se cercar dos cuidados necessários a fim de evitar possível engano capaz de gerar os transtornos e prejuízos originários da contratação equivocada.

Dessa feita, mesmo que a parte Ré também tenha sido vítima da atuação de um falsário, subsiste sua culpa e, conseqüentemente, sua

responsabilidade civil, já que não tomou todas as medidas possíveis para evitar o engodo.

Certo é que, o risco de fraude de terceiros é da Ré, tratando-se de fortuito interno, conforme entendimento do STJ. Eis a recente Súmula do STJ, aplicada analogicamente ao caso:

"SÚMULA n. 479 - As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a pactuação de contrato mediante fraude praticada por terceiro estelionatário, por constituir risco inerente à atividade econômica das instituições financeiras, não elide a responsabilidade destas pelos danos daí advindos.

Neste sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIRMADO POR TERCEIRO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE QUE RESPONSABILIZA TERCEIRO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O acórdão recorrido reconheceu que o contrato de financiamento em que constava o nome do autor como devedor solidário foi pactuado por terceiro e a desconstituição de tal assertiva demandaria o reexame do suporte fático-probatório, tarefa que encontra empecilho na Súmula 7/STJ, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

2. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a pactuação de contrato bancário mediante fraude praticada por terceiro estelionatário, por constituir risco inerente à atividade econômica das instituições financeiras, não elide a responsabilidade destas pelos danos daí advindos.

3. (...) Tal montante revela-se condizente com os parâmetros adotados pelo STJ, e com as peculiaridades do caso em tela, de sorte a evitar o indesejado enriquecimento sem causa do autor da ação indenizatória, sem afastar o caráter preventivo e

repressivo inerente ao instituto da responsabilidade civil.

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 1148316/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 06/09/2011)

Dessa forma, não havendo obrigação da Autora, o risco da fraude de terceiro não lhe pode ser atribuído. Deve ser declarada, pois, a inexistência do débito apontado a Autora pela ré, assim como a exclusão definitiva da respectiva negativação. Quanto aos danos morais, é cediço que a simples negativação ou manutenção indevida caracteriza ofensa à imagem e ao bom nome da Autora, ensejando dano moral indenizável, independentemente de qualquer outra prova.

6. DOS DANOS MORAIS

A simples negativação indevida enseja dano moral e direito à indenização, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao bom nome do cidadão.

A conduta negligente da Ré causou **danos à imagem, à honra e ao bom nome da Requerente**, que sempre pagou regularmente suas dívidas, e mesmo assim acabou tendo o seu nome vinculado à imagem de pessoa má pagadora.

Há de se ressaltar que se trata de **dano moral puro, ou seja, decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida nos cadastros de restrição ao crédito, não sendo, portanto, necessária a prova do abalo moral sofrido pela Autora, já que este é presumido.**

Neste sentido, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ:

RESPONSABILIDADE CIVIL. INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DACLIENTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORALPRESUMIDO. VALOR DA REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO.CONTROLE PELO STJ. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM.

I- O dano moral decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplente é considerado **in re ipsa**, isto é, não se faz necessária a prova do prejuízo, que é presumido e decorre do próprio fato. III- Inexistindo critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, atendendo às peculiaridades do caso concreto, o que, na espécie, não ocorreu, distanciando-se o quantum arbitrado da razoabilidade. Recurso Especial provido (STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 786239 SP 2005/0166174-0)

Sendo assim, é questão de justiça que seja reconhecido o direito à indenização pelos danos causados à sua honra, em face da inscrição no SCPC por inadimplência de dívida inexistente.

7. DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA E ECONÔMICA DA INDENIZAÇÃO E QUANTUM INDENIZATÓRIO

A grande questão acerca da intervenção judicial nas relações consumeristas, buscando concretizar esta proteção estipulada pela Norma Maior, tem sido como equilibrar os elementos punição e ressarcimento quando da fixação de indenização por falha no fornecimento de produto ou na prestação de serviço. Neste momento, deve-se ter em mente o conceito de dano eficiente que é, em suma, a situação em que é mais compensador para a empresa pagar eventuais indenizações do que prevenir o dano.

É o que se tem vivenciado atualmente, haja vista que os lucros que os fornecedores de produtos e prestadores de serviços auferem com práticas abusivas superam o prejuízo oriundo de indenizações de pequeno valor impostas pelo judiciário. Frente a um dano eficiente, a empresa se abstém de tomar as providências necessárias para corrigir a falha, ocasionando grande sensação de insegurança e instabilidade no mercado.

Em se tratando de indenização por dano moral, o conceito de ressarcimento abrange duas forças: uma, de **caráter punitivo-educativo**, visando sancionar o causador do dano pela ofensa que praticou, e para que não repita o ato; outra, de caráter compensatório, proporcionando aos lesados algum valor em compensação pelo mal sofrido. O legislador, no entanto, não atribuiu parâmetros para afixação do dano moral. Frente a isso, doutrina e jurisprudência têm optado pelo estabelecimento de **valores que não sejam irrisórios para o ofensor**, mas que também não causem enriquecimento ilícito do ofendido.

Há, portanto, que observar as circunstâncias e as consequências de cada caso posto a julgamento. Destarte, tendo em vista o **flagrante desrespeito ao consumidor**, conduta que parece estar na moda hodiernamente, a hipersuficiência da Ré, os danos causados a Autora, e os efeitos sócio-econômicos do instituto da

indenização, requer a condenação da Requerida em **valor não inferior a R\$20.000,00** (vinte mil reais) a título de danos morais.

8. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

É de se aplicar ainda, em favor da Autora, a inversão do ônus probatório nos termos do disposto no art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), *ipsis litteris*:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

Conforme bem ensina a doutrina, o princípio da isonomia, dentre os princípios específicos aplicáveis à tutela do consumidor, é o pilar básico para a concessão do ônus da prova em favor do consumidor.

Nesse sentido, o ensinamento de João Batista de Almeida:

Os consumidores devem ser tratados de forma desigual pelo CDC e pela legislação em geral a fim de que consigam chegar à igualdade real. Nos termos do art. 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, entendendo-se daí que devem os desiguais ser tratados desigualmente na exata medida de suas desigualdades.

Devido à vulnerabilidade do consumidor ser patente, o legislador entendeu por bem facilitar sua defesa no processo civil através da inversão do ônus da prova.

Dessa forma, havendo convicção sobre a verossimilhança das alegações e sendo certa a hipossuficiência da Autora, requer-se a V.Exa. a inversão do ônus em favor da Requerente.

9. DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO

No que tange à restituição em dobro dos valores descontados, o banco é sim responsável pelo desconto indevido, na medida em que, primeiro, não

demonstrou ter tomado todas as providências possíveis a fim de evitá-lo; segundo, não efetivou a sua imediata devolução, mesmo ciente da fraude perpetrada; terceiro não comprovou a impossibilidade de fazê-lo.

Logo, devida a restituição em dobro da quantia indevidamente descontada, nos termos do art. 42 do CDC.

Conforme descrito anteriormente, a Requerida realizou empréstimo consignado em nome da Autora sem que esta solicitasse, praticando, inclusive, descontos abusivos em seu pagamento, o que implica em cobrança de uma dívida não contraída por ela, portanto, indevida. A má-fé resta evidente, de um lado, pela imposição de obrigação a Requerente sem que sequer este soubesse sobre seus termos, de outro, pela cobrança de valores absurdos, extrapolando os limites legais. Colaciona-se entendimento de nosso tribunal em caso análogo:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CELEBRADO POR TERCEIRO SEM PROCURAÇÃO - VÍTIMA IDOSA E ANALFABETA - CONTRATAÇÃO NULA - DEVER DE ORIENTAR E INFORMAR A CONSUMIDORA - FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - DESCONTOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - RESTITUIÇÃO EM DOBRO - DANO MORAL CONFIGURAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - JUROS DE MORA - TERMO INICIAL. I- O negócio jurídico firmado por pessoa analfabeta há de ser realizado sob a forma pública ou por procurador constituído dessa forma, sob pena de nulidade. II- Restando incontroverso que a autora era analfabeta e idosa, não tendo sido observadas as formalidades mínimas necessárias à validade do negócio, e inexistindo provas de que foi prestada qualquer assistência à autora pelos agentes dos réus, a contratação de empréstimo consignado deve ser considerada nula. III- Impõe-se às instituições financeiras o dever de esclarecer, informar e assessorar seus clientes na contratação de seus serviços, sobretudo quando se trata de pessoa idosa e analfabeta, vítima fácil de estelionatários. IV- A responsabilidade pelo fato danoso deve ser imputada aos recorrentes com base no art. 14 do CDC, que atribui responsabilidade aos fornecedores de serviços, independentemente da existência de culpa. V- **Tem-se por intencional a conduta dos réus em autorizar empréstimo com base em contrato nulo, gerando descontos nos proventos de aposentadoria da autora, sem qualquer respaldo legal para tanto, resultando em má-fé, pois o consentimento da contratante, no caso, inexistiu. impondo-se a restituição em dobro dos valores descontados indevidamente, nos termos do parágrafo único do art. 42, do CDC.** VI- A privação do uso de determinada importância, subtraída da parca pensão do INSS, recebida mensalmente para o sustento da autora, gera ofensa a sua honra e viola seus direitos da personalidade de, na medida em que a

indisponibilidade do numerário reduz ainda mais suas condições de sobrevivência, não se classificando como mero aborrecimento. VII- A conduta faltosa dos réus enseja reparação por danos morais, em valor que assegure indenização suficiente e adequada à compensação da ofensa suportada pela vítima, devendo ser consideradas as peculiaridades do caso e a extensão dos prejuízos sofridos, desestimulando-se a prática reiterada da conduta lesiva pelos ofensores. VIII- Consoante a Súmula nº 54 do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de indenização por responsabilidade extracontratual os juros de mora devem incidir a partir da data do evento danoso. Ausente recurso da parte interessada e vedada a "reformatio in pejus" há que se manter a como termo inicial a data da citação, conforme consignado em sentença.

(TJ-MG, Relator: João Cancio, Data de Julgamento: 28/05/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL)

No presente caso, a cobrança indevida de débitos autorizam a aplicação do parágrafo único de artigo 42 do CDC, devendo a Ré ser condenada à repetição em dobro do que foi cobrado indevidamente, pois feito com má-fé, somado à aplicação de juros e à correção monetária.

10. DOS PEDIDOS

Ex positis, requer a Vossa Excelência:

a) A concessão da Tutela de Urgência aqui pretendida para determinar a exclusão do nome da Requerente do cadastro de inadimplentes do SCPC/SPC/SERASA, mediante as razões ora invocadas, como também proibir que a Requerida o faça novamente, em virtude do mesmo débito, fixando-lhe, multa cominatória por descumprimento; OU a concessão da Tutela de Evidência caso esse juízo não atenda o primeiro pedido de imediato.

b) A justiça gratuita, nos termos do artigo nº 98 do CPC e o artigo 5º, LXXIV, da CF/88, por ser a Requerente pobre no sentido legal, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.

c) A citação da Requerida pelo correio, nos termos dos artigos. 246, I, 247 e 248 do CPC, para responder no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do

CPC), sob pena de serem tidos por verdadeiros todos os fatos aqui alegados (art. 344 do CPC).

d) A inversão do ônus da prova, tendo em vista a vulnerabilidade da Requerente frente a Requerida (art. 6º, VIII, CDC).

e) Que seja julgado inteiramente procedente o pedido da Requerente para declarar a inexistência de débito e, conseqüentemente, qualquer dívida em questão, confirmando ao final a decisão liminar para excluir o nome da Requerente do SPC.

f) Condenação da Requerida ao pagamento de indenização por danos morais, a ser fixado por Vossa Excelência em prudente arbítrio, o que se espera não seja em valor inferior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), considerando as práticas abusivas e a inclusão indevida no SPC;

g) Condenação da Requerida ao pagamento de indenização por materiais com a repetição em dobro dos valores indevidamente descontados com juros e correção monetária;

h) Condenação da Requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais, observando o disposto no artigo nº 85, § 2º e § 14 do CPC.

i) A Requerente opta pela dispensa da realização da audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do Artigo 334, §5 do CPC.

j) Requer-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, incluindo produção de prova documental, pericial e testemunhal.

Dá à causa o valor de **R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).**

Nestes termos, pede deferimento.
Montes Claros, 28 de fevereiro de 2019.

Suelen Stefani Vieira Freires
OAB/MG 155.104

Jose Dutra Dias Filho
OAB/MG 148.948

Mariana Oliveira Lafetá
OAB/MG 160.573



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, brasileira, solteira, aposentada, RG: MG-6.905.161, CPF: 569.356.846-68, estabelecido a Avenida Coronel Luiz Maia, 2244, Delfino Magalhães, Montes Claros, MG, CEP 39402-824, declaro para fins de concessão do benefício da gratuidade da justiça, que sou pobre no sentido legal, não podendo suportar as despesas processuais da presente ação sem prejuízo do meu sustento próprio e/ou de minha família.

Montes Claros, 27 de fevereiro de 2019.


VANEIDE PEREIRA RODRIGUES



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, brasileira, solteira, aposentada, RG: MG-6.905.161, CPF: 569.356.846-68, estabelecido a Avenida Coronel Luiz Maia, 2244, Delfino Magalhães, Montes Claros, MG, CEP 39402-824, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Dr. MATEUS AUGUSTO SILVA AMARAL, brasileiro, casado, advogado, CPF 069.089.326-48, inscrito junto à OAB/MG sob o n. 119.571, Dr. FILLIPE ANDRE SOUZA FREITAS, brasileiro, casado, advogado, inscrito junto à OAB/MG sob o n. 119.584, Dra. MARIA CLARA SOARES SOUZA, brasileira, solteira, advogada, inscrita junto à OAB/MG sob o n.136.855, Dra. MARIANA OLIVEIRA LAFETÁ, brasileira, solteira, advogada, inscrita junto à OAB/MG sob o n.160.573, Dr. FILIPE MEIRA MARTINS, brasileiro, casado, advogado, inscrito junto à OAB/MG sob o n.187.832, Dr. JOSE DUTRA DIAS FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrita na OAB sob o n. 148.948, Dra. SUELEN STEFANI VIEIRA FREIRES, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB sob o n. 155.104, Dra. DANIELA RODRIGUES LIMA, brasileira, solteira, advogada, inscrita junto a OAB/MG 173.421, Dra. PAOLLA AGUIAR CLEMENTINO DIAS, brasileira, casada, advogada, inscrita junto a OAB/MG 104.205, Dra. CRISTIANE FONSECA DA SILVA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG 169.438, Dra. GEOSIANE APARECIDA SANTOS MARTINS, brasileira, casada, inscrita na OAB/MG 182.113, CIBELE REGINA ALMEIDA COSTA, brasileira, solteira, advogada, inscrita junto a OAB/MG 150.084, MARINA XAVIER DE MELLO, brasileira, solteira, advogada, inscrita junto a OAB/MG 182.250, representantes da SILVA E FREITAS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Estado de Minas Gerais, sob o nº 3.810, CNPJ 17.043.927/0001-01, com escritório situado na Rua Dr. Veloso, 608, 1º andar, lj 01, Centro, CEP: 39.400-074, aos quais confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s)-la(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, renunciar, firmar compromissos ou acordos, prestar declarações, requerer a gratuidade da justiça, receber e dar quitação, receber junto a instituições bancárias Requisição de Pequeno Valor – RPV (Caixa, Banco do Brasil, Banco Mercantil ou Itaú), agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente, para ajuizar e acompanhar até final Ação Judicial de seu interesse.

Montes Claros, 27 de fevereiro de 2019.


VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

CONTRATO FRAUDULENTO

- *DIFERENÇA ENTRE ASSINATURAS
- *VALOR FOI PARA BANCO ITAU
- *REQUERENTE NÃO TEM CONTA NESTE BANCO

9. Forma de Pagamento: Mensal	
10. ITAU UNIBANCO S/A - BANCO DO BRASIL	
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente	BANCO ITAU UNIBANCO S/A/ 341 / 5620 - / ---
V. SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE CREDOR E OUTROS (se disponível)	
Valor por cartão solicitado*: O titular declara estar ciente de que, em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.	
V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)	
1. Empresa / CNPJ / Cód Loja	1. ALCOR FREITAS NETO ME 14.788.876/0004-53 49983
2. Endereço/telefone	2. R J J SEABRA NEL CENTRO COARACI BA 45.638-000 (00)3215-8428
3. Nome/CNPJ do Agente de Venda	3. MARILDE VAZ / 528.344.506-25
Local e data: 11/07/2017	Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMS Card
Assinatura do TITULAR: <u>Imacilda Pereira Rodrigues</u>	

TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Convênio INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	Nº ADE 49223604
I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF	1. VANEIDE PEREIRA RODRIGUES 2. FEMININO 3. 569.356.848-68
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão	4. MGG905161 RG SSP / MG 27/08/2001
5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício:	5. --- 6. 1679909590
7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF)	7. Solteiro 8. 27/10/1968 9. BRASILEIRA 9.1 MONTES CLARDS / MG
10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail	10. (38)9922-0839 / --- 11. ---
12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	12. rua nova juramento 207, casa, delfino magalhães, FRANCISCO SA, MG, 38.580-000 12.1 ---
13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio	13. R\$ 4.504,22 13.1 Patrimônio
14. Nome da Mãe/Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a)	14. TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES / MANDEL RODRIGUES DE FREITAS 15. ---
16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativa)	16. Não
17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar)	17. Financeira
18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros (especificar):	18. Cartão
II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao convênio)	1. 200,34
2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional	2. Internacional 3. ---
4. Vencimento	4. ---
5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite)	5. ---
6. Cadastro (Apenas novo cadastro)	6. ---
7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular)	7. --- 8. ---
9. Forma de Pagamento: Mensal	
III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR	
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente	BANCO ITAU UNIBANCO S/A/ 341 / 5620 - / ---
IV - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)	
Valor por cartão solicitado: "O titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada."	
V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)	
1. Empresa / CNPJ / Cód Loja	1. ALCIR FREITAS NETO ME 14.788.870/0001-50 40983
2. Endereço/telefone	2. R J J SEABRA 119, CENTRO, COARACI, BA, 45.638-000 (00)3215-8428
3. Nome/CPF do Agente de Venda	3. MARILDE VAZ / 528.344.506-25

Local e Data: 11/01/2017

Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card

Assinatura do TITULAR: Vaneide Pereira Rodrigues

DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura desta FICHA CADASTRAL na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

Nome:

CPF ou CI:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

VI- CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.

Autorização para desconto: 6.1. O(A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A. para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se a um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro ônus e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O(A) TITULAR declara estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado e/ou minorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos e/ou diminuições em sua margem consignável. 6.3. Ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos ora convencionados, o(a) TITULAR autoriza desde já o BANCO BMG S.A., diretamente ou através de empresas terceirizadas, em caráter irrevogável e irretroatável, a debitar em qualquer conta corrente de sua titularidade, mantida junto ao BANCO BMG S.A. ou em outra instituição financeira, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. Neste ato, o(a) TITULAR autoriza, ainda, o BANCO BMG S.A. a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/01 que dispõe a não configuração de quebra de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o exposto consentimento do interessado. VII- Declarações do(a) TITULAR e condições gerais da adesão: 7.1. Conforme disposto no item 16 do presente documento, o(a) TITULAR declara, para os devidos fins, seu enquadramento como PEP "Pessoas Politicamente Exposta", assim considerados, nos termos Circular nº 3.461 de 24 de julho de 2009 do Banco Central, os agentes públicos que

desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. 7.1.1. O(A) TITULAR declara que sua movimentação financeira está sempre atrelada ao propósito e à natureza da relação de negócios, conforme declarado no item 7 e 18 do Quadro I do presente termo, e que havendo qualquer mudança de propósito e natureza da relação de negócios, comunicará imediatamente e formalmente o Banco BMG. 7.2. O TITULAR declara em cumprimento ao disposto no art. 2º, III, da Circular nº 3.461/09, do Banco Central, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A. e as instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a por quando ao referido procedimento. 7.3. O(A) TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras por ele(a) pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Banco Central, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo(a) mesmo(a) não provêm de atividade ilícita. 7.4. O(A) TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo BANCO BMG S.A. ao TITULAR ou adicional, se houver, nas hipóteses na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convenio firmado entre o BANCO BMG S.A. e o empregador/conveniado; (ii) SAQUES adicionais mediante o cartão poderão ser formalizados: (i) por meio de gravação telefônica, opção esta destinada apenas ao TITULAR e observando-se o disposto no convenio firmado entre o empregador/conveniado e o BANCO BMG S.A. e o disposto na legislação aplicável; (ii) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário- CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04, (iii) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira ou (iii) mediante outras formas disponibilizadas pelo BANCO BMG S.A. a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável. 7.5. O(A) TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto no regulamento de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirão no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao TITULAR e/ou adicional, se aplicável, de forma prévia, possibilitando que o(s) mesmo(s) tenha(m) pleno conhecimento acerca dos valores que lhe serão cobrados previamente à contratação de qualquer operação, solicitação de qualquer serviço atrelado ao cartão e/ou realização de transação da qual decorra a cobrança de encargos. 7.6. O(A) TITULAR autoriza, de forma irrevogável e irratratável o BANCO BMG S.A. a: (i) Manter em cadastro ou banco de dados, o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a manter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Obter, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., ficando todos autorizados a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Créditos (SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das obrigações assumidas e das garantias prestadas, bem como a consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou semelhantes, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 7.7. O(A) TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as instituições financeiras pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento, renegociações, saque em dinheiro, tudo dentro dos limites de margem consignável, mediante a utilização do cartão, seja pelos terminais de auto atendimento (ATM/POS), pelo "Internet Banking", pela Central telefônica e quaisquer outros meios eletrônicos disponibilizados pelas instituições financeiras integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. 7.8. Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação da autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de adesão as quais foram capturadas de forma eletrônica e utilizadas neste documento. O documento gerado será assinado pelo Banco ou terceiro à sua ordem, com utilização de assinatura digital certificada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Este documento (em caso de contratação eletrônica) e quaisquer outros documentos celebrados eletronicamente a partir desta data entre o(a) TITULAR e o Banco poderão se utilizar do mesmo meio eletrônico de assinatura sendo considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis. O(A) TITULAR autoriza o compartilhamento dos dados relativos ao perfil biométrico de sua assinatura eletrônica entre instituições que mantenham relações comerciais com o Banco ou que pertençam ao conglomerado do qual o Banco faz parte. 7.9. O(A) TITULAR autoriza as empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência para enviar comunicações a respeito do cartão e informações relativas aos produtos, serviços, promoções e novidades relacionadas às empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. ou do estabelecimento cuja marca encontrar-se indicada no cartão, podendo o titular cancelar a presente autorização a qualquer momento mediante contato junto à central de relacionamento. 7.10. O(A) TITULAR dispensa expressamente o BANCO BMG S.A. de enviar mensalmente a via física do demonstrativo mensal(fatura) com a descrição das despesas relacionadas à utilização do Cartão de Crédito Consignado ora contratado, estando ciente de que, tal documento lhe será disponibilizado via Internet banking e que em caso de dúvidas, poderá contatar o BANCO BMG S.A. através dos canais de atendimento disponibilizados. 7.11. Comunicação: O(A) TITULAR autoriza que o Banco BMG lhe envie mensagens eletrônica(e-mail) e mensagem SMS, por telefone, com informações sobre produtos e serviços oferecidos pelo Banco BMG ☐ não concordo com o envio das mensagens. 7.12. Ao assinar o presente documento o(a) TITULAR declara-se vinculado, um cartão irrevogável, irratratável e de forma incondicional, ao disposto no Regulamento de Utilização do cartão de crédito consignado emitido pelo BANCO BMG registrado perante o 3º oficial do registro de títulos e documentos e registro civil de pessoa jurídica do capital de São Paulo sob o nº 8905949 em 17.04.2015. CANAIS DE ATENDIMENTO BANCO BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (capitais) e 0800 770 1790 (interior)/SAC 0800 9799 099/ Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333/ OUVIÓRIA 0800 723 2044.

Assinatura do Cliente (titular): Wanderley Pereira Rodrigues

Postagem Direto-
TITULAR

PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG Nº 49223604

Credor: BANCO BMG S.A. inscrito no CNPJ sob o nº 61.886.680/0001-74, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 9º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo (SP), neste ato representado nos termos de seu estatuto social, doravante denominado BANCO/BMG.

Resumo da proposta: Nome do Cliente: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

CPF: 569.358.846-68 Telefone celular: --- E-mail: ---

Finalidade da operação: Financeira Quantidade de parcelas: Uma parcela Valor Total solicitado: R\$ 6.078,00

Taxa de Juros máxima (TJmáx) / Custo efetivo Total Máximo¹ (CETmáx)	<input checked="" type="checkbox"/> Convênio INSS	<input type="checkbox"/> Convênio SIAPE	<input type="checkbox"/> OUTROS Convênios
TJmáx (% ao mês / % ao ano)	3,06% / 44,3%	--- / ---	--- / ---
CETmáx (% ao mês / % ao ano)	3,69% / 55,33%	--- / ---	--- / ---

¹ Custo Efetivo Total (CET) é expresso na forma de taxa percentual anual, correspondente à taxa de juros, tributos, tarifas, seguros, honorários e outras despesas por ele suportadas, e que a respectiva taxa percentual anual corresponde às condições vigentes na data de sua celebração.

Aprovação da proposta sujeita à análise cadastral, de crédito e existência de limite de crédito disponível para utilização no cartão de crédito consignado BMG Card de titularidade do Cliente. O valor solicitado poderá ser alterado em razão da margem consignável e/ou limite de crédito efetivamente disponível, bem como em caso portabilidade, conforme previsto nas Condições Gerais da Cédula de Crédito Bancário referente à contratação de operação de crédito pessoal oriundo de saque realizado por meio de cartão de crédito consignado emitido pelo BMG, registrados em 10 de fevereiro de 2017 perante o 7º Oficial do Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 1.548.948, as quais lhe foram disponibilizadas previamente à assinatura da presente proposta e encontram-se disponíveis nos canais de atendimento do BMG destacados no final do presente documento e no site www.bancobmg.com.br. Caso a presente proposta seja aprovada, o BMG lhe comunicará e encaminhará, as demais condições financeiras da operação aprovada, podendo tal comunicação ser feita, inclusive, via SMS ou e-mail, considerando os dados informados no presente documento. Caso você não esteja de acordo com os valores da operação contratada você poderá, no prazo de 07(sete) dias contados do recebimento da confirmação da contratação, entrar em contato com o BMG, por meio dos canais de atendimento abaixo informados, e solicitar o cancelamento da operação. Declara, para os devidos fins, que recebeu uma via da presente proposta, integralmente preenchida.

Local/data: 11/07/2017

Assinatura do cliente: Vaneide Pereira Rodrigues



Polgar Direito - Cliente

Declaração de analfabeto ou impedido de assinar: Declaro que ouvi atentamente a leitura das informações constantes nesta proposta, com as quais estou de pleno acordo. A rgo do(a) cliente, assina o rogado:

Testemunhas: 1. _____
Nome/CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____
2. _____
Nome/CPF: _____

Canais de atendimento Banco BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (capitais) e 0800 770 1790 (interior) / SAC 0800 9799 099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333 / DUIDORIA 0800 723 2044 (Clientes insatisfeitos com as soluções dos demais canais).

□

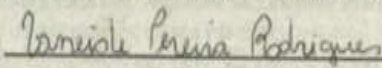
CARTAO DE AUTÓGRAFOS DA REQUERENTE PARA COMPARAÇÃO DAS ASSINATURAS

VERDADEIRA
CARTÃO DE AUTÓGRAFOS

Local e data
MONTES CLAROS (MG), 11/11/2005
Proponente / Contratante

Nome: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES
CPF: 569.356.846-68

FALSA
CONTRATO FRAUDULENTO DO BANCO RÉU

1. ALCIR FREITAS NETO ME 14.788.870/0001-50 43983
2. R J J SEABRA INQ. CENTRO. COARACI. BA. 45.638-000 (00)325-8428
3. MARILDE VAZ / 528.344.506-25
Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado DMG Card
Assinatura do TITULAR: 
CONDICÃO DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura desta FICHA CADASTRAL na presença do meu representante legal, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

Cliente

Código	Nome				
110.191.435-7	VANEIDE PEREIRA RODRIGUES				
Nome personalizado			Agência		
VANEIDE PEREIRA RODRIGUES			0104-X MONTES CLAROS		
Conta corrente nº	Conta poupança nº	Conta investimento nº	Tipo de conta	Titularidade	Condição de titularidade
43.424-8	10.043.424-X	3.100.043.424-8	INDIVIDUAL	1	
CPF	Documento de identidade		Órgão emissor / UF		Data de emissão
569.356.846-68	MG 6905161 - CARTEIRA DE IDENTIDADE		SSP MG		04/07/2002
Data de nascimento	Sexo	Naturalidade	Nacionalidade		
27/10/1968	F	MONTES CLAROS MG	BRASILEIRO(A)		
Estado civil			Profissão		
SOLTEIRO(A)			AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMBLHADOS		
Nome do pai			Nome da mãe		
MANOEL RODRIGUES DE FREITAS			TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES		
Endereço residencial			Bairro		
RUA NOVA JURAMENTO, 207			DELFINO MAGALHAES		
Município	UF	CEP	Telefone (DDD - nº)		
MONTES CLAROS	MG	39.402-096	(38) 3213.6757		
Endereço comercial			Bairro		
Município			UF	CEP	Telefone (DDD - nº)

Declaração

A pessoa física identificada propõe e o Banco do Brasil S.A. aceita a abertura de conta corrente e/ou conta investimento e/ou conta de poupança.

Declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília (DF), sob o microfilme nº 647.150, em 24/05/2005, que integram este contrato, para os devidos fins, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

Conta Investimento - Declara-se ciente, manifestando sua anuência:

a) no sentido de que as tarifas relativas a serviços de abertura e manutenção da Conta Investimento, bem como às operações referentes a essa conta constam da Tabela de Tarifas do Banco, divulgada nas suas agências, terminais de auto-atendimento ou via Internet (www.bb.com.br);

b) com as regras da Conta Investimento, constantes das Cláusulas Gerais do Contrato de Conta Corrente, Conta Investimento e Conta de Poupança, que estão em conformidade com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e legislação em vigor.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

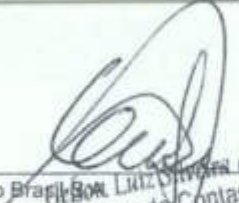
Local e data

MONTES CLAROS (MG), 11/11/2005


Proponente / Contratante



Nome: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES
CPF: 569.356.846-68

Banco do Brasil S.A.


por procuração do Banco do Brasil S.A. Luiz Oliveira da Silva
Gerente de Contas P.F.
Mat. 3.568.526-3

Testemunhas


Nome: Zilda Lakta Praha
CPF: 178.741.655-91


Nome: Andreia Melo Branco
CPF: 032.220.326-02

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2º VARA CÍVEL DA COMARCA DE
MONTES CLAROS MG

Autos n º 5002351-19.2019.8.13.0433

BANCO BMG S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNJP sob o n. 61.186.680/0001-74, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - Torre 1 – 13º andar, Itaim Bibi, SP/Capital, CEP 04543-900, vem, por meio de seus procuradores, respeitosamente, à presença de V. Excelência, nos autos da ação de número em epígrafe, que lhe move **VANEIDE PEREIRA RODRIGUES**, manifestar nos termos que seguem:

Requerer neste ato, a juntada do comprovante de cumprimento da obrigação de fazer a ser cumprida nos presentes autos conforme determinação em decisão liminar de excluir o apontamento no CPF da parte autora nos cadastros de proteção ao crédito.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 30 de julho de 2019.

Marcos Ezequiel de Moura Lima
OAB/MG 136.164

Wederson Advincula Siqueira
OAB/MG 102.533

Gabriela Horta Bicalho Digênova
OAB/MG 86.048

Verônica Duarte do Nascimento
OAB/MG 156.099



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE MONTES CLAROS

2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros

Rua Raimundo Penalva, 70, Vila Guilhermina, MONTES CLAROS - MG - CEP: 39401-010

PROCESSO Nº: 5002351-19.2019.8.13.0433

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

RÉU: Banco BMG SA

FICA A PARTE AUTORA INTIMADA DA DECISÃO QUE CONCEDEU LIMINAR, BEM COMO DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O DIA 26/09/2019, ÀS 13:15 HORAS, A SER REALIZADA NA SALA DE AUDIÊNCIAS DESTA VARA, FICANDO ADVERTIDA DE QUE O NÃO COMPARECIMENTO INJUSTIFICADO SERÁ SANCIONADO COM MULTA.

MONTES CLAROS, 13 de agosto de 2019

COMARCA DE MONTES CLAROS - ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DA SEGUNDA VARA CÍVEL

Fórum Gonçalves Chaves – Rua Raimundo Penalva, 70- Vila Guilhermina

Montes Claros – Minas Gerais – CEP- 39401-010

Montes Claros-MG, 13 de Agosto de 2019.

Prezado Senhor,

Pelo presente, de ordem do MM. Juiz de Direito, fica essa empresa devidamente **CITADA, na pessoa do representante legal, de todos os termos da presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, que lhe move VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, Processo eletrônico Nº 5002351-19.2019. 8.13.0433**, em trâmite na Secretaria da Segunda Vara Cível desta Comarca de Montes Claros, para **no prazo de 15(QUINZE) dias**, apresentar contestação à presente ação, sob pena de não o fazendo, serem considerados como verdadeiros os fatos narrados pelo autor na petição inicial. **Fica também INTIMADO para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 26/09/2019, às 13:15 horas, a ser realizada na sala de audiências desta vara, ficando advertido de que o não comparecimento injustificado, será sancionado com multa, nos termos do CPC. O prazo de defesa, de 15 dias, começa a fluir da realização da audiência, caso não haja acordo entre as partes.**

Fica também intimada da decisão de liminar.

SEGUE CHAVE DE ACESSO À CONTRAFÉ ELETRÔNICA

Atenciosamente,

TEREZINHA GONÇALVES PEREIRA NUNES

Oficial de Apoio Judicial

AO

BANCO BMG S/A

AVENIDA ÁLVARES CABRAL, Nº 1.707, BAIRRO SANTO AGOSTINHO

CEP: 30170-915- BELO HORIZONTE-MG.

TERMO DE AUDIÊNCIA


PROCESSO Nº:5002351-19.2019.8.13.0433


NATUREZA: Procedimento Comum

PARTE(S): Vaneide Pereira Rodrigues


Banco BMG S/A

Aos **26 dias do mês de Setembro de 2019, às 13:15 horas**, na sala de audiências do Juiz de Direito, Bel. Fausto Geraldo Ferreira Filho, comigo Estagiário de Direito, ao seu cargo, adiante assinado. Pelo MM. Juiz foi determinado que se abrisse esta audiência, o que se cumpriu. Feito o pregão, estando presentes a autora e sua advogada Dra. Emília Maia Siqueira OAB/MG 163.780, bem como a advogada da requerida, Dra. Larissa Santos Ferreira OAB/MG 178.068. **Aberta a audiência**, foi realizada proposta de acordo pelo banco BMG, que consistia na devolução dos valores descontados da conta da autora, qual seja, quatro parcelas de R\$197,09 reais, mais o valor de R\$2.000,00(dois mil reais) a título de danos morais, porém, esta não logrou êxito. Pela advogada da autora foi solicitado prazo para a juntada do substabelecimento. Pelo juiz foi dito: "**Vistos, etc.** Defiro o prazo de 05 dias para a juntada do documento solicitado. Fica a requerida intimada para apresentar a contestação no prazo de 15 dias."

Nada mais havendo encerrou-se o presente termo que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, Eliomar Rodrigues  Estagiário de Direito, digitei e subscrevo.



MM. Juiz




Requerente(s)

Requerido(as)



Adv. Requerente(s)



Adv. Requerido(as)

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS
/MG

Autos n. 5002351-19.2019.8.13.0433

BANCO BMG S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNJP sob o n. 61.186.680/0001-74, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3477 - 9º andar, SP/Capital, CEP 04538-133, vem, por meio de seus procuradores, respeitosamente, à presença de V. Excelência, nos autos de consignação em pagamento, em epígrafe, que lhe move **VANEIDE PEREIRA RODRIGUES**, apresentar **CONTESTAÇÃO**, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

CASO DOS AUTOS

Em síntese, alega em síntese, ter se surpreendido com descontos em seu benefício R\$206,34 (duzentos e seis reais e trinta e quatro centavos) decorrente de um empréstimo jamais solicitado. Aduz que lavrou boletim de ocorrência posto que a assinatura lavrada no termo não é de sua titularidade. Narra que em debito seu nome foi incluído nos cadastros de restrição ao crédito.

Diante do exposto, requereu liminarmente a exclusão de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito; no mérito requereu a declaração de inexistência de débito; condenação do requerido ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 20.000,00; a condenação do requerido a repetição do indébito em dobro referente aos valores descontados; ao final requer a inversão do ônus da prova; condenação do requerido ao pagamento de honorários e a concessão da justiça gratuita.

DA IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Primeiramente, tem-se que, tentando se aproveitar da inversão do ônus da prova prevista pela Lei Consumerista, a Autora traz aos autos meras alegações e completamente infundadas e sem qualquer comprovação, tentando assim obter vantagem sobre o Réu.

No âmbito das relações consumeristas, se faz necessário tratar a inversão do ônus da prova com total atenção, haja vista que o Código de Defesa do Consumidor não concede, imoderadamente, a inversão, mas sim, e tão somente, quando houver verossimilhança das alegações ou quando o consumidor for hipossuficiente. Nesse sentido é o art. 6º, inciso VIII, do CDC:

“Art. 6.º São direitos básicos do consumidor:
[...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;”

A inversão do ônus da prova não se trata de regra absoluta de aplicação automática, até porque, conforme precedentes do STJ é imprescindível que o magistrado a fundamente, demonstrando seu convencimento acerca da existência de pressuposto legal. Assim, apenas quando o processo se encontra ausente da mínima comprovação do alegado e de demonstração da patente impossibilidade de produção de prova pelo consumidor é que há sua incidência. O que não ocorre no caso em comento.

Inicialmente, insta salientar que o ônus da prova tem a finalidade de promover o devido processo de direito, isentando assim o Réu de provar fato negativo, uma vez que não há possibilidade de provar algo que não ocorreu.

Desta forma, a inexistência de demonstração de quaisquer elementos probatórios, demonstra a inexistência de verossimilhança. Assim, não se mostra crível a concessão das benesses ínsitas no art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, devendo o Autor, por consequência, estar adstrito ao seu ônus processual, conforme preconiza o art. 373, inciso I do CPC:

“Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;”

Assim, a inversão do ônus da prova deve ser concedida somente em caso de verossimilhança das alegações do Autor, o que não se verifica no caso em tela.

Nesse diapasão, de qualquer ângulo que se analise, a pretensão do Autor não merece prosperar, uma vez que a mera alegação de existência de relação consumerista não é fundamento suficiente para que haja a inversão do ônus da prova, além do que não restou demonstrada a verossimilhança das alegações, tampouco hipossuficiência técnica da parte, não estando, pois, amparada pelo bom direito, motivo pelo qual deve o pedido ser julgado improcedente o que desde já, requer-se.

IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

A autora ajuizou a presente ação e requereu o benefício da justiça gratuita. Contudo, insta esclarecer que o art. 5º, inciso LXXIV da Constituição da República, prevê que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Desta forma, não restam dúvidas de que a Lei 1.060/50 deve ser interpretada consoante o preceito constitucional.

Conforme se verifica nos presentes autos, não há nenhum elemento suficiente à concessão do benefício da gratuidade judiciária uma vez que a Autora sequer comprove que a sua situação econômica não lhe permite demandar sem prejuízo de seu sus-

tento.

É de se esclarecer que, conforme entendimento majoritário dos nossos Tribunais, a simples alegação de hipossuficiência, não é elemento satisfatório a fim de comprovar a insuficiência de recursos, ensejando o deferimento do pedido. É necessário que haja a comprovação da alegada ausência de recursos, o que não foi feito no presente caso.

No caso dos autos, a Autora apresenta a declaração genérica de hipossuficiência, sem qualquer comprovação da necessidade da assistência judicial e como dita, conforme entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a simples alegação não é suficiente a ensejar o deferimento da medida.

Ademais, a Autora não preenche os requisitos para a assistência judiciária gratuita, uma vez que a contratação de advogado particular é incompatível com a alegação de miserabilidade jurídica.

Assim, à evidência, havendo nos autos procurador contratado pela parte, restam inatendidos os requisitos para o deferimento do pedido avençado.

Desta forma, tendo em conta de que a Lei nº. 1060/50, que estabelece normas de concessão do benefício da justiça gratuita, visa, sobretudo atender quem de fato necessita de tal benefício, requer, desde já, seja indeferida o benefício da justiça gratuita

**DA VERDADE DOS FATOS– DA REGULARIDADE DA CONTRAÇÃO PREVI-
SÃO LEGAL**

Compulsando os documentos que instruem a presente defesa, denota-se que a parte autora, celebrou com a Instituição Financeira Requerida em 2017 o contrato de cartão de crédito consignado sob o número de adesão nº (49223604) o que originou a

averbações da reserva de margem consignável e, conseqüentemente, os descontos ficando, naquela mesma oportunidade, ciente dos valores que seriam descontados dos seus rendimentos mensais. Senão vejamos:

TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO		
Convênio: INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL		Nº ADE: 49223904
I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE):		
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF	1. VANEIDE PEREIRA RODRIGUES 2. FEMININO 3. 509.356.846-68	
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão	4. 00000000-00 RG SSP / MG - 27/08/2001	
5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício	5. --- 6. 1679909580	
7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 10. Naturalidade (Cidade/UF)	7. Solteira 8. 27/10/1968 9. BRASILEIRA 10. MONTES CLAROS / MG	
11. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail	11. (38) 99212-0838 / --- 11. ---	
12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	12. rua nova junção 207, casa, do firo megalhaes, FRANCISCO SA. MG, 38580-000 121 ---	
13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio	13. R\$ 4.504,22 13.1 Patrimônio	
14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheira	14. TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES / MANOEL RODRIGUES DE FREITAS 15. ---	
16. PEP (pessoa publicamente exposta): (a) Não/ (b) Sim (justificar)	16. Não	
17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar)	17. Financeira	
18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/ Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros (especificar)	18. Cartão	

Neste sentido, confira-se o teor da cláusula constante no instrumento contratual validamente celebrado entre as partes:


II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado (justa ao convênio)	1. 200,04
2. Abreviação 3. Solicitação de cartão adicional	2. Internacional 3. ---
4. Vencimento	4. 10
5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite)	5. R\$ 15,00
6. Cadastro (Apenas novo cadastro)	6. ---
7. Nome completo do titular / 8. Grau de parentesco do Adicional (se houver)	7. --- 8. ---
9. Forma de Pagamento: Mensal	

Resta, portanto, inquestionável a legitimidade da contratação posto que os instrumentos foram regularmente assinados. Ressalte-se ainda que, a parte autora aceitou todos os termos ali avençados, possuindo pleno conhecimento de todas as condições do contrato. Senão vejamos:

2. Endereço/telefone	2. R. J. J. SEABRA 119, CENTRO, COARACI, BA, 45.638-000 (00)32.5-8428
3. Nome/CPF do Agente de Venda	3. MARILDE VAZ / 528.344.506-25

Local e data: 15/07/2017

Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado GNB Card

 Assinatura do TITULAR: Jomisle Pereira Rodrigues

DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR: Declaro que cavi atentamente a leitura desta FICHA CADASTRAL na presença dos testemunhos abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.


A cargo do(a) **TITULAR**, assino e rogou: _____

Nome: _____ CPF ou C: _____

Testemunhos: _____

Nome/CPF: _____

Nome/CPF: _____


Polegar Direito-TITULAR

Logo, não há como a parte autora alegar que desconhecia os termos do contrato, não se justificando, *concessavenia*, as suas ilações iniciais.

Conforme os documentos/comprovantes anexo, foi localizado transferência a ser paga através de no importe de R\$ 5.292,45 **através de ordem de pagamento para conta 7274-4 agência 1248.**

Cumprе salientar que a ordem de pagamento é uma forma de crédito que permite ao cliente ao invés de receber através de uma conta bancária ou cheque, receber seu crédito na boca do caixa em espécie, em conta por ele indicada. Tal procedimento é devidamente previsto na instrução normativa do INSS de nº 28 de 16 de maio de 2008.

Ressaltamos que os saques foram disponibilizados por recurso do saldo do cartão, que possuem limites para compras e saques indicados nas faturas:

VENCIMENTO		10/12/2017	Página 1/1
LIMITE			
De Crédito			5.571,00
De Saque			5.292,00
ISS			
RESUMO DAS DESPESAS			
TOTAL DA FATURA ANTERIOR		R\$	5.383,41

Cumpra ainda esclarecer que ao contrário do alegado pela parte autora, o valor de R\$ 206,34 trata-se de reserva de margem consignável e não da ocorrência de descontos:

Descrição Rubrica	Valor
VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 4.504,22
ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,09
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	R\$ 377,31
SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,96
RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 206,34

Valor	Mês do Desconto	Status	Previsão do	Data do	Crédito	Isento IR
-------	-----------------	--------	-------------	---------	---------	-----------

Ressaltamos que os descontos foram realizados no importe de R\$ 197,09 apenas nas competências de 10/08 até 10/11/2017, o que justifica a inscrição do débito reclamado pela autora.

VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	
ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,07
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	R\$ 377,31
EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 197,09
SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,03
RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 206,34

	Taxas e Anuidade	0,00				
	Ajustes	0,00				
	Encargos Período	142,58				
	Saldo	5.435,03				5.435,03
10/09/2017	Saldo Anterior	5.435,03	3,06	-197,09	30	
	Compras / Saques	0,00				
	Taxas e Anuidade	5,00				
	Ajustes	0,00				
	Encargos Período	179,03				
	Saldo	5.619,06				5.421,97
10/10/2017	Saldo Anterior	5.421,97	3,06	-197,09	31	
	Compras / Saques	0,00				
	Taxas e Anuidade	5,00				
	Ajustes	0,00				
	Encargos Período	172,76				
	Saldo	5.599,73				5.402,64
10/11/2017	Saldo Anterior	5.402,64	3,06	-197,09	30	
	Compras / Saques	0,00				
	Taxas e Anuidade	0,00				
	Ajustes	0,00				

Cumpra esclarecer que o cartão recebido pela parte Autora é um cartão de crédito mediante convênio para consignação em folha de pagamento de um percentual do saldo devedor apurado mensalmente pela utilização do cartão.

O valor mínimo é descontado em sua folha de pagamento e o saldo remanescente deve ser pago no banco através da fatura mensal que é enviada ao cliente. Veja-
mos:

SEUS DADOS

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

cartão nº

5259.2226.8355.3116

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO

10/08/2017

Página 1/1

LIMITES

Em Crédito

De Débito

5.571,00

6.292,00

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
VANEIDE P RODRIGUES 5259.2226.8355.3116			
27/07/2017	RAQUE AUTORIZADO		5.292,45
25/07/2017	TOP ADICIONAL SOBRE RAQUE NACIONAL		20,13
23/07/2017	TOP		9,11
23/07/2017	ENCARGOS ROTATIVOS		113,26

RESUMO DAS DESPESAS	
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$ 0,00
1) Pagamento Efetuado - Antecipação	R\$ 0,00
2) Juros de Fatura não quitados	R\$ 0,00
3) Encargos Cartão	R\$ 142,58
4) Taxas / Anuidades	R\$ 0,00
5) Ausúes	R\$ 0,00
6) Campanhas / Saques de Vale	R\$ 5.292,45
7) Parcelas Paga	R\$ 0,00
8) TOTAL DESTA FATURA	R\$ 5.435,03

*É incluído, nos termos do Circular nº 2708, de 18/07/17, do Banco

		FATURA MENSAL – SEGUNDA VIA	
SEU DADO VANEIDE PEREIRA RODRIGUES Cardo nº 5259 0749.5296.3116		SERVIÇO A CLIENTES Central de Atendimento BMG 0800-8804006	
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS		VENCIMENTO 10/09/2019	Página 1/1
DATA	HEMORRÓICO	MOROSA DE CORTIM	RM R\$/C/R\$
		LIMITE De Débito 5.767,00 De Débito 5.470,00	
		RESUMO DAS DESPESAS TOTAL DA FATURA ANTERIOR R\$ 2.731,16 (+) Pagamentos Efetuados / Acreditados R\$ 0,00 (=) Saldo da Fatura Ant. Acreditada R\$ 2.731,16 (+) Encargos Contrbuídos R\$ 0,00 (+) Taxas / Anuidades R\$ 0,00 (+) Multas R\$ 0,00 (+) Correção / Despesa de Inércia R\$ 0,00 (+) Parcelas Faltas R\$ 0,00 (=) TOTAL DÍGITA FATURA R\$ 2.731,16	

Desta forma, como o débito em razão do saque não foi integralmente quitado na fatura, apesar de ter celebrado o contrato e ter as parcelas descontadas em seu benefício, por razões alheias ao conhecimento do réu, o autor teve perda na sua margem consignável e ficou inadimplente perante a instituição financeira.

A parte autora possuía pleno conhecimento do contrato e de que as parcelas não estavam sendo devidamente quitadas e assim, conforme previsão contratual **no**

caso de impossibilidade do desconto deveria buscar quitar o empréstimo de outras formas disponibilizadas, não podendo imputar tal responsabilidade ao Banco.

Ademais Excelência, não pode passar despercebido que a autora tinha conhecimento do contrato firmado, do valor da parcela e tinha acesso mensalmente ao seu contracheque. Assim, mesmo verificando que as parcelas não estavam sendo quitadas da forma pactuada, se manteve inerte, deixando de realizar o pagamento do valor da parcela, conforme determinado no contrato.

Ressalte-se ainda que, a autora aceitou todos os termos ali avençados, possuindo pleno conhecimento de que os valores são cobrados de forma variada, pois ocorrem de acordo com a utilização do cartão e o valor da reserva de margem disponível e não em parcelas fixas como no empréstimo consignado.

O cliente quando solicita o cartão, assina um termo de adesão com autorização para o Banco fazer a Reserva de Margem Consignável (RMC) e efetuar o desconto em sua folha de pagamento. Ademais, a parte Autora estava ciente de que o saque solicitado estaria sujeito à cobrança dos encargos discriminados no referido instrumento de contrato, bem como fora informado que os encargos incidirão sobre o valor dos saques e eventuais compras desde a data da sua realização até o efetivo pagamento do referido valor.

O Valor da reserva é utilizado para amortizar o débito e cabe ao cliente decidir se deseja quitar o valor remanescente integralmente através do pagamento da fatura.

Ora, não há qualquer justificativa para as alegações autorais no sentido de desconhecimento do contrato, pois o aderiu voluntariamente e recebeu o montante em sua conta. A parte autora mesmo recebendo as faturas para a quitação do débito se manteve inerte ocasionando um financiamento dos valores restantes e consequentemente a atribuição de juros e correções decorrentes da mora previsto em contrato e dentro das margens legais.

Portanto, não há que se falar em abuso por parte do Réu com relação ao valor atualizado da dívida, uma vez que foi a própria parte Autora quem deu causa ao débito existente.

Ademais, em casos de fraude, o fraudador não porta tamanha quantidade de documentos, os quais são pessoais e só poderiam ser fornecidos pelo proprietário, no caso a parte Autora.

O Banco Réu cumpriu rigorosamente as normas editadas pelo Banco Central do Brasil que disciplinam os procedimentos para a concessão da linha de crédito supra mencionada, inclusive com a verificação de todas as informações repassadas.

Há que se respeitar os contratos, pois constituem a base de uma sociedade civilizada. Não se pode pretender a anulação de um ato jurídico perfeito e acabado cujos reflexos já se repercutem há vários anos.

DA RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL

Cumprir prestar os devidos esclarecimentos no que diz respeito à margem consignável. Sabe-se que a Reserva de Margem Consignável - RMC trata-se de uma porcentagem de até 30% (trinta por cento), calculada sobre os rendimentos do mutuário, onde se incidem quaisquer descontos relativos a empréstimos realizados para pagamento mediante consignação em folha.

Desta forma, ficam reservados à instituição financeira a sua quota parte, dentro do referido limite, para que possam descontar valores visando a amortização paulatina de seu crédito. Cumprir ressaltar, que a margem consignável é um imperativo legal que protege o servidor público, o aposentado, e até mesmo empregado da iniciativa privada de terem preservados o restante de sua remuneração, por se tratar de uma renda de caráter alimentar.

Porém, ao mesmo tempo que o mutuário tem preservado 70% (setenta por cen-

to) de seu salário, ele deve disponibilizar os outros 30% (trinta por cento) a partir do momento que se obriga a pagar, mediante consignação em pagamento.

Ou seja, é de sua inteira responsabilidade disponibilizar os 30%, ou a quota parte da instituição credora, de forma a possibilitar a realização dos descontos da forma e quantia estabelecida em contrato.

Ora, refere-se ao pagamento do mutuário tomador do empréstimo, sendo, assim, de seu inteiro dever tornar plenamente suscetível sua margem para que o referido pagamento se possa realizar. Caso contrário, em não havendo disponíveis as quantias suficientes para quitar a parcela respectiva, o mutuário incorrerá em mora, sofrendo, conseqüentemente, os efeitos do inadimplemento. Repise-se: Não houve nenhuma irregularidade do Banco em assim proceder.

De fato, todo o comportamento do Réu adotado na relação contratual estabelecida entre as partes leva à clara compreensão de que simplesmente exerceu seu direito de modo regular, nos termos do que preconiza o artigo 188, I, 2ª parte.

Em face disso, esclarecidas as situações, resta demonstrado o descabimento das pretensões autorais.

ESCLARECIMENTOS RELEVANTES SOBRE O PRODUTO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

De modo a nortear este Juízo à resolução da controvérsia que se instaurou nestes autos, afigura-se conveniente tecer breves esclarecimentos acerca do Contrato de Cartão de Crédito Consignado celebrado entre as partes, especialmente por se tratar de um produto relativamente novo no mercado e que vem gerando algumas dúvidas em relação ao seu funcionamento.

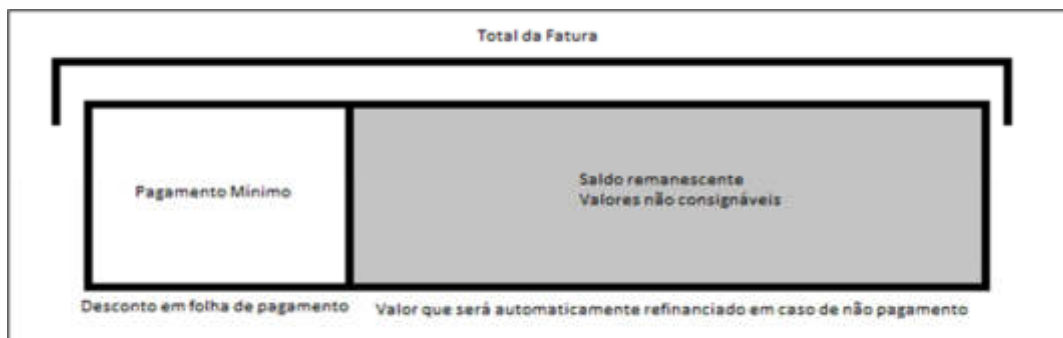
Primeiramente, é preciso deixar claro que o Cartão de Crédito Consignado muito pouco ou em nada se difere dos demais cartões convencionais, a não ser pelos benefícios típicos de créditos consignados. É de se dizer que tal como ocorre com as demais modalidades de cartão, o Cartão de Crédito Consignado também é um meio eletrônico de pagamento que **permite ao seu portador, no limite do crédito pré-aprovado que lhe é concedido, adquirir bens ou serviços, pelo preço à vista ou financiado, bem como a REALIZAÇÃO DE SAQUES ALÉM DE UTILIZAÇÃO PARA COMPRAS EM DIVERSOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.**

Em poucas palavras, pode-se dizer que a maior diferença entre os cartões convencionais e o Cartão de Crédito Consignado reside, basicamente, nas taxas e encargos contratados. No caso do Cartão de Crédito Consignado, os riscos de inadimplência dos agentes envolvidos nesse tipo de operação são sensivelmente reduzidos, principalmente porque os valores mínimos da fatura são automaticamente descontados da folha de pagamento do usuário e repassados à Instituição Financeira pela Entidade Averbadora do contrato. Consequência disso é que os juros e encargos incidentes sobre esse tipo de operação são expressivamente menores do que os contratos de cartão de crédito convencionais.

Mais um ponto que merece destaque é que tanto as Instituições Financeiras quanto os titulares dos cartões não possuem liberdade para definir o percentual da margem consignável incidente sobre os contratos firmados, estando esses limites previamente definidos por Lei ou por Ato Normativo.

Assim, realizado o desconto do pagamento referente ao mínimo da fatura (respeitando sempre o limite percentual da reserva de margem, mas não necessariamente o utilizando em sua totalidade), tal como ocorre com as modalidades convencionais, o titular do Cartão de Crédito Consignado deverá efetuar o pagamento do remanescente até a data do vencimento da fatura – situação que impedirá a incidência de juros e demais encargos relativos à utilização do crédito rotativo - ou, se preferir, poderá permanecer inerte e deixar o saldo devedor ser refinanciado pelas condi-

ções previamente acertadas no contrato. De modo a ilustrar o que foi acima exposto, importante colacionar o diagrama abaixo, o qual não deixa dúvidas sobre a composição da fatura do Cartão de Crédito Consignado:



Em que pesem todos os esclarecimentos promovidos pela parte ré para evitar o superendividamento dos seus clientes, a experiência comum nos indica que a maior parte das demandas de cartão de crédito, seja ele na modalidade consignado ou na convencional, decorre justamente da utilização desarrazoada e irracional do crédito rotativo colocado à disposição do titular, circunstância essa que, quase sempre, vem associada à falsa sensação de que o valor da dívida inicialmente contraída já teria sido amortizado por meio dos sucessivos e periódicos descontos realizados em folha de pagamento (valor mínimo).

Entretanto, é bom que se diga aqui que tal sentimento, por si só, não se mostraria capaz de derrogar as disposições validamente celebradas entre as partes, devendo prevalecer, portanto, a análise material do histórico financeiro havido durante a execução do contrato, nos termos das planilhas anexadas.

DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

Por fim, pleiteia a autora indenização por danos morais. **Esclareça-se que, não procede a alegação da autora, pois, como dito, volitivamente, procurou um represen-**

tante do Réu, negociou e assinou o contrato de cartão de crédito consignado com o Banco, concordando com todas as cláusulas estabelecidas, sendo disponibilizada cópia deste a ele.

Além disso, a parte autora não acostou aos autos nenhuma comprovação dos fatos alegados, **sendo inadmissível olvidar suas esparsas alegações.**

Ora, inexistiram os fatos da forma que foram narrados pela autora, inexistiu culpa do Réu e inexistiu, também, ofensa à moral. E mais, ainda que se pudesse atribuir responsabilidade ao Réu, faltaria, ainda assim, elemento fundamental para o ressarcimento, qual seja, o dano a ser reparado. A boa doutrina, nesse sentido, firmou-se, conforme se depreende pelo ensinamento do ilustre doutrinador Rui Stoco, citando Aguiar Dias:

"o que o prejudicado deve provar, na ação, é o dano, sem consideração ao seu quantum, que é matéria da liquidação. Não basta, todavia, que o autor mostre que o fato de que se queixa, na ação, seja capaz de produzir dano, seja de natureza prejudicial. É preciso que prove o dano concreto, assim entendida a realidade do dano que experimentou. (in Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, RT, 2ª ed., 1995, p. 441)"

O dano moral não é qualquer aborrecimento ou contratempo, ocasionado pelas complexidades da vida em coletividade, capaz de gerar obrigação de indenizar, como quer fazer crer a parte autora. Além disso, **em momento algum a autora comprovou qualquer prejuízo**, e tampouco houve qualquer abalo à sua moral e credibilidade.

Ainda, sobre os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, leciona Maria Helena Diniz:

"(...) a responsabilidade civil requer: a) Existência de uma ação, comissiva ou omissiva, qualificada juridicamente, isto é, que se apresenta como um ato ilícito ou lícito (...). b) Ocorrência de um dano moral ou patrimonial causado à vítima por ato comissivo ou omissivo do agente ou de terceiro por quem o imputado responde, ou por um fato de animal ou coisa a ele vinculada. Não pode haver responsabilidade civil sem dano, que deve ser certo, a um bem ou interesse jurídico, sendo necessária a prova real e concreta dessa lesão. (...). c) Nexo de causalidade entre o dano e a ação (fato gerador da responsabilidade),

pois a responsabilidade civil não poderá existir sem o vínculo entre a ação e o dano. (...)" (DINIZ. Maria Helena. "Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil". Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 38-39).

Como anota HUMBERTO THEODORO JÚNIOR ("Dano Moral", 2a edição, Ed. Juarez de Oliveira, 1999, página 9), citando APARECIDA I. AMARANTE, ("Responsabilidade Civil por Dano Moral", Belo Horizonte, Del Rey, 1991):

"Para ter direito de ação, o ofendido deve ter motivos apreciáveis de se considerar atingido, pois a existência da ofensa poderá ser considerada tão insignificante que, na verdade, não acarreta prejuízo moral" (AMARANTE, ob.cit.,p.274). Para que se considere ilícito o ato que o ofendido tem como desonroso é necessário que, segundo um juízo de razoabilidade, autorize a presunção de prejuízo grave, de modo que "pequenos melindres", insuficientes para ofender os bens jurídicos, não devem ser motivo de processo judicial. De minimis no curatpraetor, já ressaltavam as fontes romanas. Enfim, entre os elementos essenciais à caracterização da responsabilidade civil por dano moral, hão de incluir-se, necessariamente, a ilicitude da conduta do agente e a gravidade da lesão suportada pela vítima (AMARANTE, ob. cit. Joc. cit. ANTÔNIO CHAVES, ob. cit. Joc. cit.)"

Indubitável, portanto, que somente poderá ser considerada a agressão que alcance o sentimento pessoal de dignidade, "que fugindo à normalidade, cause sofrimento, vexame e humilhação intensos, alteração do equilíbrio psicológico do indivíduo, duradoura perturbação emocional, tendo-se por paradigma não o homem frio e insensível, tampouco o de extrema sensibilidade, mas, sim, a sensibilidade ético-social comum" (Sérgio Cavalieri Filho, "Visão Constitucional do Dano Moral", artigo publicado na "Cidadania e Justiça" nº 06, p. 206/211).

Como amplamente demonstrado, **a inexistência de ato ilícito praticado pelo banco Réu, de dano sofrido pela parte autora** e, conseqüentemente, de nexo causal, inexistentes os requisitos necessários à comprovação do direito à indenização, razão pela qual deve ser julgado improcedente o pedido.

DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NO ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Ad argumentandum tantum, caso Vossa Excelência haja por bem reconhecer a existência de danos morais, o que somente se admite por amor ao debate, temos que eventual indenização deverá ser arbitrada em valores condizentes com a realidade dos autos.

Ora, admitida a reparação dos danos morais, desde que robustamente demonstrados (o que, definitivamente, não é o caso dos autos), a apuração do *quantum* deve ser moderada e cuidadosa, no entendimento de respeitáveis juristas:

“O que preconizamos é um sistema que satisfaça a imposição jurídica de indenizar o dano, sem decair ao papel de instrumento de exploração inescrupulosa, que tem, quase sempre, duas faces de iniquidade: extorsão ao responsável e prejuízo à vítima, porque, muitas vezes, o “quantum” deferido se esvai no proveito dos intermediários”.(Dias, José Aguiar, “in” “Da Responsabilidade Civil”, vol. II, Editora Forense, Rio de Janeiro, 10ª edição, pág. 780).

Ademais, doutrina e jurisprudência já pacificaram o entendimento de que os danos devem ser indenizados sem causar enriquecimento injustificado da vítima.

Assim sendo, o arbitramento do valor da indenização que porventura, e por absurdo, venha a recair sobre o Réu, deve ser norteado pelo princípio do bom senso e da prudência do Magistrado, sob pena de ser caracterizado o malfadado enriquecimento sem causa.

DA INEXISTÊNCIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO

Não bastasse isso, pleiteia a parte autora a condenação do Réu a devolução de valores descontados de seu benefício.

No entanto, além da parte autora sequer ter demonstrado a procedência do valor que entende que deve ser ressarcida, como já dito, ela autorizou expressamente os descontos em folha ao contratar o empréstimo.

Contudo, cumpre salientar, que o ordenamento jurídico prevê sua possibilidade em duas situações. O parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que *“o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável”*. Já o art. 940 do Código Civil determina que *“aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição”*.

Ambos os artigos apontam situações que **não foram caracterizadas no presente caso**, tendo em vista a ausência de irregularidade das cobranças realizadas, conforme já demonstrado. Ademais, conforme posicionamento consolidado no STJ, para que se reclame a restituição, **exige-se que o devedor indevidamente cobrado já tenha quitado a dívida e, além disso, haja má-fé do credor, o que não ocorreu no caso em tela**.

*“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. MULTA MORATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INEXISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. DESCABIMENTO. 1.- Permite-se a capitalização mensal dos juros nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00) e que pactuada. 2.- O critério adotado para determinação da condição de consumidora da pessoa jurídica é o finalista. Desse modo, para caracterizar-se como consumidora, a pessoa jurídica deve ser destinatária final econômica do bem ou serviço adquirido. 3.- Não havendo relação de consumo entre as partes, deve ser indeferido o pedido de redução da multa moratória fundado na aplicação do Código de Defesa do Consumidor. 4.- **A jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ é firme no sentido de que a repetição em dobro do indébito, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor.** 5.- Agravo Regimental improvido.”*

(STJ, AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1281164/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe 04/06/2012) g.n.

Esclareça-se, inicialmente, que a obrigação de restituir apenas ocorre com relação ao que foi **pago indevidamente**, o que não é o caso desta demanda conforme restou comprovado.

Ora, inexistiram os fatos da forma que foram narrados pela parte Autora, conforme se verifica com a simples leitura do contrato firmado entre as partes e os documentos anexados aos autos, verifica-se que não houve pagamento indevido ou excessivo, de forma que inexistiu culpa do Réu.

Frisa-se que, conforme já mencionado e comprovado, a parte Autora firmou o contrato com o Banco, permitindo as cobranças para cumprimento dos serviços contratados. Assim não há que se falar em negligência, ato abusivo ou dano causado pelo Réu, uma vez que o Banco estava cumprido cláusulas contratuais, inexistindo falha em seus serviços, conforme decisão do TJMG:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - SERVIÇOS BANCÁRIOS - APLICAÇÃO DO CDC - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - AUSÊNCIA DE PROVA DO ATO ILÍCITO - DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. - Inexistindo falha nos serviços prestados pelo banco réu, não há de se falar em indenização por dano moral ou material, e consequentemente, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe. (TJMG - Apelação Cível 1.0145.14.037489-6/001, Relator(a): Des.(a) Domingos Coelho, 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/02/2016, publicação da súmula em 01/03/2016)

Conclui-se, portanto, que o eventual prejudicado pelo pagamento indevido, para invocar o restabelecimento da situação anterior, deve fazer prova substancial do erro quanto ao pagamento, da inexistência de causa que justifique o enriquecimento de quem recebeu o pagamento, bem como da inexistência de outra forma de ação que possa restituir o seu direito, conforme preconiza o art. 373 do CPC/15.

Dessa forma, ao assinar o contrato em questão, a parte contratada fica ciente do conteúdo de todas as suas cláusulas, **tendo-lhe sido entregue uma cópia**, constando o plano de pagamento, o preço das contraprestações mensais e as garantias exigidas em caso de inadimplemento e mais, além de terem sido pactuados livremente, eram perfeitamente conhecidos do Autor não cabendo, portanto, a alegação de pagamento indevido, motivo pelo qual a pretensão Autoral de restituição deve ser rechaçada, julgando improcedente também, este pedido.

PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Por todos os argumentos, o Réu requer:

1. Sejam acolhidas as preliminares de mérito arguidas bem como impugnação ao valor da causa pelas razões expostas;
2. Sejam julgados improcedentes os pedidos iniciais em todos os seus termos, uma vez serem legítimas todas as ações praticadas pelo Réu, eis que de acordo e em fiel cumprimento ao contrato legitimamente firmado entre as partes;
 - a) Rogando pela aplicação do **princípio da eventualidade**, caso seja reconhecido o dever de indenizar, que seja a reparação fixada em quantum arbitrado com moderação e critério, a fim de não causar enriquecimento ilícito da parte autora, assim como seja, eventual devolução, realizada tão somente na forma simples, diante da ausência de má-fé do Réu;
 - b) Requer ainda, **na eventualidade de absurdamente, ser declarada a nulidade do contrato, o que não se admite, que seja condenada a parte Autora à devolução de todos os valores relativos a saque, devidamente corrigidos, autorizando ainda a compensação dos valores em caso de condenação do banco Réu em qualquer obrigação de pagar;**

- c) Ato contínuo, pugna o requerido pela expedição de ofícios ao Itaú Unibanco para comprovação do envio da ordem de pagamento.
- d) Requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidos e necessários à comprovação dos fatos ora alegados, sobretudo a prova documental, testemunhal e depoimento pessoal da autora;

Por fim, requer, sejam as futuras notificações encaminhadas ao endereço de seus patronos na Rua Santa Catarina, 1631, 8º andar, bem como as futuras publicações efetuadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome dos advogados: **Wederson Advincula Siqueira, inscrito na OAB/MG sob o nº 102.533, Mateus de Moura Lima Gomes, inscrito na OAB/MG sob o nº 105.880 e Marcos Ezequiel de Moura Lima, inscrito na OAB/MG sob o nº 136.164, sob pena de nulidade.**

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2019.

Marcos Ezequiel de Moura Lima
OAB/MG 136.164

Wederson Advincula Siqueira
OAB/MG 102.533

Gabriela Horta Bicalho Digênova
OAB/MG 86.048

Verônica Duarte do Nascimento
OAB/MG 156.099

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

ProComum 5002351-19.2019.8.13.0433 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por intermédio de seus procuradores *infra* assinados, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO DA RÉ**, pelos motivos que passa a expor:

1. SÍNTESE DA ARGUMENTAÇÃO DAS PARTES

A Autora teve seu nome negativado de forma indevida, apesar de não possuir qualquer relação ou dívida com a Ré. Frisa-se que a Requerente nega dita cobrança e jamais contratou ou residiu na cidade de Francisco Sá/MG, endereço da conta onde o valor do empréstimo foi depositado.

Em contrapartida, a Ré tece argumentação totalmente genérica, a fim de afastar sua responsabilidade pelo infortúnio. Traça teses **apenas** doutrinárias e jurisprudenciais a respeito da inversão do ônus da prova, da manifestação da vontade na realização de contratos, do dano moral e do quantum indenizatório. **NÃO JUNTOU NENHUMA PROVA VÁLIDA.**

2. DA EVIDÊNCIA DE FRAUDE – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Advoga com veemência a Contestante que havia negócio jurídico válido realizado pela Requerente, de forma que a Requerida apenas agiu no exercício regular de seu direito ao negativar o nome daquela.

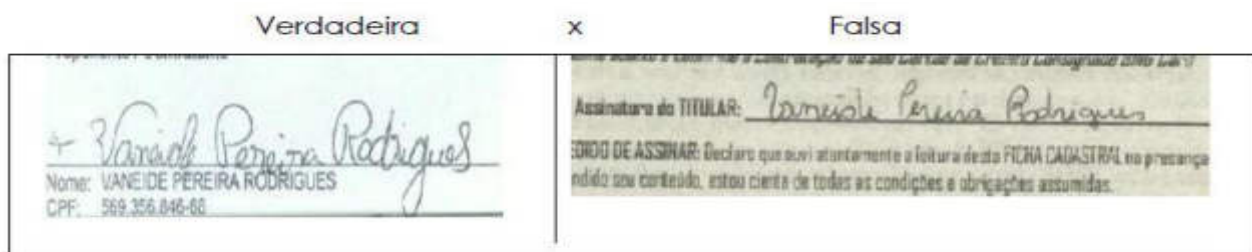
Todavia, para que esta argumentação fosse levada em consideração, fazia-se necessária a apresentação de documentação válida nos autos para constatar a validade do negócio, o que **NÃO OCORREU**.

Embora a Financeira Ré negue sua responsabilidade pela conduta ilícita no caso em tela, **NÃO JUNTOU NENHUMA PROVA VÁLIDA DE SUAS ALEGAÇÕES**. Os únicos documentos trazidos aos autos pela Requerida são **um contrato cuja assinatura NÃO PERTENCE À AUTORA, mas sim foi feita por um estelionatário, uma carteira de Identidade**

Falsa, com foto, assinatura e dados do livro totalmente estranhos ao original da Autora; e prints de tela de seus sistemas internos (documentos unilaterais) como tentativa de comprovar a existência de cadastro, do recebimento dos valores e da dívida com o Banco Réu.

2.1 DAS PROVAS - DA UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FALSOS PARA REALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Primeiramente, quanto ao contrato, percebe-se de forma cristalina que a assinatura presente no instrumento é totalmente discrepante das apostas na documentação pessoal original e nos documentos anexados ao processo assinados pela Demandante. Veja:



Veja ainda, Excelência, que o Réu providenciou e juntou as cópias dos documentos que foram utilizados para a celebração do contrato. Vejamos o que foi apresentado:

2.7.1 VERSO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE FALSA APRESENTADA PELA RÉ	2.7.2 VERSO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE VERDADEIRA DA AUTORA
	

Com a devida atenção a estes documentos, nota-se a divergência quanto ao número do livro de registro de nascimento da carteira de identidade utilizada

na contratação, do número do livro de registro de nascimento que consta na identidade da Autora. Excelência, é incontestável que o documento utilizado no negócio é falso!

Além disso, as assinaturas são totalmente discrepantes, e a foto de forma alguma corresponde à pessoa da Autora, diferença esta que é gritante, perceptível por homem médio.

Confira:

2.7.3 FRETE DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DA PRETensa CLIENTE	2.7.4 FRETE DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DA AUTORA
	

Acrescenta-se também, que consta no contrato endereço da cidade de Francisco Sá e que o valor supostamente emprestado caiu em conta no banco ITAU, conta esta que a Requerente jamais possuiu.

	
---	--

Sendo assim, por todo o arcabouço *probandi*, e diante das evidências aqui levantadas quanto à divergência das assinaturas e de dados, assim como endereço de conta QUE NÃO SÃO DA AUTORA, mas sim de um terceiro, não há como negar que essa foi vítima de estelionatário que firmou os contratos em seu nome sem a sua anuência ou sequer conhecimento, se passando por ela, utilizando documentos falsos.

Tal situação configura negligência da prestadora de serviços que contrata com terceiro, utilizando documentos de outra pessoa, por não aferir a

identidade real do contratante, sendo, por isto mesmo, devida indenização pela ocorrência de danos morais.

Nosso Egrégio tribunal assim tem decidido em casos análogos:

EMENTA: APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - FRAUDE - INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DA VÍTIMA NOS BANCOS DE DADOS DE RESTRIÇÃO DO CRÉDITO - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM - CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO.

- Evidencia conduta negligente a disponibilização de contrato a terceira pessoa, que fez uso de documentos obtidos de forma escusa, fazendo-se passar por outrem, mormente porque compete às instituições bancárias não só proceder ao rigoroso exame da documentação apresentada, mas, também, checar os demais dados, tais como endereços, telefones, ficha cadastral e fontes seguras de informação. Correm por conta da instituição financeira os riscos do seu empreendimento, cabendo-lhe responder pelos danos causados a terceiro, em caso de inclusão de nome no SPC, em razão de contratação com documentos falsos.

- Tratando-se de inscrição indevida de devedor em cadastro de maus pagadores, a exigência de prova do dano moral se satisfaz com a demonstração do próprio fato da inscrição.
- O 'quantum' indenizatório por dano moral não deve ser a causa de enriquecimento ilícito nem ser tão diminuto em seu valor que perca o sentido de punição.

(TJMG - Apelação Cível 1.0112.17.002118-5/001, Relator(a): Des.(a) Domingos Coelho, 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/09/2018, publicação da súmula em 25/09/2018) Destacamos

In casu, as divergências dos documentos são nítidas por mais simples análise a olho nu! Sendo assim, é indiscutível que houve falha na prestação de serviço da Requerida, que não cuidou de averiguar a veracidade dos documentos apresentados pelo suposto cliente para firmar negócio jurídico, e logo negativou o nome da Autora injustamente sem tomar as devidas medidas para tanto.

Finalmente, reitera-se que a Autora contactou a Ré administrativamente e lavrou Boletim de Ocorrência, confirmando o fato de que esta foi vítima de Fraude.

3. DA IMPUGNAÇÃO À ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA DA RÉ

Configura-se, na hipótese, a responsabilidade pelo fato do serviço, enquadrando-se a parte Autora no conceito de consumidor por equiparação, nos termos do art. 17 do CDC, posto que ela foi alvo das práticas da Empresa Requerida, o que atrai a incidência das demais normas protetivas do estatuto consumerista.

Se a Empresa Demandada rebate os motivos de seu suposto cliente de que jamais contratou com a Ré, caberá a ela o ônus da prova, conforme as normas da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e do Código de defesa do Consumidor, em respeito ao instituto da inversão do ônus probandi (artigo 6º, VIII).

Apesar de a dívida ser oriunda de contratação fraudulenta, **a responsabilidade civil da Instituição Financeira BMG não pode ser afastada por se tratar de fortuito interno, nos termos da Súmula 479, do STJ.**

Em se tratando de relação de consumo, o fornecedor de serviços só se eximirá de responder pela prestação defeituosa dos serviços se provar a inexistência do dano ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, pois cabe ao Réu o ônus da prova da contratação de produto ou serviço por requerimento do consumidor.

Destaca-se ainda que é o Postulado quem tem o dever de proceder com a necessária cautela na fiscalização do bom funcionamento dos seus serviços, não podendo, de forma alguma, transferi-lo á hipossuficiente desta relação jurídica.

A jurisprudência do STJ é firme e consolidada no sentido de que "o dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato" (STJ - REsp 1707577/SP, Segunda Câmara, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2017).

Em casos de inclusão indevida, tem-se entendido que deve a indenização por danos morais ser fixada em **valor equivalente a vinte salários mínimos.**

Sendo assim, é questão de justiça que seja reconhecido o direito à indenização pelos danos causados à honra e bom nome da Requerente, em face da negatificação por inadimplência de dívida inexistente.

4. REQUERIMENTOS

Assim, tem-se por impugnadas toda a contestação. Tendo em vista que **a Ré não se desincumbiu do ônus de comprovar a legitimidade do débito que ensejou a inscrição do nome da Autora nos cadastros de restrição ao crédito**, requer a procedência de todos os pedidos contidos na exordial.

Termos em que, pede deferimento.

Montes Claros, 26 de novembro de 2019.

Mateus Augusto da Silva Amaral
OAB/MG 119.584

Suelen Stefani Vieira Freires
OAB/MG 155.104

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTESCLAROS/MG

ProComum 5002351-19.2019.8.13.0433

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, por seu procurador infra assinado, à presença de Vossa Excelência, requerer com base no disposto no art. 355, do NCPC, o julgamento antecipado da lide, vez que não se vislumbra a possibilidade de produção de outras provas, nem mesmo prova oral em audiência, tendo em vista a presunção do dano moral para o caso e a prova documental já acostada aos autos.

Nestes termos, pede deferimento.

Montes Claros, 24 de janeiro de 2020.

Mateus Augusto Silva Amaral
OAB/MG 119.571

Suelen Stefani Vieira Freires
OAB/MG 155.104

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS - MG

Autos nº 5002351-19.2019.8.13.0433

BANCO BMG S/A, já qualificado nos autos da ação que lhe move **VANEIDE PEREIRA RODRIGUES** vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em razão do despacho proferido, vem manifestar e requerer o que se segue.

O requerido pugna pela expedição de ofícios para o Banco Itaú Unibanco, agência 1248, conta 7274-4 op 5260, para comprovar a transferência dos valores disponibilizados a título de saques relativo ao contrato ob.

Por fim, pugna o requerido, **na eventualidade**, ser declarada a nulidade do contrato de cartão de crédito firmado entre as partes, o que não se admite, que seja condenada a parte autora à **devolução dos valores comprovadamente depositados em sua conta corrente**, devidamente corrigidos, autorizando ainda a compensação dos valores em caso de condenação do banco Réu em qualquer obrigação de pagar.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 28 de janeiro de 2020.

Marcos Ezequiel de Moura Lima
OAB/MG 136.164

Wederson Advíncula Siqueira
OAB/MG 102.533

Gabriela Horta Bicalho Digênova
OAB/MG 86.048

Verônica Duarte do Nascimento
OAB/MG 156.099



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.098623-2/001



2019001058812

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV
Nº 1.0000.19.098623-2/001
AGRAVANTE(S)
AGRAVADO(A)(S)

11ª CÂMARA CÍVEL
MONTES CLAROS
BANCO BMG SA
VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO BMG S.A. contra decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros que, nos autos da “*ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada*” ajuizada por VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, deferiu a tutela provisória de urgência para determinar que o réu, ora agravante, dê baixa imediata na restrição de crédito lançada em desfavor da autora, ora agravada, sob pena de multa diária de R\$200,00 por até 30 dias.

Assim fundamentou o MM. Juiz:

[...] Quanto ao pedido de tutela de urgência, no presente caso, entendo legítima a pretensão da autora em pleitear a exclusão do seu nome dos bancos de dados de serviços de proteção ao crédito. A documentação trazida pela parte autora demonstra a probabilidade do direito invocado, em virtude de que ela traz comprovante de inscrição nos cadastros de devedores.

Quanto ao perigo de dano, este resta comprovado pela inscrição e manutenção do nome da requerente no cadastro de proteção ao crédito, quando há controvérsia sobre a relação jurídica que originou o débito.

Ademais, não há perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, que pode ser revogado a qualquer momento.

Defiro a tutela provisória de urgência para determinar que a empresa ré exclua dos cadastros de restrição de crédito o nome da autora, até novo



Nº 1.0000.19.098623-2/001

pronunciamento judicial, e fixo, em caso de não cumprimento, multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia, até o máximo de 30 (trinta) dias. [...]

Aduz o agravante, em síntese, que a aplicação da multa estipulada pelo Juízo *a quo* acarretará em enriquecimento ilícito da agravada já que não observou os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade.

Sustenta que *“as meras alegações contidas na exordial não podem ser suficientes para atingirem a cognição sumaria do nobre magistrado, devendo o mesmo se pautar em meios probatórios hábeis para deferir tutela antecipada”*.

Alega que conforme determina o art. 537, § 1º, I, do Código de Processo Civil, o valor da multa deverá ser modificado, caso se verifique que esta se tornou excessiva.

Afirma ainda que *“meras alegações contidas na exordial não podem ser suficientes para atingirem a cognição sumaria do nobre magistrado, devendo o mesmo se pautar em meios probatórios hábeis para deferir tutela antecipada”*.

Requer que o presente recurso seja recebido em sua modalidade suspensiva.

Ao final, pugna pelo provimento do agravo de instrumento para reformar a decisão agravada a fim de indeferir a tutela provisória de urgência.

Subsidiariamente, prevalecendo à incidência da multa, requer seja aplicada a penalidade por desconto indevido, e não diariamente.

Preparo recolhido conforme doc. 03.

É o relatório.

Presentes os requisitos legais do art.1.015 A 1.017 todos do Novo Código de Processo Civil, recebo o presente agravo de instrumento.



Nº 1.0000.19.098623-2/001

Como cediço, em regra, o recurso de agravo de instrumento não tem efeito suspensivo. Contudo, a luz do que dispõe o art. 1.019, I, do NCPC, poderá o relator, a pedido do agravante, atribuir efeito suspensivo ao recurso, desde que entenda estarem presentes os requisitos previstos no art. 995, parágrafo único, do NCPC, notadamente, que a decisão recorrida é suscetível de lhe causar perigo de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação e que há probabilidade de provimento do recurso, ou seja, a aparência de razão do agravante, vejamos:

“Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.”

Verifica-se que a concessão de efeito suspensivo ao recurso é medida adequada quando se pretende apenas suspender os efeitos de uma decisão recorrida “positiva”, até que seja levado o recurso em julgamento pela colenda turma julgadora no Tribunal *ad quem*.

Nessa linha, lições de Daniel Amorim Assumpção Neves:

(...) O *efeito suspensivo* caberá sempre que a decisão impugnada tiver **conteúdo positivo**, ou seja, ser uma decisão que concede, acolhe, defere alguma espécie de tutela. Nesse caso, a decisão positiva gera efeitos práticos, sendo permitido ao agravante pedir que tais efeitos sejam suspensos até o julgamento do agravo de instrumento. Tratando-se de efeito suspensivo *ope judicis* (impróprio), não basta o mero pedido do agravante, sendo indispensável o preenchimento dos requisitos previstos pelo art. 995, parágrafo único, do Novo CPC: probabilidade de provimento do recurso, ou seja, a aparência de razão do agravante, e o *perigo de risco de dano grave*,



Nº 1.0000.19.098623-2/001

de difícil ou impossível reparação, demonstrada sempre que o agravante convencer o relator de que a espera do julgamento do agravo de instrumento poderá gerar o perecimento de seu direito.(...)(in Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo, JusPodivm, Salvador, 2016, pág.1702)

Na espécie, cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que deferiu o pedido de tutela de urgência para determinar que o réu, ora agravante, dê baixa imediata na restrição de crédito lançada em desfavor da autora, sob pena de multa diária no valor de R\$200,00 limitada a 30 dias.

Analizando os autos, a título de cognição sumária, entendo que não se mostra presente a relevância da fundamentação da tese recursal a ensejar a probabilidade de provimento do recurso, ou, que a espera do julgamento do agravo poderá gerar o perecimento do direito invocado pelo agravante.

Alega a parte autora à ocorrência de desconto indevido em seu benefício de aposentadoria, haja vista que nunca celebrou contrato de empréstimo junto a instituição financeira ré.

Nessa linha, nos termos da súmula 38 do TJMG, diante da negativa da contratação do serviço, ou, produto, é devida a retirada do nome da autora dos cadastros de inadimplentes.

Lado outro, quanto a multa arbitrada pelo juízo *a quo* para o caso de descumprimento da liminar, cumpre salientar que as multas cominatórias aplicáveis nas obrigações de fazer, não-fazer ou entregar coisa possuem a finalidade de constranger o devedor a executar a prestação estipulada.

Nessa linha, ao fixar a multa cominatória o Magistrado deve se ater ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, devendo ser arbitrado valor suficientemente adequado ao seu objetivo intimidatório, zelando para que não se torne insignificante a ponto de não criar no



Nº 1.0000.19.098623-2/001

obrigado qualquer receio quanto às consequências de seu não cumprimento, e nem exorbitante a ponto de se locupletar a outra parte.

Assim, o NCPC traz em seu artigo 537, §1º, a possibilidade e as hipóteses nas quais se admitem a modificação ou exclusão da multa cominatória, senão vejamos:

Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

Em análise dos autos, entendo que não há perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo para a parte agravante, até porque conforme narra o art.537, §1º, do CPC/15, a *astreintes* poderá ser modificada a qualquer momento, devendo a matéria, portanto, ser objeto de julgamento pela colenda turma julgadora, em respeito ao princípio da colegialidade.

Desta feita, ausentes os requisitos legais do art.1.019, I, c/c art.995, parágrafo único, ambos do Novo Código de Processo Civil, **indefiro efeito suspensivo** ao agravo de instrumento.

Intime-se a parte agravada para apresentar contraminuta no prazo legal, nos termos do art.1.019, II, do NCPC.

Cumpridas às determinações e transcorrido o prazo de contraminuta, volvam os autos conclusos para julgamento.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2019.

DESA. SHIRLEY FENZI BERTÃO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.098623-2/001

Relatora

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargadora SHIRLEY FENZI BERTAO, Certificado:

6CF39E43416B602ED449C55B5D4BBC23, Belo Horizonte, 22 de agosto de 2019 às 14:49:30.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador:
1000019098623200120191058812



EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO – TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA – ART.300 DO NCPC – CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DO NOME EM CADASTROS DE INADIMPLENTES – SÚMULA 38 DO TJMG – POSSIBILIDADE – ALEGADA AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO – FIXAÇÃO DE *ASTREINTES* – CABIMENTO – ARTIGOS 497 E 537 AMBOS DO CPC/15 – VALOR E PRAZO ADEQUADOS AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. Para a concessão da tutela provisória de urgência de natureza antecipada, nos termos do art.300 do NCPC, mostra-se indispensável a comprovação de elementos que evidenciem a probabilidade do direito invocado pelo autor, somado ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. 2. Presente a probabilidade do direito invocado pelo autor advindo da alegada ausência de contratação, bem como o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo decorrente da inscrição indevida do nome em cadastros de inadimplentes, possível a concessão da liminar para o cancelamento da referida inscrição. 3. Nos termos dos artigos 497 e 537 ambos do CPC/15, nas ações que têm por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, tomar as providências cabíveis e necessárias para assegurar o resultado prático ou a efetivação da tutela específica. 4. Nessa linha, perfeitamente possível à fixação de multa nos casos de deferimento de tutela provisória de urgência na fase de conhecimento, devendo ser observado os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no momento da estipulação do valor e periodicidade da *astreintes*. 5. Em se tratando de liminar que se limitou a determinar a retirada do nome da parte autora dos cadastros de proteção ao crédito, correta a fixação da multa por periodicidade diária, porquanto basta um único e simples comando administrativo por parte do banco para o cumprimento da ordem judicial. 6. Recurso conhecido e não provido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV Nº 1.0000.19.098623-2/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - AGRAVANTE(S): BANCO BMG SA - AGRAVADO(A)(S): VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 11ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.098623-2/001

DESA. SHIRLEY FENZI BERTÃO
RELATORA.



DESA. SHIRLEY FENZI BERTÃO (RELATORA)

V O T O

I - RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO BMG S.A. contra decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros que, nos autos da “*ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada*” ajuizada por VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, deferiu a tutela provisória de urgência para determinar que o réu, ora agravante, dê baixa imediata na restrição de crédito lançada em desfavor da autora, ora agravada, sob pena de multa diária de R\$200,00 por até 30 dias.

Assim fundamentou o MM. Juiz:

[...] Quanto ao pedido de tutela de urgência, no presente caso, entendo legítima a pretensão da autora em pleitear a exclusão do seu nome dos bancos de dados de serviços de proteção ao crédito. A documentação trazida pela parte autora demonstra a probabilidade do direito invocado, em virtude de que ela traz comprovante de inscrição nos cadastros de devedores.

Quanto ao perigo de dano, este resta comprovado pela inscrição e manutenção do nome da requerente no cadastro de proteção ao crédito, quando há controvérsia sobre a relação jurídica que originou o débito.

Ademais, não há perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, que pode ser revogado a qualquer momento.

Defiro a tutela provisória de urgência para determinar que a empresa ré exclua dos cadastros de restrição de crédito o nome da autora, até novo pronunciamento judicial, e fixo, em caso de não



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.098623-2/001

cumprimento, multa de R\$ 200,00 (duzentos reais)
por dia, até o máximo de 30 (trinta) dias. [...]

Aduz o agravante, em síntese, que não restaram comprovados os requisitos legais para a concessão da tutela.

Afirma que a aplicação da multa estipulada pelo Juízo *a quo* acarretará em enriquecimento ilícito da agravada já que não observou os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade.

Sustenta que *“as meras alegações contidas na exordial não podem ser suficientes para atingirem a cognição sumaria do nobre magistrado, devendo o mesmo se pautar em meios probatórios hábeis para deferir tutela antecipada”*.

Alega que conforme determina o art. 537, § 1º, I, do Código de Processo Civil, o valor da multa deverá ser modificado, caso se verifique que esta se tornou excessiva.

Assevera ainda a necessidade da modificação do prazo para eventual incidência da multa, haja vista que a fixação de forma diária ensejará enriquecimento sem causa da parte adversa.

Requer que o presente recurso seja recebido em sua modalidade suspensiva.

Ao final, pugna pelo provimento do agravo de instrumento para reformar a decisão agravada a fim de indeferir a tutela provisória de urgência.

Subsidiariamente, prevalecendo à incidência da multa, requer seja aplicada a penalidade por desconto indevido e não diariamente.

Preparo recolhido conforme doc. 03.

Em decisão constante do doc.29 foi indeferido o pedido de efeito suspensivo ao recurso.

Intimado, o agravado não apresentou contraminuta conforme certidão expedida nos autos.



É o relatório.

II – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Vistos os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de **admissibilidade**, **conheço** do **AGRAVO** de **INSTRUMENTO**, razão pela qual passo ao exame do mérito.

III – DO MÉRITO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO BMG S.A. contra decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros que, nos autos da “*ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada*” ajuizada por VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, deferiu a tutela provisória de urgência para determinar que o réu, ora agravante, dê baixa imediata na restrição de crédito lançada em desfavor da autora, ora agravada, sob pena de multa diária de R\$200,00 por até 30 dias.

Pretende a instituição financeira agravante a reforma da decisão do juiz singular para que seja indeferida a tutela provisória de urgência de natureza cautelar, sob o argumento de que não restaram comprovados os requisitos legais para o seu deferimento. Subsidiariamente, defende a necessidade da redução ou limitação da pena cominatória de multa para o caso de não cumprimento da liminar.

Como cediço, possível a concessão da tutela provisória de urgência de natureza antecipada, nos termos do art.300 do NCPC, desde que comprovado elementos que evidenciem a probabilidade do direito invocado pelo autor, somado ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, *ex vi*:



Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.”

Tem-se como probabilidade do direito, o convencimento do juiz pelos argumentos e indícios de prova colacionados aos autos que demonstram a plausibilidade do direito invocado pelo requerente.

No que tange ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, é a necessidade de se proteger o direito invocado, de forma imediata, porquanto, do contrário, nada adiantará uma proteção futura em razão do perecimento de seu direito.

Nesse sentido, ensina Daniel Amorim Assumpção Neves:

“(…) Segundo o art.300, *caput*, do Novo CPC, tanto para a tutela cautelar como para a tutela antecipada exige-se o convencimento do juiz da existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito. A norma encerra qualquer dúvida a respeito do tema, sendo a mesma probabilidade de o direito existir suficiente para a concessão de tutela cautelar e de tutela antecipada.

O legislador não especificou que elementos são esses capazes de convencer o juiz, ainda que mediante uma cognição sumária, a conceder a tutela de urgência pretendida. É natural que o convencimento do juiz para a concessão da tutela de



urgência passa pela parte fática da demanda, já que o juiz só aplicará o direito ao caso concreto em favor da parte se estiver convencido, ainda que em juízo de probabilidade, da veracidade das alegações de fato da parte.

(...)

Ao não exigir nada além de elementos que evidenciem a probabilidade de o direito existir, o legislador permite que o juiz decida, desde que o faça justificadamente, que se convenceu em razão de elementos meramente argumentativos da parte, sem a necessidade, portanto, de provas que corroborem tais alegações. É natural que, nesse caso, as alegações de fato sejam verossímeis, ou seja, que sejam aparentemente verdadeiras em razão das regras de experiência.

(...) Quanto aos requisitos que na vigência do CPC/73 eram, para a tutela antecipada, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, e para a tutela cautelar, o *periculum in mora*, sempre se entendeu que, apesar das diferenças nas nomenclaturas, representavam exatamente o mesmo fenômeno. (...)

No art.300, *caput*, do Novo CPC é confirmado esse entendimento com a unificação do requisito como perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Numa primeira leitura, pode-se concluir que o perigo de dano se mostraria mais adequado à tutela antecipada, enquanto o risco ao resultado útil do processo, à tutela cautelar. A distinção, entretanto, não deve ser prestigiada porque, nos dois casos, o fundamento será o mesmo: a impossibilidade de espera da concessão da tutela definitiva sob pena de grave prejuízo ao direito a ser tutelado e de tornar-se o resultado final inútil em razão do tempo. (*in* Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo, Salvador, Editora JusPodivm, 2016, pág.476)

Na espécie, depreende-se da análise dos autos que a parte autora, ora agravada, ingressou com ação declaratória de inexistência de débito, afirmando não ter formalizado nenhum contrato de empréstimo junto a instituição financeira agravante e que não



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.098623-2/001

reconhece a relação jurídica que dê suporte ao débito apontado em seu nome.

Observo que a parte autora, ora agravada, demonstra *a priori*, a divergência da sua assinatura com aquela constante no contrato.

Assim, analisando com acuidade as cópias de todos os documentos juntados aos autos, entendo que não merece reparo a decisão agravada que deferiu o pedido de tutela provisória de urgência.

A título de cognição sumária, resta presente a probabilidade do direito invocado pela parte autora, ora agravada, diante da negativa do débito e a hipossuficiência técnica do consumidor em fazer prova da inexistência da contratação.

Nessa senda, havendo fundada dúvida acerca da regularidade da contratação, impõe-se ao Poder Judiciário conceder liminar para a retirada do apontamento de débito em nome da autora até o julgamento final da demanda.

Nesse sentido, o Órgão Especial deste Tribunal julgou e aprovou o enunciado de súmula 38 que assim dispõe:

Enunciado de Súmula 38 – “Na ação declaratória de inexistência de dívida com negativa de relação contratual, pleiteada a tutela de urgência e preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC/2015, a parte tem o direito subjetivo processual de concessão da liminar para abstenção ou exclusão do seu nome nos cadastros restritivos de crédito, pelo menos até ao julgamento da causa”.

Vale ressaltar ainda que é indiscutível a presença do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo advindo de eventuais prejuízos cotidianos causados em decorrência da manutenção do



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.098623-2/001

nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, sobretudo com relação à eventual indisponibilidade de crédito.

Assim, o deferimento do pedido de tutela de urgência para a retirada do nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes, ao menos até que se comprove nos autos a suposta existência da relação jurídica entre as partes, é medida que se impõe, sob pena de causar a autora dano de difícil reparação.

Destarte, comprovados os requisitos legais do art.300 do CPC/15, entendo que não merece reforma a decisão agravada que deferiu o pedido de tutela provisório de urgência de natureza cautelar.

DA FIXAÇÃO DE ASTREINTES

Por fim, argumenta o banco agravante que resta indevida a condenação em *astreintes* para o caso de descumprimento da tutela provisória e, alternativamente, que o valor e a periodicidade fixados pelo juízo singular mostram-se excessivamente abusivo.

Como cediço, de acordo com o disposto no artigo 497 do NCPC, nas ações que têm por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, tomar as providências cabíveis e necessárias para assegurar o resultado prático ou a efetivação da tutela específica.

Assim dispõe o mencionado dispositivo:

Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.



Corroborando, o novo diploma processual também fez constar expressamente a possibilidade da fixação de multa pelo juiz, independentemente de requerimento da parte, para cumprimento de decisão proferida em tutela provisória de urgência na fase de conhecimento, conforme preceitua o art.537 do CPC/15, vejamos:

Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

§ 2º O valor da multa será devido ao exequente.

§ 3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

§ 4º A multa será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional.(grifo nosso)

Registro que a fixação da multa não visa obrigar o réu ao seu pagamento, mas, tão-somente, de compeli-lo a entender melhor



cumprir a obrigação específica do que assumir o ônus de descumprir a ordem judicial.

Neste sentido, a lição de Guilherme Rizzo Amaral, em obra especificamente dedicada às *astreintes*:

Conforme referido por diversas vezes quando da análise da origem das 'astreintes', seja no Direito francês, seja em suas posteriores manifestações no Brasil e demais ordenamentos jurídicos analisados, a multa é medida coercitiva, destinada a pressionar o devedor para cumprir decisão judicial, e não a reparar os prejuízos do descumprimento da mesma. O réu, ameaçado pela incidência de multa que, por incidir por tempo indefinido, pode chegar a valores bem maiores que os da própria obrigação principal, é compelido a defender seu patrimônio, através do cumprimento da decisão judicial. O exercício da técnica de tutela das *astreintes* permite, assim, a materialização da tutela jurisdicional almejada pelo autor.

Com efeito, o caráter coercitivo das *astreintes* é incontroverso, estando presente em todos os conceitos oferecidos pela doutrina, desde o surgimento da medida. Talamini, resgatando a origem da *astreintes* na França, salienta: "no início, ao menos formalmente, a justificativa era sob a ótica da indenização, mas logo se estabeleceu o caráter coercitivo da *astreintes*".

No mesmo sentido, ou seja, ressaltando o caráter coativo das *astreintes*, podem-se citar diversos autores, destacando-se Kazuo Watanabe, Ovídio Baptista da Silva, Barbosa Moreira, Araken de Assis, Humerto Theodoro Júnior, Sálvio de Figueiredo Teixeira, Sérgio Gilberto Porto, Talamini, Marinoni, Luiz Fux, dentre outros. (As *astreintes* e o processo civil brasileiro, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2004, p. 61/63)

Assim, a *astreintes* constitui meio de coerção processual e desempenha papel intimidativo, a fim de compelir a parte ou devedor



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.098623-2/001

ao adimplemento da determinação judicial, motivo pelo qual, perfeitamente possível a sua fixação em sede de deferimento de tutela provisória de urgência na fase de conhecimento.

No que tange ao valor arbitrado pelo juízo *a quo*, muito embora não existam parâmetros para a fixação de seu montante pelo Julgador, não há dúvidas de que o *quantum* deva ser arbitrado com parcimônia para obstar o enriquecimento injustificado da parte contrária, mas que também, não represente valor insignificante que impeça o cumprimento de sua finalidade, devendo ser observado um patamar suficiente para inibir o descumprimento da ordem judicial.

Nesse passo, deve o magistrado se atentar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade ao fixar a multa para o caso de descumprimento de ordem judicial.

Na espécie, ao se ponderar as peculiaridades do caso, entendo que a multa fixada pelo douto magistrado de primeiro grau no valor de R\$200,00 (duzentos reais) ao dia, até o limite de 30 dias, não está inadequada a peculiaridade da situação em comento.

Isso porque a liminar deferida pelo juízo singular se limitou a determinação de cancelamento, ou, abstenção de inclusão de nome da autora em cadastros de inadimplentes, o que pode ser feito por único e simples comando administrativo do banco agravante.

Desta feita, a meu ver, não assiste razão ao banco agravante quanto ao pedido de reforma da decisão agravada.

IV – DO DISPOSITIVO

POSTO ISSO, NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, para manter inalterada a decisão hostilizada.

Custas pela agravante.

É o voto.



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.098623-2/001

DES. ADRIANO DE MESQUITA CARNEIRO - De acordo com o(a)
Relator(a).

DES. MARCOS LINCOLN - De acordo com o(a) Relator(a).

**SÚMULA: "NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO
DE INSTRUMENTO"**

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargadora SHIRLEY FENZI BERTAO, Certificado:
6CF39E43416B602ED449C55B5D4BBC23, Belo Horizonte, 27 de novembro de 2019 às 13:27:04.
Julgamento concluído em: 27 de novembro de 2019.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador:
1000019098623200120191570717



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

**CARTÓRIO DA 11ª CÂMARA CÍVEL - UNIDADE
AFONSO PENA**

CERTIDÃO

CERTIFICO que o (a) acórdão/decisão retro transitou em julgado em 03/02/2020. O referido é verdade e dou fé. Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2020. Eu, Margarete Gandra Almeida Santos, T004814-0, Escrivã do Cartório da 11ª Câmara Cível - Unidade Afonso Pena, assino digitalmente.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

Autos n. 5002351-19.2019.8.13.0433

BANCO BMG S/A, já qualificado nos autos de processo em epígrafe, vem, por meio de seus procuradores, respeitosamente, à presença de V. Excelência, apresentar **VANEIDE PEREIRA RODRIGUES**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I DO CASO DOS AUTOS

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c ação reparatória de danos materiais e morais. Em síntese, alega a autora que ter se surpreendido com descontos em seu benefício R\$206,34 (duzentos e seis reais e trinta e quatro centavos) decorrente de um empréstimo jamais solicitado.

Requer em síntese declaração de inexistência de débitos, condenação do requerido ao pagamento por danos morais a restituição em dobro dos valores descontados do seu benefício e, por fim a inversão do ônus da prova.

Audiência realizada sem acordo.

O requerido requereu a expedição de ofícios ao Itaú Unibanco para comprovação do envio da ordem de pagamento referente ao contrato firmado.

Pois bem. A seguir as razões de fato e direito para a improcedência dos pedidos autorais:

II DA REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO – CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO REGULARMENTE ASSINADO – CRÉDITO RECEBIDO- PRODUTO REGULARMENTE PREVISTO LEI 13.172/2015 LEI Nº 119.940/11

Verifica-se que a parte autora, celebrou contrato de cartão de crédito consignado com o réu, mediante pagamento por consignação em folha de pagamento.

Primeiramente, é preciso deixar claro que o Cartão de Crédito Consignado muito pouco ou em nada se difere dos demais cartões convencionais, a não ser pelos benefícios típicos de créditos consignados. É de se dizer que tal como ocorre com as demais modalidades de cartão, o Cartão de Crédito Consignado também é um meio eletrônico de pagamento que **permite ao seu portador, no limite do crédito pré-aprovado que lhe é concedido, adquirir bens ou serviços, pelo preço à vista ou financiado, bem como a REALIZAÇÃO DE SAQUES ALÉM DE UTILIZAÇÃO PARA COMPRAS EM DIVERSOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.**

Em poucas palavras, pode-se dizer que a maior diferença entre os cartões convencionais e o Cartão de Crédito Consignado reside, basicamente, nas taxas e encargos contratados.

Assim, restou comprovado que parte autora contratou cartão de crédito consignado sob o número de adesão nº (49223604) o que originou a averbações da reserva de margem consignável e, conseqüentemente, os descontos ficando, naquela mesma oportunidade, ciente dos valores que seriam descontados dos seus rendimentos mensais. Senão vejamos:

TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO		
Convênio: INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL		Nº ADE: 49223604
1- DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)		
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF	1. VANEIDE PEREIRA RODRIGUES 2. FEMININO 3. 509.350.846-68	
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão	4. M06805161 - RG - SSP / MG - 27/08/2001	
5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício	5. --- 6. 1679909580	
7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 10. Naturalidade (Cidade/UF)	7. Solteira 8. 27/08/1968 9. BRASILEIRA 10. NINTEIS CLAROS / MG	
10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail	10. (38)93212-0839 / --- 11. ---	
12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	12. rua nova junqueira 207, casa, do fono migothaus FRANCISCO SA. MG, 38.580-000 121 ---	
12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)		
13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio	13. R\$ 4.504,22 13.1 Patrimônio	
14. Nome da Mãe/Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheira	14. TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES / MANOEL RODRIGUES DE FREITAS 15. ---	
16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não (b) Sim (justificativa)	16. Não	
17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar)	17. Financeira	
18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outras (especificar)	18. Cartão	

Logo, não há como a parte autora alegar que desconhecia os termos do contrato, não se justificando, *concessavenia*, as suas ilações iniciais, **posto que o termo foi assinado por ela acompanhado dos documentos originais indispensáveis ao ato.**

Verifica-se ainda, que a autora recebeu através de ordem de transferencia o para o Banco Itaú Unibanco, agência 1248, conta 7274-4 op 5260, valor relativo ao saques relativo ao contrato .

Ressalta-se ainda que as planilhas evolutivas e faturas anexadas com a defesa demonstram, toda a utilização do cartão, os valores dos saques, os juros, demais encargos, os valores que foram pagos, tudo isso de forma detalhada, não deixando dúvidas quanto à existência de saldo devedor passível de cobrança pelo réu.

Sabe-se que o cartão de crédito consignado é um produto oferecido pelo Réu, cujo valor do **pagamento mínimo** é descontado diretamente da folha de pagamento/aposentadoria do cliente e o saldo remanescente é cobrado através de fatura disponibilizadas mensalmente.

Trata-se, dessa forma, de um cartão de crédito mediante convênio para consignação em folha de pagamento, havendo, para tanto, a reserva de 10% da margem consignável, sendo o pagamento mínimo da fatura realizado através de desconto em folha, respeitando-se a margem reservada para este fim. As faturas contendo todas as informações dos débitos, é disponibilizada **mensalmente para pagamento do saldo remanescente na data do vencimento, sendo também possível efetuar o pagamento posteriormente, acrescidos dos encargos legais.**

Cumpra ainda esclarecer que ao contrário do alegado pela parte autora, o valor de R\$ 206,34 trata-se de reserva de margem consignável e não da ocorrência de descontos.

Veja Exa. que os rendimentos líquidos recebidos pela autora possui redução apenas do Imposto de renda retido na fonte, o que comprova tratar-se de uma averbação, uma reserva e não um desconto em si:

Competência	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
07/2017	R\$ 4.127,00	CMG - CARTÃO MAGNÉTICO	Pago	04/08/2017	07/08/2017	Não	Não

Banco: 20 - BANCO MERCANTIL OP: 828513 - POSTO DE ATENDIMENTO AFONSO PENA Ocorrência: Pagamento Efetuado
Data de Emissão: 10/07/2017 Origem: Geração de créditos mensais Validade Início: 04/08/2017 Fim: 29/09/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
119	VALOR TOTAL DE MR DO PERÍODO	R\$ 4.504,22
120	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CRÉDITO	R\$ 0,09
201	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	R\$ 377,31
209	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CRÉDITOS	R\$ 0,96
217	RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC)	R\$ 206,34

Assim em razão do saque contratado foram realizados descontos no importe de R\$ 197,09 apenas nas competências de 10/08 até 10/11/2017, até que por ausência de margem consignável e ausência de repasse, ocorreu a inscrição do débito reclamado pela autora.

O Banco Réu cumpriu rigorosamente as normas editadas pelo Banco Central do Brasil que disciplinam os procedimentos para a concessão da linha de crédito supramencionada, inclusive com a verificação de todas as informações repassadas.

Ademais, o autor não se des incumbiu de comprovar suas alegações nos termos do art. 373 I do CPC, o que restou refutado pelo requerido que apresentou o contrato firmado entre as partes, origem do débito reclamado.

Cumpre esclarecer que em momento algum o Réu praticou ato ilícito como quer fazer crer a parte autora, mas tão somente deu cumprimento aos contratos (princípio do *pacta sunt servanda*), **cujas cláusulas eram de pleno conhecimento desta última, conforme já aduzido.**

IV - DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

Os fatos narrados pela parte autora na inicial não revelam qualquer conduta praticada pela Contestante capaz de provocar lesão à sua honra, à dignidade ou mesmo a qualquer outro aspecto anímico, tendo em vista que, conforme esclarecido, não é toda situação desagradável e incômoda que faz surgir, no mundo jurídico, o direito à percepção de ressarcimento por danos morais.

Não há, portanto, evidências concretas de qualquer constrangimento que a parte autora tenha suportado em função do ocorrido. Ademais, na linha da Jurisprudência pátria, entende-se que o dano hipotético não é indenizável, senão veja-se:

AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Aplicabilidade. Figura do consumidor configurada. Necessidade, no entanto, de demonstração das cláusulas abusivas (súmula n. 381 do STJ). TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. A taxa se configura abusiva se e quando superior à média de mercado, consideradas as circunstâncias da contratação. Precedentes do STJ (REsp 1.060.530-RS e EDcl no AgRg no REsp 989535/MG). DANO MORAL. Inocorrência. Mero aborrecimento. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal. Recurso não provido. (TJ-SP – APL 0194869-71.2011.8.26.0100 SP) – grifos nossos.

Assim, tem-se que, inexistindo comprovação do dano, não há que se falar em indenização. Portanto, considerando a absoluta ausência de comprovação dos danos morais suportados, alternativa não há senão julgar totalmente improcedente o pedido inaugural.

Entretanto, caso se entenda pela ilegitimidade do negócio jurídico discutido nestes autos, hipótese esta que se ventila apenas *ad argumentandum*, certo é que algumas outras considerações são dignas de ponderação por este d. Juízo.

Ainda, seja decretada a restituição de valores e ou a indenização por danos morais por parte da requerente, requer, seja concedida a compensação dos valores disponibilizados em favor da parte autora em detrimento de qualquer quantia que, eventualmente, deverá ser paga pelo requerido.

Diante de todo o exposto, reitera o réu neste ato todos os termos da contestação já apresentada, requerendo que os pedidos autorais sejam julgados totalmente improcedentes, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 30 de março de 2020.

Wederson Advíncula Siqueira

OAB/MG 102.533

Gabriela Horta Bicalho Digênova

OAB/MG 86.048

Verônica Duarte do Nascimento

OAB/MG 156.099



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE MONTES CLAROS

2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros

Rua Raimundo Penalva, 70, Vila Guilhermina, MONTES CLAROS - MG - CEP: 39401-010

PROCESSO Nº 5002351-19.2019.8.13.0433

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]

AUTOR: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

RÉU: BANCO BMG S/A

Vistos.

Vistos, etc.

Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, requeridos pela autora em face da requerida, todos acima nominados e devidamente qualificado nos autos em epígrafe.

Em síntese, alega a parte autora que o banco requerido inseriu seu nome do cadastro de inadimplentes de forma indevida, vez que não efetuou nenhuma transação com o requerido.

Nesse sentido, requer a declaração de nulidade dos contratos bem como a condenação a indenização por danos morais além de pagar as custas processuais e honorários advocatícios.

Instruíram a inicial com vários documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação, aduzindo que não há conduta ilícita praticada e, portanto, não há dever de indenizar.

Informa que há contrato de empréstimo consignado entre as partes, inclusive como utilização pela autora, sem os devidos pagamentos das faturas. Juntou vários documentos.

Por fim, requereu a empresa ré a improcedência dos pedidos do autor.

Com a contestação, acostaram-se vários documentos.

Em impugnação, o autor refutou as alegações do réu e requereu a procedência dos pedidos iniciais.

Audiência de conciliação, houve proposta de acordo pela requerida mais a requerente não aceitou.

Instadas a manifestarem sobre prova oral ou pericial, as partes quedaram-se inertes.

Intimadas as partes para obterem provas, não obteve resposta e requereram o julgamento antecipado da lide

Breve relatório. Decido.

Autoriza o Código de Processo Civil o julgamento antecipado da lide quando as provas documentais forem suficientes e mostrar-se desnecessária a dilação probatória. Essa é a situação verificada neste processo.

A parte autora ajuizou a presente demanda requerendo a declaração de inexistência de negócio jurídico e danos morais em face da inclusão indevida.

Assim disciplina o Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Por tratar-se de responsabilidade objetiva, prevista no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, para se declarar possível a indenização por danos morais, é necessária a demonstração da ação ou omissão ilícita (inscrição indevida nos serviços de proteção ao crédito), bem como o nexo de causalidade entre a conduta e o dano alegado.

Passo à análise da conduta das requeridas.

A autora informou que nunca contratou com a requerida e que a cobrança é indevida. Admite, nas suas alegações derradeiras, que houve fraude na confecção do contrato e que os documentos e assinaturas são de pessoa diversa que a autora.

Atento às essas questões, embora tenha alguns dados que não são idêntidos, como constar na Carteira de identidade que esta se baseou na certidão de nascimento e noutro documentos, informar que se baseou em certidão de casamento, não percebi a suposta fraude nos documentos. Da mesma forma, a assinatura não aparenta ser falsas, a não ser que fosse imiscuída por um profissional perito. Só que essa prova não veio aos autos.

A requerida, por seu turno, traz aos autos prova da existência de contratos entre as partes, inclusive com prova de pagamento integral e sem qualquer reclamação. .

A parte autora não trouxe aos autos provas de que não participou da confecção dos contratos, nem explicou quem utilizou seu cartão, com a sua senha, para a aquisição das mercadorias.

Foi oportunizada á parte autora trazer a provas nos autos, mas quedou-se inerte, e assim, entendo que não lhe assiste razão.

Verifica-se, portanto, que a cobrança é legítima, já que a parte autora efetuou os contratos em discussão.

Demonstrado que não houve no pagamento dentro do prazo, verifico que a empresa ré não cometeu conduta ilícita, mas sim regular exercício do seu direito de não entregar o produto, afastando-se, portanto, a responsabilidade civil do Banco réu.

Nesse sentido, tem-se decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. DEVEDOR INADIMPLENTE. AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS CONFIGURADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. I - Ao dever de reparar impõe-se configuração de ato ilícito, nexo causal e dano, nos termos dos arts.927, 186 e 187 do CC/02, de modo que ausente demonstração de um destes requisitos não há que se falar em condenação. II - Incontroversa a relação jurídica entre as partes e ausente o comprovante de quitação de dívida, a inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes representa exercício regular de direito pelo credor. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0142.12.000349-6/001 - COMARCA DE CARMO DO CAJURU - APELANTE(S): MAURO NUNES SILVA - APELADO(A)(S): FINANCEIRA ITAU CBD S/A.

Conclui-se, portanto, que os pedidos devem ser julgados improcedentes.

Isso posto, julgo improcedente os pedidos do autor, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando-o ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, isento, todavia, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Torno sem efeito a liminar deferida.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a respectiva baixa.

P.R.I.

MONTES CLAROS, 8 de abril de 2020

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

Ref. Autos n.º 5002351-19.2019.8.13.0433

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de V. Ex.ª, por intermédio de seus procuradores *infra* assinados, inconformada com a sentença, INTERPOR o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, para que, após tomadas as providências pertinentes, sejam os autos elevados à consideração do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Nestes termos,
pede deferimento.

Montes Claros, 21 de maio de 2020.

Mateus Augusto da Silva
OAB/MG 119.584

Suelen Stefani Vieira Freires
OAB/MG 155.104

RAZÕES DE APELAÇÃO

Apelante: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

Apelada: Banco BMG S.A

Ref. Autos n.º 5002351-19.2019.8.13.0433

EGRÉGIO TRIBUNAL!

COLEND A CÂMARA!

ÍNCLITOS JULGADORES!

1. SÍNTESE DOS AUTOS

Trata-se de ação de declaração de inexistência de débito c/c indenização por danos morais que decorre da negativação de forma indevida do nome da Recorrente pela Recorrida.

Esclareça-se que a Apelante JAMAIS foi cliente, ou possuiu alguma dívida com a Ré/Apelada. Contudo, recebeu descontos indevidos em seus proventos e ainda teve seu nome incluído indevidamente no cadastro de inadimplentes e seu direito ao crédito restrito.

Em análise do presente caso, o Juiz *a quo* entendeu que apesar de alegada a falsidade dos documentos e da contratação, a Autora não trouxe provas suficientes para comprovar suas alegações.

Isso posto, julgou como **IMPROCEDENTES OS PEDIDOS** constantes na inicial, condenando a parte autora, ora Apelante, ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 800,00 (oitocentos reais),

conforme art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, isenta, todavia, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Entretanto, com o devido respeito ao douto juízo *a quo*, a sentença merece ser reformada, posto que as provas da ocorrência da fraude são contundentes e suficientes, sendo imprescindível o cancelamento do contrato, a exclusão definitiva do nome da Autora do cadastro de inadimplentes a mando da Ré e ainda a condenação da Apelada ao pagamento de indenização a título de danos morais.

2. FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

A Apelante informou que nunca contratou com a Requerida e que a cobrança é indevida. Admite que houve fraude na confecção do contrato e que os documentos e assinaturas são de pessoa diversa da Autora.

O juiz *a quo* por sua vez, analisando o caso, entendeu que, embora tenha alguns dados que não são idênticos, como consta na Carteira de identidade, que esta se baseou na certidão de nascimento e noutro documentos, não percebendo assim a suposta fraude nos documentos. Da mesma forma, segundo ele, as assinaturas não aparentam ser falsas, a não ser que fosse imiscuída por um profissional perito. Só que essa prova não veio aos autos.

A Apelada/Requerida, por seu turno, trouxe aos autos prova da existência de contratos entre as partes, inclusive com prova de pagamento integral e sem qualquer reclamação.

Finalmente, concluiu que a parte Autora não trouxe aos autos provas de que não participou da confecção dos contratos, nem explicou quem utilizou seu cartão, com a sua senha, para a aquisição das mercadorias; mas ficou-se inerte, entendendo assim que não lhe assistia razão.

Merecem reparos à sentença, todavia. As provas trazidas pela Autora são claras e suficientes para a comprovação de que esta foi vítima de fraude. Colenda Câmara, o juiz *a quo* foi extremamente displicente, pois não se atentou a todas as provas trazidas pela Autora.

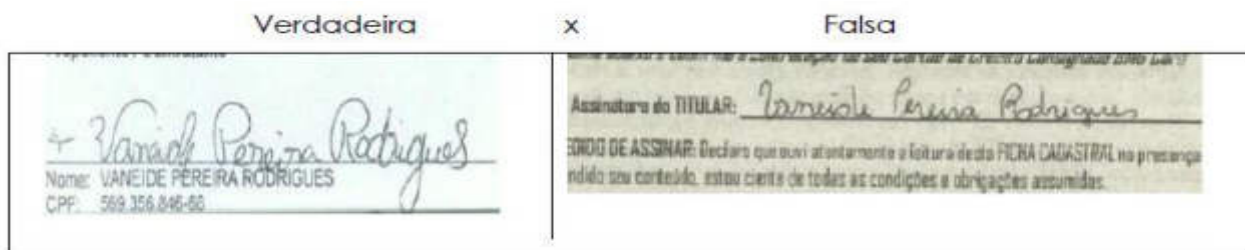
Ora, ela não argumentou somente a despeito da diferença de documentos e de assinaturas, mas também trouxe provas nos autos de que

os valores NÃO FORAM DEPOSITADAS EM SUA CONTA, mas em um conta diversa, na CIDADE DE FRANCISCO SÁ/MG. Quanto a essa questão o juiz a quo nem sequer se manifestou!!! Ora a Autora JAMAIS recebeu ou sequer utilizou os valores supostamente contratados.

2.1 DAS PROVAS - DA UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FALSOS PARA REALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Primeiramente, quanto ao contrato, percebe-se de forma cristalina que a assinatura presente no instrumento é totalmente discrepante das apostas na documentação pessoal original e nos documentos anexados ao processo assinados pela Demandante.

Veja:



Veja ainda, Colenda Câmara, que a Apelada, ora Ré providenciou e juntou as cópias dos documentos que foram utilizados para a celebração do contrato. Vejamos o que foi apresentado:

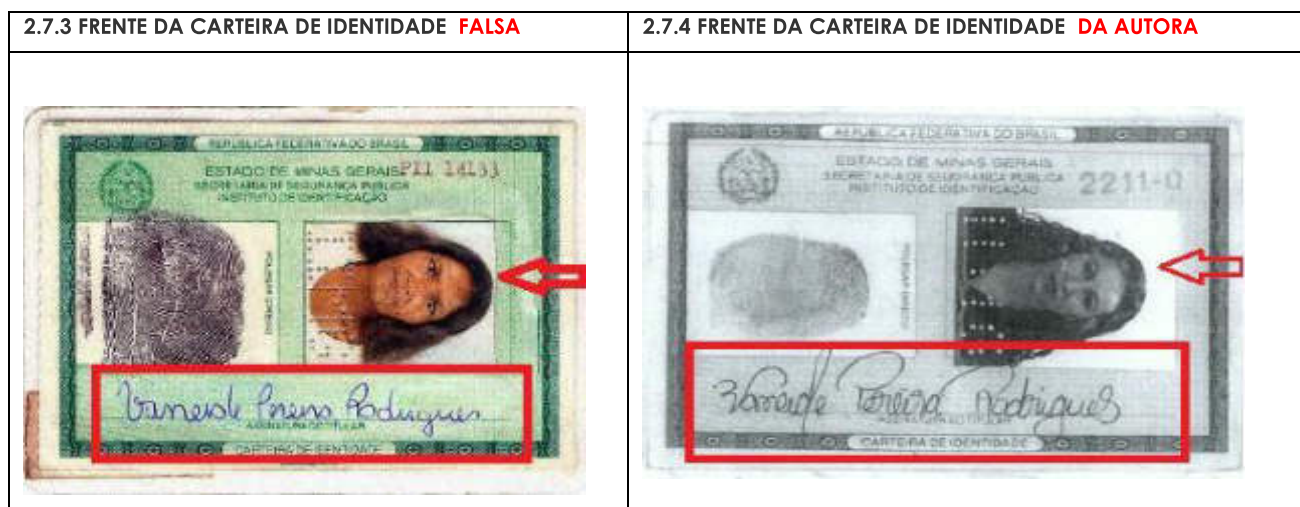
2.7.1 VERSO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE FALSA APRESENTADA PELA RÉ	2.7.2 VERSO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE VERDADEIRA DA AUTORA
	

Com a devida atenção a estes documentos, nota-se a divergência quanto ao número do livro de registro de nascimento da carteira de identidade

utilizada na contratação, do número do livro de registro de nascimento que consta na identidade da Autora. Excelências é incontestável que o documento utilizado no negócio é falso!

Além disso, **as assinaturas são totalmente discrepantes, e a foto de forma alguma corresponde à pessoa da Autora, diferença esta que é gritante, perceptível por homem médio.**

Confira:



Acrescenta-se também, que consta no contrato endereço da cidade de Francisco Sá e que o valor supostamente emprestado caiu em conta no banco ITAU, conta esta que a Requerente jamais possuiu.



A Requerente também juntou nos autos extratos de abril de 2017 a abril de 2018 do banco Mercantil (onde recebe seu benefício), em que prova que o valor contratado de maneira fraudulenta nunca caiu em sua conta.

Sendo assim, por todo o arcabouço *probandi*, e diante das evidências aqui levantadas quanto à divergência das assinaturas e de dados, assim

como endereço de conta QUE NÃO SÃO DA AUTORA, mas sim de um terceiro, não há como negar que essa foi vítima de estelionatário que firmou os contratos em seu nome sem a sua anuência ou sequer conhecimento, se passando por ela, utilizando documentos falsos.

Tal situação configura negligência da prestadora de serviços que contrata com terceiro, utilizando documentos de outra pessoa, por não aferir a identidade real do contratante, sendo, por isto mesmo, devida indenização pela ocorrência de danos morais.

Nosso Egrégio tribunal assim tem decidido em casos análogos:

EMENTA: APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - FRAUDE - INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DA VÍTIMA NOS BANCOS DE DADOS DE RESTRIÇÃO DO CRÉDITO - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM - CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO.

- **Evidencia conduta negligente a disponibilização de contrato a terceira pessoa, que fez uso de documentos obtidos de forma escusa, fazendo-se passar por outrem, mormente porque compete às instituições bancárias não só proceder ao rigoroso exame da documentação apresentada, mas, também, checar os demais dados, tais como endereços, telefones, ficha cadastral e fontes seguras de informação. Correm por conta da instituição financeira os riscos do seu empreendimento, cabendo-lhe responder pelos danos causados a terceiro, em caso de inclusão de nome no SPC, em razão de contratação com documentos falsos.**

- Tratando-se de inscrição indevida de devedor em cadastro de maus pagadores, a exigência de prova do dano moral se satisfaz com a demonstração do próprio fato da inscrição.

- O 'quantum' indenizatório por dano moral não deve ser a causa de enriquecimento ilícito nem ser tão diminuto em seu valor que perca o sentido de punição.

(TJMG - Apelação Cível 1.0112.17.002118-5/001, Relator(a): Des.(a) Domingos Coelho, 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/09/2018, publicação da súmula em 25/09/2018) Destacamos

In casu, as divergências dos documentos são nítidas por mais simples análise a olho nu! Sendo assim, é indiscutível que houve falha na prestação de serviço da Requerida, que não cuidou de averiguar a veracidade dos documentos apresentados pelo suposto cliente para firmar negócio jurídico, e logo

A jurisprudência do STJ é firme e consolidada no sentido de que "o dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato" (STJ - REsp 1707577/SP, Segunda Câmara, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2017).

Quanto ao parâmetro de fixação do valor da indenização a título de danos morais na hipótese de manutenção da inscrição indevida do nome do consumidor junto aos órgãos de proteção ao crédito, vejamos o seguinte entendimento do E. TJMG:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DA PARTE AUTORA EM CADASTRO DE NEGATIVAÇÃO AO CRÉDITO - DANOS MORAIS - ARBITRAMENTO - MAJORAÇÃO - POSSIBILIDADE. É possível a majoração do quantum indenizatório arbitrado na sentença a título de indenização por danos morais, se tal valor revela-se irrisório. **Nos termos do entendimento pacificado desta Câmara, a indenização por danos morais em razão de negativação indevida do nome do consumidor deve ser fixada, em observância aos princípios da razoabilidade e moderação, em valor equivalente a, aproximadamente, 20 salários mínimos.**

(TJMG - Apelação Cível 1.0097.16.001292-4/001, Relator(a): Des.(a) Luciano Pinto, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/12/2019, publicação da súmula em 22/01/2020) Destacamos

E mais:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - NEGATIVAÇÃO DE NOME - INEXISTÊNCIA DE FRAUDE - **DANO MORAL - INDENIZAÇÃO - VALOR - 20 SALÁRIOS MÍNIMOS - FIXAÇÃO NA SENTENÇA EM MONTANTE INFERIOR A ISTO - AUMENTO** - CABIMENTO - JUROS DE MORA - RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL - INCIDÊNCIA - A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO - ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. **- Em casos de inscrição indevida de nome em cadastro de proteção ao crédito sem ocorrência de fraude, tem-se entendido que**

deve a indenização por danos morais ser fixada em valor equivalente a vinte salários mínimos.

- Nos casos de indenização por danos morais, os juros de mora de 1% ao mês devem incidir a partir do evento danoso, se se tratar de responsabilidade extracontratual, nos exatos termos da súmula 54 do STJ.

- A correção monetária, assim como os juros de mora, constituem matérias de ordem pública, de tal modo que a sua aplicação, alteração de cálculo ou modificação do termo inicial de ofício não configura julgamento "extra petita" nem "reformatio in pejus". (TJMG - Apelação Cível 1.0702.15.029610-2/001, Relator(a): Des.(a) Evandro Lopes da Costa Teixeira, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/04/2018, publicação da súmula em 24/04/2018) Destacamos

E por último:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA DE NOME NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL - RELAÇÃO CONTRATUAL NÃO DEMONSTRADA - NÃO HÁ ALEGAÇÃO DE FRAUDE

- Ausente a prova da origem do débito que deu causa à inscrição do nome da parte autos nos cadastros de proteção ao crédito, deve ser declarada a inexistência de tal dívida e ilegítima a respectiva anotação, que é indevida.

- A simples negativação indevida do nome de alguém constitui fato suficiente, por si só, para configurar o dano moral, independentemente de prova de prejuízo, que, no caso, se presume.

- Para os casos de negativação indevida de nome, é adequada e proporcional a fixação de indenização por danos morais no valor equivalente a 20 (vinte) salários mínimos quando não houver alegação de fraude. (TJMG - Apelação Cível 1.0707.15.017284-9/001, Relator(a): Des.(a) Evandro Lopes da Costa Teixeira, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/09/2019, publicação da súmula em 16/09/2019)

Pelos arrestos acima citados, nota-se que a jurisprudência do E. TJMG, em casos semelhantes ao da Recorrente, vem arbitrando o quantum devido pelo agente do ato ilícito, em quantia equivalente a 20 salários mínimos.

Portanto, faz-se necessária a fixação da indenização, por danos morais, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a fim de compensar ou minimizar

os danos e lesões sofridos pela Apelante, bem como para que práticas ilícitas desta natureza sejam desestimuladas por meio da fixação de uma justa indenização a título de danos morais.

Sendo assim, é questão de justiça que seja reconhecido o direito à indenização pelos danos causados à honra e bom nome da Requerente, em face da negativação por inadimplência de dívida inexistente.

4. REQUERIMENTO

Em virtude de todo o exposto, requer a V. Ex^{as.}, o conhecimento e, ao final, o integral provimento ao recurso de apelação interposto, reformando-se a r. sentença proferida em primeira instância, julgando procedentes os pedidos da inicial para:

a) Que seja julgado inteiramente procedente o pedido da Apelante para declarar a inexistência de débito e, conseqüentemente, qualquer dívida em questão, confirmando ao final a decisão liminar para excluir o nome da Apelante do SPC.

b) Condenação da Apelada ao pagamento de indenização por danos morais, a ser fixado por Vossa Excelência em prudente arbítrio, o que se espera não seja em valor inferior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), considerando as práticas abusivas e a inclusão indevida no SPC;

c) Condenação da Apelada ao pagamento de indenização por danos materiais com a repetição em dobro dos valores indevidamente descontados com juros e correção monetária;

d) aplicar a Súmula 54 do STJ para que os juros sejam devidos a partir da data do evento danoso.

e) Nos termos do § 1º do art. 85 do CPC/15 deve o Tribunal, quando do julgamento do recurso, majorar os honorários fixados anteriormente,

considerando o trabalho extra exigido em grau recursal, sem perder de vista, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º do mesmo artigo, bem como os respectivos limites da fase de conhecimento. Desta forma, requer majoração para 20% sobre o valor da condenação.

Nestes termos,
pede deferimento.

Montes Claros, 21 de maio de 2020.

Mateus Augusto Silva Amaral
OAB/MG 119.571

Suelen Stefani Vieira Freires
OAB/MG 155.104

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS /MG

Autos n. 5002351-19.2019.8.13.0433

BANCO BMG S/A, já qualificado nos autos da ação em epígrafe, ajuizada por **VANEIDE PEREIRA RODRIGUES**, vem, respeitosamente, por seus procuradores infra-assinados, à presença de V.Exa., apresentar contrarrazões ao **recurso de apelação**, requerendo sua juntada aos autos e remessa ao Eg. Tribunal de Justiça, para os devidos fins de direito.

Nesses termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2020.

Wederson Advíncula Siqueira
OAB/MG 102.533

Gabriela Horta Bicalho Digênova
OAB/MG 86.048

Verônica Duarte do Nascimento
OAB/MG 156.099

RAZÕES RECURSAIS

Eminentes Julgadores.

1. BREVE RELATO DOS AUTOS

Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Negócio Jurídico combinada com Repetição de Indébito e Reparação Civil por Danos Morais, ajuizada em face do Banco BMG S/A. Em síntese, alegou a parte autora o banco requerido inseriu seu nome do cadastro de inadimplentes de forma indevida, vez que não efetuou nenhuma transação com o requerido s. Aduz que nunca contratou com o banco requerido.

A ação foi devidamente contestada e a o juízo primevo proferiu sentença nos seguintes termos:

Demonstrado que não houve no pagamento dentro do prazo, verifico que a empresa ré não cometeu conduta ilícita, mas sim regular exercício do seu direito de não entregar o produto, afastando-se, portanto, a responsabilidade civil do Banco réu.

Nesse sentido, tem-se decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. DEVEDOR INADIMPLENTE. AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS CONFIGURADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. I - Ao dever de reparar impõe-se configuração de ato ilícito, nexos causal e dano, nos termos dos arts. 927, 186 e 187 do CC/02, de modo que ausente demonstração de um destes requisitos não há que se falar em condenação. II - Incontroversa a relação jurídica entre as partes e ausente o comprovante de quitação de dívida, a inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes representa exercício regular de direito pelo credor. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0142.12.000349-6/001 - COMARCA DE CARMO DO CAJURU - APELANTE(S): MAURO NUNES SILVA - APELADO(A)(S): FINANCEIRA ITAU CBD S/A.

Conclui-se, portanto, que os pedidos devem ser julgados improcedentes.

Isso posto, julgo improcedente os pedidos do autor, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando-o ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, isento, todavia, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Irresignado com a r. decisão, o recorrente interpõe o presente Recurso, todavia melhor sorte não lhe espera posto que a decisão está em consonância com as decisões proferidas, conforme passa a expor.


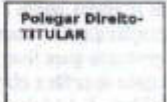
DAS RAZÕES PARA A MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA

Pois bem. Conforme restou demonstrado pelo apelado, as partes celebraram contrato em 2017 o contrato de cartão de crédito consignado sob o número de adesão nº (49223604) o que originou a averbações da reserva de margem consignável e, conseqüentemente, os descontos ficando, naquela mesma oportunidade, ciente dos valores que seriam descontados dos seus rendimentos mensais. Senão vejamos:

TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BNB S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Correntista: INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL Nº ADE: 49223604	
1- DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE):	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF	1. VANEIDE PEREIRA RODRIGUES 2. FEMININO 3. 509.350.846-68
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data da Emissão	4. 000000000-00 RG SSP / MG 27/08/2001
5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício:	5. --- 6. 1679909580
7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 10. Naturalidade (Cidade/UF)	7. Solteira 8. 27/08/1968 9. BRASILEIRA 10. NANTES CLAROS / MG
10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail	10. (38)99212-0838 / --- 11. ---
12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	12. rua nova junamento 207, casa, do firo migoalense FRANCISCO SA. MG, 38.580-000 121 ---
12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	12.1 ---
13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio	13. R\$ 4.504,22 13.1 Patrimônio ---
14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheira	14. TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES / MANOEL RODRIGUES DE FREITAS 15. ---
16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/ (b) Sim (justificar)	16. Não
17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar)	17. Financeira
18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/ Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros (especificar)	18. Cartão

Sabe-se que o cartão de crédito consignável é um produto oferecido pelo apelado, cujo valor do pagamento mínimo é descontado diretamente da folha de pagamento/aposentadoria do cliente e o saldo remanescente é cobrado através de fatura que lhe é disponibilizada.

Conforme se verifica do contrato assinado pela recorrente, todas as informações acerca da modalidade de contratação “termo de cartão de crédito consignado mediante saque” “averbação de margem”, com todas as características do produto e condições de uso e pagamento do valor de saque através da contratação do cartão estão expressamente previstas no contrato assinado. Senão vejamos:

Financiamentos (1) Crédito (2) Derivativos (3) Serviços (4) Outros (especificar):		18. Cartão
II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO		
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao consignado)	2. Internacional	3. ---
2. Abreigência 3. Solicitação de cartão adicional	4. 10	
4. Vencimento	5. R\$ 15,00	
5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite)	6. ---	
6. Cadastro (Apenas novo cadastro)	7. --- 8. ---	
7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao titular)		
9. Forma de Pagamento: Mensal		
III - INFORMAÇÕES GERAIS DO TITULAR		
1. Endereço/telefone	2. R. J. SEABRA 119, CENTRO, COARACI, BA, 45.638-000 (00)325-8428	
3. Nome/CPF do Agente de Venda	3. MARILDE VAZ / 528.344.506-25	
Local e data: 15/01/2017	Assine abaixo e confirme a contratação do seu Cartão de Crédito Consignado BNB Card	
Assinatura do TITULAR: <i>Vanilde Pereira Rodrigues</i>		
DECLARAÇÃO SE ANILFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR: Declara que cumpre acuradamente a leitura desta FICHA CADASTRAL na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido o seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.		
A cargo do(a) TITULAR, assina o rogado:		
Nome: _____ CPF ou CI: _____		
Testemunhas:		
Nome/CPF: _____	Nome/CPF: _____	

Na referida operação, foi localizado transferência a ser paga através de no importe de R\$ 5.292,45 através de ordem de pagamento para conta 7274-4 agência 1248 em favor da parte autora.

Desta forma, como o débito em razão do saque não foi integralmente quitado na fatura, apesar de ter celebrado o contrato e ter as parcelas descontadas em seu benefício, por razões alheias ao conhecimento do réu, o autor teve perda na sua margem consignável e ficou inadimplente perante a instituição financeira.

Ademais nobres julgadores não pode passar despercebido que a recorrente tinha conhecimento do contrato firmado, do valor da parcela e tinha acesso mensalmente ao seu

contracheque. Assim, mesmo verificando que as parcelas não estavam sendo quitadas da forma pactuada, se manteve inerte, deixando de realizar o pagamento do valor da parcela, conforme determinado no contrato.

Assim, com a devida vênia, o entendimento do magistrado esta em total consonância com todo o conjunto probatório constante dos autos posto que o contrato apresentado é valido e regular não havendo que se falar em ilícito.

Sabe-se que o cartão de crédito consignado mediante realização de saque e ou utilização em compras o que é facultativo ao cliente, é um produto oferecido pelo recorrente, cujo valor do pagamento mínimo averbado é descontado diretamente da folha de pagamento/aposentadoria do cliente e o saldo remanescente é cobrado através de fatura que lhe é enviada.

Trata-se, dessa forma, de um cartão de crédito, mediante convênio para consignação em folha de pagamento com descontos dentro dos 10% de margem consignável.

Todas as características do produto contratado foram expressamente dispostas no termo assinado bem como a previsão legal, não havendo possibilidade de a recorrente alegar ter sido induzida a erro o que nunca teria autorizado a contratação de cartão.

Em todo o instrumento assinado há menção ao cartão de crédito consignado, ao envio de faturas e a autorização para desconto do valor mínimo da fatura, características do produto contratado.

Foi o que ocorreu no caso em epígrafe. Ao contratar com o recorrente a autora solicitou saque valor disponibilizado em conta do requerido tal como informado no contrato:

TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO		
Convênio INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL -		Nº ADE 40223604
I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)		
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF	1. VANEIDE PEREIRA RODRIGUES 2. FEMININO 3. 569.356.846-68	
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão	4. MG690516 RD - SSP / MG 27/08/2001	
5. Data de admissão / 6. Nº de matrícula ou benefício:	5. --- 6. 1679909590	
7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF)	7. Solteira 8. 27/10/1966 9. BRASILEIRA 9.1 MONTES CLAROS / MG	
10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail	10. (38)99212-8839 / --- 11. ---	
12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	12. rua nova juramento 207, casa, do lino magalhães, FRANCISCO SA, MG, 39.580-000 12.1 ---	
13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio	13. R\$ 4.504,22 13.1 Patrimônio	
14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a)	14. TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES / MANOEL RODRIGUES DE FREITAS 15. ---	
16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativa)	16. Não	
17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar)	17. financeira	
18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/ Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros (especificar):	18. Cartão	
II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO		
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao convênio)	1. 200,34	
2. Abrengência 3. Solicitação de cartão adicional	2. Internacional 3. ---	
4. Vencimento	4. 10	
5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite)	5. R\$ 15,00	
6. Cadastro (Apenas novo cadastro)	6. ---	
7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular)	7. --- 8. ---	
9. Forma de Pagamento: Mensal		

Assim, conforme previsão contratual, o recorrido se **propôs a pagar o valor do saque ou, autorizar sua fonte pagadora a pagar de forma irrevogável o desconto mensal em sua remuneração em benefício do recorrente, correspondente ao valor mínimo indicado no contrato:**

II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao convênio)	1. 200,34
2. Abrengência 3. Solicitação de cartão adicional	2. Internacional 3. ---
4. Vencimento	4. 10
5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite)	5. R\$ 15,00
6. Cadastro (Apenas novo cadastro)	6. ---
7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular)	7. --- 8. ---
9. Forma de Pagamento: Mensal	

Ora. Certo é que, caso a recorrida de fato não tivesse realizado o contrato ou não tivesse interesse, por qualquer motivo, em manter as quantias depositadas em sua conta, poderia ter realizado o estorno do valor, ou mesmo, ter-se utilizado do instituto da consignação em pagamento, prevista no art. 539 e seguintes do CPC/15, a fim de que não incidissem os encargos pela utilização, no entanto, não foi o que ocorreu.

Neste íterim, **é inadmissível, simplesmente ignorar o fato de que, desde que a**

apelante assinou um contrato, sendo que utilizou do saque solicitado e nunca se desincumbiu de proceder com o pagamento das faturas disponibilizadas, o que se mostra, no mínimo, absurdo.

As provas são vastas e demonstram de forma inequívoca a contratação, bem como a solicitação e recebimento dos saques. Assim, completamente inadmissível a alegação da recorrida de que não contratou em especial o cartão de crédito que, utilizou para suprir suas necessidades.

Insta salientar ainda que toda a documentação exigida no momento da contratação foi devidamente apresentada pelo recorrido, em sua versão original, de modo que não restam dúvidas quanto a legitimidade do ajuste, não havendo que se falar em fraude ou desconhecimento do contrato, pois foi ele quem apresentou seus documentos pessoais e assinou em todos as vias do termo.

A apelada possuía pleno conhecimento do contrato e de que as parcelas não estavam sendo devidamente quitadas e assim, conforme previsão contratual no caso de impossibilidade do desconto deveria buscar quitar o empréstimo de outras formas disponibilizadas, não podendo imputar tal responsabilidade ao Banco posto que a inscrição nos cadastros e inadimplentes em caso de impossibilidade de desconto em folha é perfeitamente previsto:

721953	206,34	10/08/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	206,34	10/07/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	206,34	10/06/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	206,34	10/05/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	206,34	10/04/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	206,34	10/03/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	206,34	10/02/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	205,70	10/01/2018	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	198,87	10/12/2017	0,00		RP	13018922	5259074952963116
721953	197,09	10/11/2017	197,09	23/11/2017 22:15:08	RP	13018922	5259074952963116
721953	197,09	10/10/2017	197,09	27/10/2017 23:43:12	RP	13018922	5259074952963116
721953	197,09	10/09/2017	197,09	27/09/2017 21:28:34	RP	13018922	5259074952963116
721953	197,09	10/08/2017	197,09	31/08/2017 21:36:03	RP	13018922	5259074952963116
Total	Valor Débito	Valor Pago	Código da Reserva				
Total	5.147,89	788,36	13018922				

em cadastro no banco de dados, o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a manter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Ostar, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiros e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., ficando todas autorizadas a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Créditos (SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das obrigações assumidas e das garantias prestadas, bem como a consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou semelhantes, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 7.7.1(A) TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as instituições financeiras pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento;

A parte autora possuía pleno conhecimento do contrato e de que as parcelas não estavam sendo devidamente quitadas e assim, conforme previsão contratual **no caso de impossibilidade do desconto deveria buscar quitar o empréstimo de outras formas disponibilizadas, não podendo imputar tal responsabilidade ao Banco.**

Assim, conforme entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, tendo o Réu apresentado cópia do contrato, devidamente assinado pela parte recorrida e sendo esta assinatura coincidente com as apresentadas nos seus documentos, não há que se falar em inexistência da relação contratual.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO APRECIAÇÃO - SENTENÇA "CITRA PETITA" - APLICAÇÃO DO ART. 1.013, §3º, III, DO CPC/2015 - INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO JURÍDICO ENTRE AS PARTES E DE DÉBITO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.

1- Há julgamento "citra petita" quando o magistrado não aprecia pedido de condenação por litigância de má-fé apresentado em contestação, devendo-se aplicar o disposto no art. 1.013, §3º, III, do CPC/2015.

2- A apresentação de contrato de emissão de cartão de crédito devidamente assinado, bem como de faturas comprovando a utilização do cartão, comprova a existência de relação jurídica entre as partes e de dívida.

3- Constitui exercício regular de direito a inscrição do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito quando comprovada a existência de débito oriundo da relação jurídica contratual.

4- Age com má-fé a parte que, maliciosamente, altera a verdade dos fatos com o intuito de obter vantagem indevida, deixando de proceder com lealdade e boa-fé. (TJMG - Apelação Cível 1.0707.15.018843-1/001, Relator(a): Des.(a) Octávio de Almeida Neves (JD Convocado) , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/11/2017,

publicação da súmula em 01/12/2017)

Ressalte-se ainda que em todas as páginas do contrato, há **menção do objeto contratado, sendo que o recorrido aceitou todos os termos ali avençados, considerando-os válidos e plenamente eficazes para a produção dos seus efeitos, não havendo que se falar em falta de informação e desconhecimento da modalidade por parte da apelante.**

Registra-se, que é perfeitamente possível a realização do contrato nos referidos termos, **e que a autorização seja dada de forma expressa, por escrito por meio eletrônico, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28, de 16 DE maio DE 2008-DOU DE 19/05/2008, com suas alterações:**

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim; (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência. (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

§ 1º Os descontos de que tratam o caput não poderão exceder o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor da renda mensal do benefício, considerando que o somatório dos descontos e/ou retenções não exceda, no momento da contratação, após a dedução das consignações obrigatórias e voluntárias: (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015)

I - até 30% (trinta por cento) para as operações de empréstimo pessoal; e (Incluído pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015)

II - até 5% (trinta por cento) para as operações de cartão de crédito. (Incluído pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015). (...)

Cumpra salientar ainda que, conforme previsão contratual, a apelante autorizou os descontos para o pagamento dos valores mínimos da fatura, **declarando inclusive ter lido e entendido o regulamento estabelecido no contrato**, não podendo se aproveitar da sua própria torpeza para obter vantagem sob o recorrente anulando um contrato legitimamente firmado, sendo inadmissíveis as suas alegações neste momento.

Dessa forma, os elementos de prova constantes no caderno processual demonstram a regularidade da conduta do recorrido, de modo que a sentença combatida deve ser mantida em sua integralidade.

INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

Conforme acima demonstrado, não restam dúvidas quanto a legitimidade dos atos do recorrente, vez que foram praticados estritamente no exercício regular de seu direito, nos termos do art. 188, I, do Código Civil. Portanto, ausentes os elementos essenciais para a caracterização da responsabilidade de indenizar.

Verifica-se que a situação descrita, ainda que tivesse existido conforme relatado evidencia, quando muito, a existência de meros aborrecimentos cotidianos. Até mesmo porque meras cobranças indevidas não possuem o condão de ensejar qualquer dano moral.

*APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - MERA COBRANÇA INDEVIDA - ABALO EXTRA-PATRIMONIAL NÃO CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NA 1ª INSTÂNCIA - MANUTENÇÃO - PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS - MAJORAÇÃO DO QUANTUM - NÃO CABIMENTO. **A mera cobrança de quantias não devidas pela consumidora autora e decorrente de contratações que não foram por ela celebradas, ainda que cause grande aborrecimento e indignação, não tem aptidão para dar causa à configuração de um legítimo abalo de ordem moral, do que se tem que sequer seria cabível a fixação de uma indenização a tal título.** Contudo, tendo sido contrária a solução estabelecida na 1ª Instância, ao entender pelo direito à indenização por danos morais, impõe-se a manutenção da*

decisão a quo, em face da ausência de recurso aviado pela parte ré e do princípio da proibição da reformatio in pejus, não sendo possível, ainda, pelas mesmas razões ora postas, a majoração da indenização pretendida pela requerente. (TJMG – AC 10342081124410001 MG, 18ª Câmara Cível, Publicação em 12/04/2013, Julgamento: 9 de abril de 2013, Relator: Arnaldo Maciel)

Nesse sentido, conforme já ratificado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, “*meros dissabores e aborrecimentos advindos da celebração de uma relação contratual insatisfatória, por si só, não ensejam dano moral*” (autos nº 1.0105.10.028359-4/001, Relator Des. (a) Wagner Wilson, Data do Julgamento: 08/05/2013, Data da publicação: 17/05/2013).

Portanto, os fatos em apreço não se mostram hábeis a macular a integridade psíquica do recorrido. Assim, ainda que houvesse sido demonstrada a ocorrência dos fatos narrados na exordial, estes não seriam capazes de ensejar dano moral indenizável, fazendo valer assim a verdadeira finalidade do instituto.

Por fim, **tem-se pela imperiosidade da efetiva demonstração do dano alegado pelo recorrido, uma vez que este não configura dano in reipsa, o qual prescinde da demonstração pela parte requerente.**

Dessa forma, uma vez que inexistem nos autos elementos que demonstrem que o recorrido de fato sofreu dano de ordem moral de forma a legitimar a indenização pretendida.

DA INEXISTÊNCIA DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO – EXERCÍCIO LEGAL DO DIREITO

Considerando os fatos acima expostos, os quais elidem qualquer alegação de má-fé nos atos do Recorrente, ressaí indene de dúvida concluir acerca da inaplicabilidade de devolução de valores, porque não houve cobrança indevida.

O contrato de cartão de crédito é válido e restou comprovado nos autos não somente que o recorrido **contratou, mas também que utilizou os serviços disponibilizados pelo banco**

recorrente ao realizar o saque tal como previsto no contrato assinado e não proceder com o pagamento das faturas, o que era seu dever como contraente.

Ademais, todos os encargos aplicados ao contrato são legais e inerentes do inadimplemento posto que o valor averbado é utilizado para amortização do débito, cabendo ao cliente proceder com o pagamento do remanescente.

Assim, todos os descontos são devidos em razão do valor relativo ao saque disponibilizado no contrato, entendimento contrário, com a devida vênia, privilegia o enriquecimento ilícito da parte recorrida além de desvirtuar o que se espera do judiciário.

Oportuno lembrar que a obrigação foi assumida dentro dos limites estipulados no art. 104 do Código Civil e deverá ser cumprida nos exatos termos em que foi firmada.

Qualquer ato em contrário constitui desrespeito à relação contratual, e apenas legitimaria a insegurança jurídica nas relações jurídico-contratuais.

Ora, o princípio do *pacta sunt servanda* é norteador das relações contratuais antes mesmo da existência do “direito moderno”, não podendo, salvo em casos específicos e previstos na lei, ser ignorado.

O que se observa no caso concreto dos autos é que a recorrida pretende, sem qualquer justificativa plausível, se isentar do pagamento de um contrato inteiramente legal e de cujos efeitos já se beneficiou. E o que é pior, pretende indenização por danos morais em razão desse compromisso por ela firmado.

Toda a cobrança efetivada pelo recorrente foi pautada em contrato validamente celebrado entre as partes, e os valores cobrados são decorrentes da utilização do cartão pela parte recorrida para realizar saques, conforme demonstrado nos tópicos anteriores, não havendo que se falar em qualquer restituição.

PEDIDOS

Diante do exposto, pugna **seja negado provimento** ao presente recurso para manter em sua totalidade a sentença proferida, uma vez que comprovada a validade da contratação e a regularidade da cobrança exercida e do apontamento reclamado em razão da ausência de possibilidade de descontos após dezembro de 2017.

Requer, por fim o cadastramento dos procuradores **Marcos Ezequiel de Moura Lima, OAB/MG 136.164, Wederson Advincula Siqueira, OAB/MG 102.533, e Mateus de Moura Lima Gomes, OAB/MG 105.880**, para que as publicações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome deles, sob pena de nulidade.

Nesses termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2020.

Wederson Advincula Siqueira
OAB/MG 102.533

Gabriela Horta Bicalho Digênova
OAB/MG 86.048

Verônica Duarte do Nascimento
OAB/MG 156.099



**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça**

Cartório da 11ª Câmara Cível - Unidade Afonso Pena

Certidão

CERTIFICO que o (a) acórdão/decisão retro transitou em julgado em 28/09/2020. O referido é verdade e dou fé. Belo Horizonte, 28 de Setembro de 2020. Eu, Margarete Gandra Almeida Santos, T004814-0, Escrivã do Cartório da 11ª Câmara Cível - Unidade Afonso Pena, assino digitalmente.



EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – FRAUDE PRATICADA POR TERCEIROS – DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - AUSÊNCIA DE CONFERÊNCIA DE ASSINATURA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – INCLUSÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO RECONHECIDA – RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO – DANOS MORAIS CONFIGURADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO – CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO – JUROS DE MORA – CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL. – É cediço que as instituições financeiras, ao firmar seus contratos, devem proceder com prudência, conferindo as assinaturas neles apostas com os documentos apresentados no momento da contratação. – Alegando a parte autora não ser sua a assinatura constante na avença em questão, é ônus da ré, nos termos dos art. 373, II c/c art. 429, II, do CPC/2015, comprovar o contrário. - Não tendo a instituição financeira comprovado a autenticidade da assinatura aposta no ajuste objeto do litígio, deve ser reconhecida a irregularidade dos descontos efetuados no benefício previdenciário da postulante. – Diante do inequívoco desconto indevido, de valores no benefício de INSS da parte autora, bem como posterior negativação, sem que a instituição financeira tenha justificado a legitimidade na contratação de cartão de crédito consignado, configurada está a falha na prestação do serviço, constituindo conduta ilícita que autoriza a restituição dos valores indevidamente debitados pela forma dobrada. - Os descontos sofridos pela autora em sua aposentadoria, seguida de indevida negativação, referentes a empréstimo não autorizado, caracterizam falha na prestação de serviços, e, inegavelmente, causa-lhe aflição, restando manifesta a configuração de dano moral. - O dever de indenizar decorre dos próprios descontos e da inscrição indevida, prescindindo de comprovação do prejuízo. - O numerário deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo, no ofensor, impacto bastante para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar uma cautela maior, diante de situações como a descrita nestes autos. - Por se tratar de responsabilidade extracontratual, os juros de mora devem incidir desde a data do evento danoso, conforme orientação da Súmula 54, do STJ. - A correção monetária, em ação de indenização por danos morais, incide desde a data de sua fixação (Súmula 362, STJ).

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.19.098623-2/002 - COMARCA DE MONTES CLAROS - APELANTE(S): VANEIDE PEREIRA RODRIGUES - APELADO(A)(S): BANCO BMG SA

A C Ó R D ã O



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

Vistos etc., acorda, em Turma, a 11ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em **DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.**

DESA. SHIRLEY FENZI BERTÃO
RELATORA.



DESA. SHIRLEY FENZI BERTÃO (RELATORA)

V O T O

Trata-se de apelação interposta por VANEIDE PEREIRA RODRIGUES contra a sentença de ordem n.55 proferida pelo MM. Juiz de Direito, Fausto Geraldo Ferreira Filho, da 2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros que, nos autos da “ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais” ajuizada em desfavor do BANCO BMG S/A, julgou improcedente o pedido inicial, nos seguintes termos:

“Conclui-se, portanto, que os pedidos devem ser julgados improcedentes.

Isso posto, julgo improcedente os pedidos do autor, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando-o ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, isento, todavia, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Torno sem efeito a liminar deferida.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a respectiva baixa.

P.R.I.”

Em suas razões recursais (ordem n.58), a parte autora, ora apelante, sustenta a necessidade de reforma da sentença, ao argumento de que as provas presentes nos autos são claras e suficientes para a comprovação de que fora vítima de fraude perante a instituição financeira.

Pontua que *“não somente argumentou a despeito da diferença de documentos e de assinaturas, mas também trouxe provas nos autos de que os valores NÃO FORAM DEPOSITADOS EM SUA CONTA, mas sim em uma conta diversa, NA CIDADE DE FRANCISCO DE SÁ/MG.”*



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

Alega que a assinatura presente no instrumento contratual apresentado pelo réu, bem como nos documentos por ele apresentados, é totalmente discrepante das apostas em sua documentação pessoal original.

Salienta, ainda, que é possível perceber divergência quanto ao número do livro de registro de nascimento na carteira de identidade, como também as fotografias da consumidora em ambos documentos são completamente discrepantes.

Assevera que no contrato apresentado pelo réu consta endereço da cidade de Francisco Sá e que o valor supostamente emprestado foi depositado em conta do Banco Itaú, conta esta que a requerente jamais possuiu.

Acrescenta que juntou aos autos, extratos de sua conta corrente no período de abril de 2017 a abril de 2018, a fim de comprovar que o valor contratado de forma fraudulenta nunca “caiu” em sua conta.

Ressalta ser inegável que fora vítima de estelionatário que firmou os contratos em seu nome sem a sua anuência ou sequer conhecimento, valendo-se da utilização de documentos falsos.

Insiste que *“tal situação configura negligência da prestadora de serviços que contrata com terceiro, utilizando documentos de outra pessoa, por não aferir a identidade real do contratante, sendo, por isto mesmo, devida indenização pela ocorrência de danos morais.”*

Pugna pelo provimento do recurso, a fim de se reformar a sentença e serem julgados procedentes os pedidos.

Ausente o preparo, por litigar amparada pela justiça gratuita.

Intimada para apresentar contrarrazões, a parte ré refutou a insurgência recursal para manutenção da sentença (ordem 61).

É o relatório.

Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.



Depreende-se dos autos que Vaneide Pereira Rodrigues ajuizou a presente ação em face do Banco BMG S/A, alegando ter sido surpreendida com desconto indevido em seu benefício previdenciário, referente a um empréstimo consignado no valor de R\$6.078,00, a ser pago em 72 parcelas de R\$206,34, que jamais contratou. Disse que ao se deparar com tal situação, imediatamente lavrou boletim de ocorrência e efetuou reclamação perante a ouvidoria do INSS. Relatou que em resposta à reclamação efetuada perante a autarquia, a ré encaminhou o contrato que motivou os descontos, sendo claramente possível identificar discrepância da assinatura aposta no documento com a sua própria assinatura. Salientou que no contrato apresentado pelo réu consta endereço da cidade de Francisco Sá e que o valor supostamente emprestado foi depositado em conta do Banco Itaú, conta esta que nunca possuiu. Destacou que seu nome foi negativado pela ré em dezembro de 2018 reivindicando o pagamento dos valores decorrentes do contrato fraudulento. Desse modo, requereu, liminarmente, a exclusão do apontamento e, ao final, a procedência do pedido para ser declarada inexistente a dívida e o título que a ré lhe imputa, sendo restituídos os valores descontados na forma dobrada, bem como a recomposição moral dos prejuízos suportados, em valor não inferior a R\$20.000,00.

Tutela provisória de urgência deferida (ordem n.16).

Devidamente citada, a parte ré contestou salientando a impossibilidade de inversão do ônus da prova e impugnando a justiça gratuita à autora deferida. No mérito, aduziu, em apertada síntese, a validade da contratação de cartão de crédito consignado nº49223604 que originou averbações da reserva de margem consignável e, conseqüentemente, os descontos no benefício previdenciário. Apresentou, na mesma oportunidade, o referido contrato, documento



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

de identificação da autora e diversas faturas de cobrança. (ordem n.34/38)

A autora impugnou a contestação, rebatendo os argumentos de defesa, destacando as evidências de fraude na contratação e reiterou o pedido inicial.

As partes não pugnaram por provas, tendo sobrevivido sentença de total improcedência do pedido inicial, na qual o juízo fundamentou ter sido comprovada a relação jurídica entre as partes e a origem do débito impugnado.

Insatisfeita, a parte autora recorre.

Pois bem.

Inicialmente, tenho por bem esclarecer que para o deslinde da controvérsia instaurada nos autos, faz-se necessário verificar a existência do débito, apto a embasar os descontos ocorridos na conta corrente da autora, bem como a posterior inscrição nos cadastros restritivos ao crédito.

Nos termos do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015, o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, acrescentando o artigo 369 do mesmo diploma legal, que todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, são hábeis para provar a veracidade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa.

Não obstante, nas ações declaratórias de inexistência de relação jurídica, o ônus da prova compete ao réu, pela impossibilidade de fazer o autor a prova negativa da causa da obrigação, motivo pelo qual, desnecessária se faz a inversão do ônus da prova.

Nesse sentido, ensina CELSO AGRÍCOLA BARBI:

"Com a ação declaratória negativa, verificou-se que nem sempre o autor afirma ter um direito, porque



nela, pelo contrário, o autor não afirma direito algum, e apenas pretende que se declare a inexistência de um direito do réu. Assim, a distribuição do ônus da prova não pode ter como referência a posição processual de autor ou de réu, mas sim, a natureza do fato jurídico colocado pela parte como base de sua alegação.

Desse modo, na ação declaratória negativa da existência de um débito, o autor não tem o ônus de provar a inexistência do fato constitutivo do aludido débito. O réu, pretendo credor, é que deverá provar esse fato. Ao autor, nesse caso, incumbirá provar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do mesmo débito, que porventura tenha alegado na inicial" (Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, 1998, v. 1, p. 80).

Em situações similares à dos autos, já decidiu este egrégio
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL CELULAR. DÉBITO INEXISTENTE. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. NEGLIGÊNCIA DA RÉ. SENTENÇA MANTIDA. - Tratando-se de ação de indenização por danos morais em que o Autor afirma a inexistência de débito apto a justificar a inserção em cadastro de inadimplentes, é ônus do réu, pretendo credor, provar a existência de vínculo contratual, por tratar-se de prova negativa. (TJMG - Apelação Cível 1.0145.11.061272-1/001, Relator(a): Des.(a) José Marcos Vieira, 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/01/2015, publicação da súmula em 09/02/2015).

Dessa forma, cabe ao suposto credor o ônus de demonstrar a existência do negócio jurídico que deu origem aos descontos promovidos no benefício previdenciário da autora, além da posterior inscrição nos cadastros restritivos de crédito.

No presente caso, afirma a autora, ora apelante, que sofreu descontos em seu benefício previdenciário, no valor de R\$206,34, decorrente de suposto empréstimo firmado junto ao Banco BMG



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

(ordem n.34) que não contratou. Ademais, a referida instituição bancária incluiu seu nome nos cadastros de inadimplentes pelo débito de R\$5.731,16, vencido em 10/12/2017, referente ao contrato n. 7439519.

Por sua vez, o réu se defende alegando que não praticou qualquer ato ilícito, já que a dívida é oriunda de contrato de cartão de crédito consignado assinado pela autora em 2017, por meio do qual foi autorizado saque no valor de R\$5.292,45, a serem pagos por meio de desconto do mínimo da fatura. Esclarece que, na verdade, o valor de R\$206,34 indicado na inicial refere-se a reserva de margem consignável e que os descontos foram realizados no importe de R\$197,09, apenas nos meses de outubro e novembro de 2017. Ocorre que, a parte autora teve perda de sua margem consignável, gerando a inadimplência e a posterior negativação.

Para corroborar suas alegações, o requerido trouxe aos autos os documentos de ordem n.33, quais sejam, “*Termo de Adesão Cartão de Crédito Consignado Emitido pelo Banco BMG S.A e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento*” e a “*Proposta de Contratação de Saque Mediante a Utilização do Cartão de Crédito Consignado Emitido Pelo BMG*” nº. 49223604, supostamente firmados entre as partes, bem como documento de identidade da autora e declaração de residência. Colacionou, ainda, diversas faturas de cartões de crédito que teriam originado os débitos objeto da lide (ordem n.37/38).

Por outro lado, a autora impugnou os documentos apresentados pela parte ré, afirmando que esta “*não juntou nenhuma prova válida de suas alegações. Os únicos documentos trazidos aos autos pela requerida são **um contrato cuja assinatura NÃO PERTENCE À AUTORA, mas sim foi feita por um estelionatário, uma carteira de Identidade Falsa, com foto, assinatura e dados do livro totalmente estranhos ao original da Autora; e prints de tela de seus sistemas***”



internos (documentos unilaterais) como tentativa de comprovar a existência de cadastro, do recebimento dos valores e da dívida com o Banco Réu.”

A despeito de tais manifestações da autora, em sede de especificação de provas, a parte ré pugnou, tão somente, pela expedição de ofício ao “Banco Itaú Unibanco, agência 1248, conta 7274-4, op.5260”, para demonstrar a transferência de valores disponibilizados a título de saques, não fazendo prova da autenticidade dos documentos por ela apresentados (art.429, II, CPC)

A este respeito, em face da impugnação da assinatura constante nos títulos que instruem a defesa, a parte ré não se desincumbiu de seu ônus probatório, qual seja, o de demonstrar a veracidade dos documentos por ela trazidos como prova da existência da contratação.

A propósito, nesse sentido esta 11ª Câmara já decidiu:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DO CONSUMIDOR EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ARGUIÇÃO DE FALSIDADE DA ASSINATURA - ÔNUS DA PROVA - INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO RECONHECIDA - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - PATAMAR MANTIDO. - A inclusão do nome da parte no cadastro restritivo ao crédito, sem prova efetiva da existência do débito, atesta a ilicitude da conduta perpetrada pela empresa credora. - A ausência de notificação do devedor acerca da cessão do crédito (art. 290 do CC/2002), não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos. Não obstante, inexiste nos autos prova contundente da relação jurídica primitiva, o que torna ilícita a negativação promovida pela apelante (ré). - Quando alegada a falsidade de assinatura de documento, o ônus da prova da autenticidade do documento é de quem o produziu. - O dever de indenizar decorre da própria inscrição indevida, prescindindo de comprovação do prejuízo. -



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

Inexistindo parâmetros objetivos para a fixação da indenização por danos morais, deve o julgador observar a razoabilidade e a proporcionalidade, atentando para o seu caráter punitivo-educativo, e também amenizador do infortúnio causado. - Considerando o porte da empresa requerida, é de se manter o patamar fixado pelo juízo sentenciante, não configurando enriquecimento ilícito do consumidor. Recurso ao qual se nega provimento. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.020358-6/001, Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/06/2020, publicação da súmula em 15/06/2020)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RELAÇÃO CONTRATUAL NÃO RECONHECIDA - ASSINATURAS CONTESTADAS - ÔNUS DA PROVA ART. 429, II, DO CPC - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL IN RE IPSA - QUANTUM INDENIZATÓRIO. Tendo a assinatura constante do instrumento contratual que ensejou a negativação do nome do Autor sido questionada, incumbia ao réu, nos termos do art. 429, II, do CPC, demonstrar a autenticidade das firmas. A inscrição indevida nos cadastros de proteção ao crédito caracteriza prática de ato ilícito, a ensejar indenização por danos morais, prescindido da comprovação do prejuízo, por tratar-se de dano in re ipsa. A indenização por danos morais deve ser arbitrada observando-se os critérios punitivo e compensatório da reparação, sem perder de vista a vedação ao enriquecimento sem causa e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. (TJMG - Apelação Cível 1.0145.15.026458-1/001, Relator(a): Des.(a) Mônica Libânio , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/11/2016, publicação da súmula em 22/11/2016)

Fazendo um cotejo entre as assinaturas dos documentos pessoais da autora (apelante), acostados à ordem n.3/5 e 11, com aquelas constantes do contrato trazido pela ré (apelada) à ordem 34, nota-se claramente que, de fato, não se tratam da mesma caligrafia, sem que para isso seja necessário olhar técnico.



A própria foto da carteira de identidade é de pessoa diversa da parte autora, tal como se observa dos documentos de ordem n.5 e 34.

Ainda que assim não fosse, repita-se que caberia à ré a prova da veracidade dos documentos, demonstrando a autenticidade da assinatura dita falsificada.

Cumpre-me registrar, ainda, que os extratos bancários apresentados pela autora, demonstram que os valores obtidos com o referido empréstimo fraudulento sequer foram depositados em sua conta corrente junto ao Banco Mercantil do Brasil, conforme se observa do documento de ordem n.12.

Ademais, a conta bancária indicada no contrato para recebimento da quantia de R\$5.700,00, além de não coincidir com a indicada pela requerente, também não é a mesma informada pelo requerido na petição de ordem n.47. Merece destaque, por fim, que o endereço constante do instrumento contratual é diverso do informado pela parte autora na exordial.

O que se percebe é que a requerida, a despeito de ser a detentora das informações e de possuir todos os meios de demonstrar a alegada inadimplência da consumidora, foi desidiosa na produção da prova que lhe incumbia com exclusividade, devendo, pois, ser responsabilizada por sua própria incúria.

Certo é que são cada vez mais sofisticadas as fraudes perpetradas contra instituições financeiras, de modo que, como estabelecimentos de grande porte que são, não se devem se limitar a receber os documentos pelo contratado sem maiores conferências, mas sim, cercar-se dos meios mais modernos de cadastro de dados para evitar a ação de criminosos, resguardando seus interesses e/ou o de terceiros.

Nesse diapasão, inexistindo nos autos elementos probatórios que demonstrem a legitimidade dos descontos questionados na inicial,



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

bem como da posterior negativação, a toda evidência, mostra-se irrefutável a falha na prestação de serviços pela instituição financeira apelada, devendo, assim, ser responsabilizada por sua negligência.

Nesse sentido, já tive a oportunidade de decidir, veja-se:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - AUSÊNCIA DE CONFERÊNCIA DE ASSINATURA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO RECONHECIDA - RESTITUIÇÃO - COMPENSAÇÃO - POSSIBILIDADE - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO - JUROS DE MORA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL. - É cediço que as instituições financeiras, ao firmar seus contratos, devem proceder com prudência, conferindo as assinaturas neles apostas com os documentos apresentados no momento da contratação. - Alegando a parte autora não ser sua a assinatura constante na avença em questão, é ônus da ré, nos termos dos art. 373, II c/c art. 429, II, do CPC/2015, comprovar o contrário, demonstrando que a assinatura é da requerente e que foi ela quem realizou o negócio jurídico questionado. - Não tendo a instituição financeira comprovado a autenticidade da assinatura aposta no ajuste objeto do litígio, deve ser reconhecida a irregularidade dos descontos efetuados no benefício previdenciário da postulante, tal como entendeu o douto Magistrado primevo. - Diante do inequívoco desconto indevido, de valores no benefício de INSS da parte autora, sem que a instituição financeira tenha justificado a legitimidade na contratação de refinanciamento, configurada está a falha na prestação do serviço, constituindo conduta ilícita que autoriza a restituição dos valores debitados, devendo ser compensada a quantia disponibilizada na conta corrente da requerente. - Os descontos sofridos pela autora, em sua aposentadoria, de valores referentes a empréstimo não autorizado, caracteriza falha na prestação de serviços, e, inegavelmente, causa-lhe aflição, restando manifesta a configuração de dano moral. - O dever de indenizar decorre da própria inscrição indevida, prescindindo de comprovação do prejuízo. - O numerário deve proporcionar à vítima



satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo, no ofensor, impacto bastante para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar uma cautela maior, diante de situações como a descrita nestes autos. - Por se tratar de responsabilidade extracontratual, os juros de mora devem incidir desde a data do evento danoso, conforme orientação da Súmula 54, do STJ. - A correção monetária, em ação de indenização por danos morais, incide desde a data de sua fixação (Súmula 362, STJ). - "Os juros de mora e a correção monetária constituem matéria de ordem pública, razão pela qual a alteração dos respectivos termos iniciais de ofício não configura reformatio in pejus". (AgRg no REsp 1394554/SC). (TJMG - Apelação Cível 1.0141.16.001747-3/001, Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão, 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/02/2019, publicação da súmula em 20/02/2019)

Quanto à pretensão de restituição em dobro dos valores descontados indevidamente, esta se encontra prevista no parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe:

"O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito a repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

Todavia, consoante entendimento do c. STJ, a aplicação da pena de devolução em dobro depende de prova cabal da má-fé do credor.

No caso específico dos autos, conforme mencionado, resta incontestado a negligência da instituição financeira ao proceder a descontos indevidos na conta da autora, sem qualquer respaldo contratual, com intuito exclusivo de obter lucro em prejuízo da consumidora. Assim, resta configurada a má-fé, devendo os valores cobrados indevidamente serem restituídos em dobro.

No que tange aos danos morais, tenho que os descontos efetuados na aposentadoria da autora (apelante), de valores referentes



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

a cartão de crédito consignado e empréstimo não contratados, caracteriza falha na prestação de serviços e, inegavelmente, causa-lhe aflição, ultrapassando o limite do mero aborrecimento, restando, portanto, manifesta a configuração de dano moral.

Ora, não pairam dúvidas de que uma pessoa, ao ser surpreendida com descontos indevidos em seu benefício, sofre abalo psicológico, já que, tal atitude, certamente gerou privações de ordem material.

Soma-se a isso, o fato de que o nome da requerente ainda foi incluído nos cadastros restritivos de crédito, decorrente do mesmo contrato fraudulento, sendo inegável a presença dos danos morais, vez que no presente caso se configuram *in re ipsa*.

Nesse contexto, tenho por desnecessária a prova de prejuízo concreto, sendo suficiente a demonstração da existência do ato ilícito causador de violação ao patrimônio moral do indivíduo.

Em situações semelhantes, este egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS já decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - CONTRATAÇÃO NÃO DEMONSTRADA - FRAUDE - FORTUITO INTERNO - DESCONTOS INDEVIDOS - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA - ATO ILÍCITO CONFIGURADO - DANO MORAL - PRESENÇA - VALOR DA INDENIZAÇÃO - MAJORAÇÃO - POSSIBILIDADE. - Diante da ausência de comprovação da efetiva relação jurídico-negocial entre as partes, o desconto procedido na folha de pagamento da parte autora se mostra indevido. - O simples desconto indevido constitui fato bastante para que reste configurado um dano moral passível de ressarcimento. - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado com prudência, segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, mostrando-se apto a reparar, adequadamente, o dano suportado pelo ofendido,



servindo, ainda, como meio de impedir que o condenado reitere a conduta ilícita.- Há que se falar em majoração do valor arbitrado a título de indenização por danos morais se fixado em montante aquém daquele que comumente se tem estabelecido para casos similares. (TJMG - Apelação Cível 1.0625.14.003093-7/002, Relator(a): Des.(a) Evandro Lopes da Costa Teixeira , 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 17/08/2017, publicação da súmula em 29/08/2017).

APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. DÍVIDA NÃO RECONHECIDA PELO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DO DEVER DE CUIDADO E DILIGÊNCIA INERENTE À ATIVIDADE COMERCIAL. DANO MORAL PURO. VALOR INDENIZATÓRIO. JUROS DE MORA. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. Para a apuração da responsabilidade objetiva, basta a existência de dano e nexo de causalidade, sendo prescindível a apuração da culpa, conforme orientação do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. O desconto indevido em sistema de empréstimo consignado sobre os proventos do autor realizado pela instituição financeira, sem averiguar a regularidade da documentação apresentada no ato da celebração de contrato, é apto a caracterizar o fato do serviço. A segurança dos serviços prestados constitui típico risco do empreendimento desenvolvido pelo fornecedor, não podendo ser transferido a terceiros ou ao consumidor. Não tendo cumprido a instituição financeira com o dever de informação, a dívida não reconhecida pelo consumidor mostra-se indevida, restando injustificados os descontos efetuados em conta bancária de titularidade do consumidor, o que enseja a restituição daqueles valores ao autor. O dano moral decorre do próprio ato lesivo de descontar valores sobre a aposentadoria do autor, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelo mesmo, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento. O termo inicial dos juros de mora e da correção monetária pode ser alterado de ofício pelo julgador, sem que isso configure reformatio in pejus. O pagamento de valores indevidamente cobrados, inclusive sem amparo contratual, justifica a repetição do indébito de forma dobrada, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC. (TJMG - Apelação Cível 1.0105.13.039499-9/001, Relator(a):



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

Des.(a) Cláudia Maia , 14ª CÂMARA CÍVEL,
julgamento em 16/02/2017, publicação da súmula em
24/02/2017).

Nesse raciocínio, inexistem dúvidas de que é devida a indenização pleiteada, eis que incontroversos os descontos indevidos no benefício previdenciário da autora.

No tocante ao *quantum* indenizatório, insta registrar que o conceito de ressarcimento, em se tratando de dano moral, abrange dois critérios, um de caráter pedagógico, objetivando repreender o causador do dano pela ofensa que praticou; outro de caráter compensatório, que proporcionará à vítima algum bem em contrapartida ao mal sofrido.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o direito pretoriano acolhe entendimento no sentido de que o dano moral, não havendo outro critério de avaliação, deve ficar ao prudente critério do Juiz sua quantificação" (REsp 108155/RJ, Rel. Ministro Waldemar Zveiter, DJ 30/03/98).

Assim, para o arbitramento da reparação por dano moral o julgador deve valer-se de moderação, levando em conta o grau de culpa e a extensão do dano causado, bem como a situação econômica das partes.

A quantia arbitrada não pode servir de enriquecimento indevido, mas também não pode ser ínfima, a ponto de não reprimir a conduta do infrator e desvalorizar os sentimentos da vítima.

Nesse sentido:

"A indenização por dano imaterial, como a dor, a tristeza ou a humilhação sofridas pela vítima, mercê de valores inapreciáveis economicamente, não impede que se fixe um quantum compensatório, com o intuito de suavizar o respectivo dano.

O quantum indenizatório devido a título de danos morais deve assegurar a justa reparação do prejuízo



sem proporcionar enriquecimento sem causa do autor, além de levar em conta a capacidade econômica do réu, devendo ser arbitrado pelo juiz de maneira que a composição do dano seja proporcional à ofensa, calcada nos critérios da exemplariedade e da solidariedade." (STJ, REsp 693172 / MG, de 12.09.2005, relatoria do Ministro Luiz Fux)

Nesse passo, sopesado o princípio da prudência aliado às peculiaridades do caso *sub judice*, sem perder de vista os ensinamentos doutrinário e jurisprudencial, tenho como razoável o valor indenizatório de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), haja vista que além dos indevidos descontos a parte autora ainda teve seu nome negativado.

A correção monetária, por sua vez, nos termos da Súmula 362, do STJ, deve incidir a partir da publicação da decisão em que foi arbitrada, posto que, até então, presume-se atual.

Súmula 362-STJ: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento."

Lado outro, nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, nas indenizações por ato ilícito extracontratual, como o presente, os juros de mora incidem desde o evento danoso (Súmula nº 54 do STJ c/c art. 398 do Código Civil).

DISPOSITIVO

Pelo exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO** para declarar inexistente o contrato de cartão de crédito consignado nº 49223604 (ordem n.34) e as respectivas dívidas dele oriundas, determinando a devolução dos valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da autora de forma dobrada, a serem acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso (desconto de cada mês) e correção monetária, segundo o índice da CGJ/TJMG, desde o efetivo desembolso (súmula 43, do STJ). Por



Apelação Cível Nº 1.0000.19.098623-2/002

consequente, determino a exclusão da anotação restritiva lançada pela ré em 22/12/2018, no valor de R\$5.731,16 (ordem n.8).

Condeno a ré (apelada) ainda, à reparação pelos danos morais sofridos, fixados no importe de R\$12.000,00 (doze mil reais), corrigidos monetariamente pelos índices da CGJ-TJMG desde o arbitramento e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, qual seja, a data do primeiro desconto efetuado.

Em consequência da alteração no resultado do julgamento, redistribuo os ônus sucumbenciais nos termos do art. 86 do CPC/15, e, condeno o réu, ora apelado, ao pagamento da totalidade das custas processuais, incluídas as recursais, bem como em honorários advocatícios, que nos termos do art. 85, §§§ 1º, 2º e 11º, arbitro em 10% sobre o valor da condenação, majorando-os em 2% pela sucumbência recursal.

DES. ADRIANO DE MESQUITA CARNEIRO - De acordo com o(a)
Relator(a).

DES. FABIANO RUBINGER DE QUEIROZ - De acordo com o(a)
Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO"

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargadora SHIRLEY FENZI BERTAO, Certificado:

6CF39E43416B602ED449C55B5D4BBC23, Belo Horizonte, 26 de agosto de 2020 às 10:59:05.

Julgamento concluído em: 26 de agosto de 2020.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador: 100001909862320022020931447

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

Processo nº 5002351-19.2019.8.13.0433

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por intermédio de seus procuradores infra assinados peticionar o que segue.

Como se pode observar, nos presentes autos constam o Acórdão da 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (**id. 838559967**), que condenou o Réu ao pagamento de danos morais e petição (**id. 990509889**) da Autora, que juntou planilha de cálculos e requereu o início da fase de cumprimento de sentença.

Dessa forma, **REITERA** o pedido para que tenha **INÍCIO A FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, com a intimação da executada ao pagamento do valor constante da referida planilha, qual seja **R\$16.128,00** (dezesesseis mil, cento e vinte e oito reais).

Nestes termos, pede deferimento.
Montes Claros/MG, 29 de outubro de 2020.

Mateus Augusto da Silva
OAB/MG 119.584

Samuel Felipe Versiani Pereira
OAB/MG 152.736



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de MONTES CLAROS / 2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros

INTIMAÇÃO PAGAMENTO DE DÉBITO DE CUSTAS PROCESSUAIS

PROCESSO: 5002351-19.2019.8.13.0433

CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Nome: VANEIDE PEREIRA RODRIGUES

Endereço: Avenida Coronel Luiz Maia, 2244, - de 1996/1997 ao fim, Delfino Magalhães, MONTES CLAROS - MG - CEP: 39402-824

Nome: BANCO BMG SA

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, - de 3253 ao fim - lado ímpar, Itaim Bibi, SÃO PAULO - SP - CEP: 04538-133

Prezado(a) Senhor(a),

Pela presente fica V.Sa. INTIMADO(A) para o recolhimento da importância de R\$429,94 a título de custas, Taxa Judiciária, multa penal e outras despesas processuais devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o pagamento não seja efetuado, o débito, acrescido de multa de 10%, se sujeitará à inscrição em dívida ativa, ao registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e à cobrança pela Advocacia Geral do Estado - AGE, inclusive por meio de protesto extrajudicial.

Atenciosamente,

MONTES CLAROS, data da assinatura eletrônica.

Rua Raimundo Penalva, 70, Vila Guilhermina, MONTES CLAROS - MG - CEP: 39401-010

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
MONTES CLAROS/MG**

Autos n. 5002351-19.2019.8.13.0433

BANCO BMG S/A, já qualificado, por meio de seus procuradores, respeitosamente, à presença de V. Excelência, nos autos do processo de número em epígrafe, que lhe move **VANEIDE PEREIRA RODRIGUES**, manifestar nos seguintes termos.

Requerer neste ato, a juntada do comprovante de pagamento da condenação, no valor total de **R\$ 21.452,82** (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos) para os fins de direito.

Ademais requer neste ato a expedição de alvará judicial em favor da parte autora, por representação.

Na oportunidade anexa ainda a juntada das custas finais integralmente recolhidas.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 12 de novembro de 2020.

Wederson Advincula Siqueira
OAB/MG 102.533

Gabriela Horta Bicalho Digênova
OAB/MG 86.048

Verônica Duarte do Nascimento
OAB/MG 156.099



Comprovante de pagamento de Depósito Judicial

(http://www.bb.com.br)



DJO - Depósito Judicial Ouro

Depósito via TED		Data do depósito	Agência(pref/dv)	Nº da conta judicial
Transferência Eletrônica Disponível		11/11/2020	104 -	4800112253995
Data da guia	Nº da guia	Processo nº	Tribunal	Tipo de Justiça
27/10/2020	000000018578947	50023511920198130433	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
Comarca	Orgão/Vara	Depositante	Valor do depósito - R\$	
MONTES CLAROS	2 VARA CIVEL	REU	21.452,82	
REU		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
BANCO BMG SA		JURIDICA	61.186.680/0001-74	
AUTOR		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
VANEIDE PEREIRA RODRIGUES		FISICA	569.356.846-68	
Autenticação Eletrônica				
D5E713F6DAB26B5E Data/Hora da impressão 12/11/2020 / 15:57:05 Data do depósito 11/11/2020				

Mod. 0.50.289-1 - Eletrônico - Abr/02 - SISBB 02100

VIA I - Tribunal



DJO - Depósito Judicial Ouro

Depósito via TED		Data do depósito	Agência(pref/dv)	Nº da conta judicial
Transferência Eletrônica Disponível		11/11/2020	104 -	4800112253995
Data da guia	Nº da guia	Processo nº	Tribunal	Tipo de Justiça
27/10/2020	000000018578947	50023511920198130433	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
Comarca	Orgão/Vara	Depositante	Valor do depósito - R\$	
MONTES CLAROS	2 VARA CIVEL	REU	21.452,82	
REU		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
BANCO BMG SA		JURIDICA	61.186.680/0001-74	
AUTOR		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
VANEIDE PEREIRA RODRIGUES		FISICA	569.356.846-68	
Autenticação Eletrônica				
D5E713F6DAB26B5E Data/Hora da impressão 12/11/2020 / 15:57:05 Data do depósito 11/11/2020				

Mod. 0.50.289-1 - Eletrônico - Abr/02 - SISBB 02100

VIA II - Depositante



DJO - Depósito Judicial Ouro

Depósito via TED		Data do depósito	Agência(pref/dv)	Nº da conta judicial
Transferência Eletrônica Disponível		11/11/2020	104 -	4800112253995
Data da guia	Nº da guia	Processo nº	Tribunal	Tipo de Justiça
27/10/2020	000000018578947	50023511920198130433	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
Comarca	Orgão/Vara	Depositante	Valor do depósito - R\$	
MONTES CLAROS	2 VARA CIVEL	REU	21.452,82	
REU		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
BANCO BMG SA		JURIDICA	61.186.680/0001-74	
AUTOR		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
VANEIDE PEREIRA RODRIGUES		FISICA	569.356.846-68	
Autenticação Eletrônica				
D5E713F6DAB26B5E Data/Hora da impressão 12/11/2020 / 15:57:05 Data do depósito 11/11/2020				

Mod. 0.50.289-1 - Eletrônico - Abr/02 - SISBB 02100

VIA III - Agência(Arquivo)

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

Autos n. 5002351-19.2019.8.13.0433

BANCO BMG S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNJP sob o n. 61.186.680/0001-74, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - Torre 1 – 13º andar, Itaim Bibi, SP/Capital, CEP 04543-900, vem, por meio de seus procuradores, respeitosamente, à presença de V. Excelência, nos autos da *AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TITELA ANTECIPADA* número em epígrafe, que lhe move **VANEIDE PEREIRA RODRIGUES**, manifestar nos seguintes termos.

Requerer neste ato, a juntada do comprovante de pagamento da condenação, no valor total de **R\$ 21.452,82 (vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos)** para os fins de direito.

Ademais requer neste ato a expedição de alvará judicial em favor da parte autora por representação.

Ante o cumprimento das obrigações, requer o consequente arquivamento e baixa dos respectivos autos, dando fim ao presente feito.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 15 de novembro de 2020.

Verônica Duarte do Nascimento
OAB/MG 156.099

Wederson Advincula Siqueira
OAB/MG 102.533

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

Autos de nº 5002351-19.2019.8.13.0433

VANEIDE PEREIRA RODRIGUES, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por intermédio de seu procurador infra assinado peticionar o que segue.

A Autora foi intimada (doc. 3415016480) da expedição e envio do Alvará e acompanhamento do crédito em conta.

Ocorre que é necessário que se tenha uma confirmação da operação bancária nos autos, qual seja a transferência, para a conta apontada, com o valor efetivamente depositado.

Tal pedido se fundamenta no fato de que, em situações semelhantes, o Banco do Brasil tem feito depósitos sem qualquer identificação, seja de número de processo ou nome da Parte.

Isso impossibilita a verificação se, de fato houve e, havendo, na identificação do depósito, tendo em vista que, além da ausência de identificação, o valor em conta sofre incidência de juros e é depositado em valor distinto do constante no Alvará.

Assim, fica evidente a necessidade do deferimento do pedido, para, até mesmo em relação a decisões futuras, quando do encaminhamento

do Alvará, requerer confirmação de quando a operação for realizada, com a devida identificação de número de processo e nome da parte.

Termos em que, pede deferimento.

Montes Claros, 14 de maio de 2021.

Fillipe André Souza Freitas
OAB/MG 119.584

Samuel Felipe Versiani Pereira
OAB/MG 152.736



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de MONTES CLAROS / 2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo: 5002351-19.2019.8.13.0433

CERTIDÃO - TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que a sentença transitou em julgado em 10/02/2022.

MONTES CLAROS, data da assinatura eletrônica

IRIS DE FATIMA BARBOSA MOTA LEITE

Escrivão(ã) Judicial

Documento assinado eletronicamente

Rua Raimundo Penalva, 70, Vila Guilhermina, MONTES CLAROS - MG - CEP: 39401-010